

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**JOSÉ PAULO TOLEDO**

***VOCÊS, HUMILDES, PODEM FICAR TRANQUILOS: SOBERANIA INTERNA NO  
PROJETO NACIONAL DE JUAREZ TÁVORA***

**São Carlos  
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**JOSÉ PAULO TOLEDO**

***VOCÊS, HUMILDES, PODEM FICAR TRANQUILOS: SOBERANIA INTERNA NO  
PROJETO NACIONAL DE JUAREZ TÁVORA***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientação: Profa. Dra. Vera Alves Cepêda

**São Carlos  
2022**

*Aos que vieram antes de mim: eu não me esqueço.  
Aos que virão depois: eu lhes prometo.*

## RESUMO

Este trabalho busca explorar o pensamento político militar brasileiro, analisando, para tal, o projeto nacional sistematizado por um dos principais *intelectuais-militares* do Exército Brasileiro no século XX: Juarez Távora. Para esse fim, a partir de uma leitura ampla da obra do autor e contexto, esta pesquisa analisa o pensamento político de Juarez Távora, compreendendo como ele narra a trajetória de sua vida, baseando-me na série autobiográfica de 3 volumes *Uma Vida e Muitas Lutas* (1974<sup>a</sup>; 1974b; 1977), e descreve seu projeto nacional, observando esse desenvolvimento em especial na mais articulada e sintética de suas obras: *Organização para o Brasil* (1959). Na busca de compreender o projeto nacional tavoriano, observa-se onde o autor localizava o *locus* da soberania e do poder decisório habilitado a decidir a definição sobre qual projeto nacional seguir. O conceito central e articulador da análise é o de soberania, segundo chaves de análise desenvolvidas nesse trabalho: a soberania nacional, a soberania popular, a soberania estatal, como expostos por Grimm em *Sovereignty: the Origin and Future of a Political and Legal Concept* (2015) e a soberania excepcional, cunhada a partir do texto *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty* de Carl Schmitt (1985).

**Palavras-chave:** Juarez Távora; Pensamento Político Brasileiro; Pensamento Político Militar Brasileiro; Relações Civil-Militares; Exército Brasileiro.

## Abstract

This thesis seeks to explore the Brazilian military political thought, analyzing, to achieve this goal, the national project systematized by one of the main military-intellectuals of the Brazilian Army during the 20th century: Juarez Távora. To this end, from a broad reading of the author's work and context, this research analyzes Juarez Távora's political thought, understanding how he narrates the trajectory of his life, based on the 3-volume autobiographical series *Uma Vida e Muitas Lutas* (1974<sup>a</sup>; 1974<sup>b</sup>; 1977), and describes his national project, observing this development in particular in the most articulate and synthetic of his works: *Organization for Brazil* (1959). In the quest to understand the Tavorian national project, it is observed where the author located the locus of sovereignty and decision-making power enabled to decide the definition of which national project to follow. The central and articulating concept of the analysis is that of sovereignty, according to the keys of analysis developed in this work: national sovereignty, popular sovereignty, state sovereignty, as described by Grimm in *Sovereignty: the Origin and Future of a Political and Legal Concept* (2015) and exceptional sovereignty, coined from the text *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty* by Carl Schmitt (1985).

**Keywords:** Juarez Távora; Brazilian Political Thought; Brazilian military political thought; Civil-Military Relations; Brazilian army.

## Resumen

Este trabajo busca explorar el pensamiento político militar brasileño, analizando, para ello, el proyecto nacional sistematizado por uno de los principales intelectuales-militares del Ejército Brasileño en el siglo XX: Juárez Távora. Para ello, a partir de una lectura amplia de la obra y el contexto del autor, esta investigación analiza el pensamiento político de Juárez Távora, comprendiendo cómo narra la trayectoria de su vida, a partir de la serie autobiográfica en tres volúmenes *Uma Vida e Many Lutas* (1974<sup>a</sup>; 1974b). ; 1977), y describe su proyecto nacional, observando este desarrollo en particular en la más articulada y sintética de sus obras: *Organización por Brasil* (1959). En la búsqueda por comprender el proyecto nacional tavoriano, se observa dónde el autor ubica el locus de la soberanía y el poder de decisión habilitado para decidir la definición de qué proyecto nacional seguir. El concepto central y articulador del análisis es el de soberanía, según las claves de análisis desarrolladas en este trabajo: soberanía nacional, soberanía popular, soberanía estatal, tal como lo expone Grimm en *Sovereignty: the Origin and Future of a Political and Legal Concept* (2015) y soberanía excepcional, acuñado del texto *Teología política: cuatro capítulos sobre el concepto de soberanía* de Carl Schmitt (1985).

**Palabras clave:** Juarez Távora; Pensamiento Político Brasileño; Pensamiento Político Militar Brasileño; Relaciones Cívico-Militares; Ejército brasileño.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de mais nada, aos meu pais, Luzinete Maria de Toledo e Paulo Joaquim de Toledo, pela possibilidade de ter chegado até aqui. Palavras não podem exprimir o custo econômico e emocional criado para que eu pudesse chegar até este ponto em uma ainda curta carreira intelectual: o conforto e a segurança não obtidos para criar oportunidades para mim não terão sido em vão.

Aos meus amigos, aos quais devo o desenvolvimento da minha capacidade intelectual pelas diversas discussões, pelos inúmeros suportes e, sinteticamente, amizades. Neste mesmo espírito, aos graduandos que embarcaram comigo na empreitada da construção de um espaço autônomo de pesquisa dos estudos de defesa, o GAED - Grupo de Apoio aos Estudos de Defesa, dedico um profundo agradecimento: Lucas Czapsky Nunes Theco, Engel Rodrigues de Lima, Henrique Almeida Forini, Felipe Duran Souza, Talissa Ritrovati, Guilherme Lima, Rodrigo Souza Alves, Rafaela Malvezi, obrigado.

Brenda Cordeiro, sem quem eu provavelmente ainda estaria estanke em um mundo infinitamente mais cinza, obrigado.

À minha orientadora, Profa. Vera Alves Cepêda, agradeço pela confiança e pelo aconselhamento sempre bem-vindo. Cada interação é para mim como deve ter sido para meu pai ir ao estádio assistir um jogo com Pelé em campo.

Aos membros do grupo de pesquisa, especialmente Rosana Núbia Sorbille, Gabriela Pandeló Paiva, José Augusto Marques de Souza e Diego Ramon Souza Pereira, pelas vezes em que me deram conselhos sobre meus trabalhos, sobre nosso trabalho e simplesmente me agradeceram com algumas das mais agradáveis companhias.

Por fim, agradeço ao CNPq pelo financiamento, sem o qual não seria possível ter feito esta pesquisa.

## SUMÁRIO

Introdução	9
1. O Homem	27
2. O Conceito de Soberania: do Período Medieval ao Moderno	84
2.1 O Tema da Soberania e o Problema Político Moderno	85
2.2 A Soberania Popular	91
2.3 A Soberania Nacional	93
2.4 A Soberania Estatal	94
2.5 A Soberania Excepcional	97
3. Os Fundamentos da Soberania no Projeto Nacional de Távora	101
3.1 O Projeto Nacional de Távora	101
3.2 Soberania no Projeto Nacional Tavorista	121
4. Conclusão	128
Referências	130



## Introdução

As relações civil-militares brasileiras são, desde o Império, um pivô de instabilidade política. Se buscarmos na bibliografia, podemos chegar à conclusão de que a estrutura militar moderna, baseada numa força nacional e não mercenária, que se desenvolveu no Brasil na segunda metade do século XIX, esteve e mantêm-se ainda impregnada por uma tendência ao intervencionismo: a *questão militar* e o conceito de *soldado cidadão* utilizado pelos intelectuais militares quando da adoção clara de padrões de interferência ou controle das instituições decisórias pelas instituições castrenses (SODRÉ, 2010; FERREIRA, 2001).

Essa tendência ao intervencionismo militar na vida pública nasce no Brasil ao mesmo tempo que a própria República, originada na forma como ocorreu a Proclamação em 1889, mantendo-se ora como sombra da política e ora como a ação política propriamente dita.

Emergente com a República da Espada (1889-1894), essa tendência reaparece com a Revolta da Escola Militar do Realengo em 1905, ressurgindo cada vez mais frequentemente e em ações cada vez mais contundentes entre o início do século XX até a década de 1930 - como mostram as ações do tenentismo que vão do 18 do Forte de Copacabana (1922), até a Coluna Miguel Costa-Prestes (que se estendeu de 1924 até 1927). É nesse período, que um jovem oficialato, sem grande influência na república oligárquica, viu a necessidade de atuar ativamente no processo de *state building* como possibilidade de dar respostas aos problemas e interesses individuais da corporação, bem como modificar a própria relação civil-militar e a agenda política nacional (especialmente fora do padrão oligárquico e regionalista da Primeira República). Essa postura de proatividade política vai refletir na colaboração dos militares<sup>1</sup>, que integraram esses

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar uma questão central para a compreensão de um *pensamento político militar brasileiro*: as Forças Armadas no Brasil tem uma relação pautada em dois eixos. O primeiro deles, com ênfase na inter-relação entre as armas, é relativo ao que ocorreu nos momentos posteriores à Proclamação da República: a Revolta da Armada (1891-1892) foi um combate aberto entre forças republicanas, cristalizadas no Exército, e monarquistas, por sua vez, na Marinha. O conflito terminou com a derrota dos oficiais rebelados da força naval, e a partir desse momento ela perde o protagonismo político na decisão da adoção de projetos nacionais. O segundo eixo é a *antiguidade* das forças singulares - Exército, Marinha e Aeronáutica. A hierarquia militar, como expõe Leirner (1997), é baseada na antiguidade relativa entre esses componentes, sendo o mais longo e o mais graduado. Embora as duas forças mais antigas, Exército e Marinha, surjam com a Independência (sendo impossível existirem forças armadas nacionais em uma colônia), o Exército explora as Batalhas do Guararapes em 1649 como evento de sua gênese, colocando-se como mais antiga e, portanto, mais graduada das forças; como Castro (2002) mostra, cria-se a cultura escolhendo fatos específicos para compor uma narrativa que molda o passado fazendo com que estes atuem de forma definidora sobre as relações no presente. Por fim, as demais forças embarcaram profundamente nos projetos nacionais implementados pelo Exército, como mostra, por exemplo, a adesão de oficiais da marinha aos levantes tenentistas (TÁVORA, 1974) e posteriormente à prática de tortura como forma de

movimentos na década de 1920, com a definição e estruturação das instituições políticas e do Estado durante a Era Vargas (1930-1945) ou na liderança de projetos alternativos.

Vitoriosa a Revolução de 1930, Vargas dá ao então Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, um oficial legalista que passou a década de 1920 combatendo os tenentes, carta branca para a reforma do aparelho militar, tendo em vista a necessidade de expurgar os antigos oficiais ligados às oligarquias e estruturar um novo exército a partir de novos ideais - fenômeno atestado pela meteórica ascensão de Góes Monteiro na hierarquia militar, permitindo que o mesmo ocupasse o posto de Ministro da Guerra e pautasse essa reorganização (CARVALHO, 2002). Outra parte dessa mesma transformação incidia na reforma do ensino militar executada por José Pessoa (CASTRO, 2002), possibilitando a criação de coesão interna suficiente para atingir a capacidade de agir conforme a *política do exército* em detrimento da *política no exército*<sup>2</sup>.

Por outro lado, a colaboração dos tenentes nacionalistas com o processo revolucionário lhes garantiria presença já nos primeiros momentos do pós-revolução, em especial como base de sustentação do ímpeto de reestruturação do Estado adotado por Vargas (SAES, 2011, p.160), incluindo a histórica demanda de setores militares pelo desenvolvimento de áreas com valor estratégico como a siderurgia<sup>3</sup> (BARROS, 2012; SAES, 2011, p. 201). Contudo, faltando coesão interna nas demandas articuladas por esse grupo e clareza de finalidade de suas ações, os tenentes foram absorvidos para dentro do Estado, mas deixaram escapar de suas mãos a liderança no processo de modernização tanto do Exército quanto do Brasil (TÁVORA, 1974), tornando-se apenas mais um grupo disputando o processo. De qualquer forma, essas dinâmicas resultaram em novas potencialidades políticas para o estrato militar.

Em primeiro lugar, os militares passam a ter crescente domínio sobre a aplicação da “violência legítima do Estado” em detrimento da ação das polícias estaduais. Os militares

---

colaboração à ditadura implantada em 1964. Sendo assim, por mais que os intelectuais tratados neste trabalho sejam representantes primeiro do pensamento político do Exército Brasileiro, o são também das Forças Armadas enquanto um conjunto.

<sup>2</sup> Pinto (2009, p. 99) define este conceito como “o caráter orgânico do projeto que deu origem à intervenção militar, que corresponde a uma visão mais elaborada da relação de forças políticas, em que os interesses corporativos do grupo – no caso o Exército – tornam-se os interesses de outros grupos subordinados”.

<sup>3</sup> Por mais que historicamente a demanda por siderurgia estivesse ligada a interesses amplos da sociedade, vinculados principalmente à infraestrutura e industrialização, as Forças Armadas tinham especial interesse nesse campo: grupos com menos adesão à interferência na política nacional entendiam que a partir da mesma abria-se a possibilidade de uma necessária indústria bélica nacional para o reaparelhamento das Forças Armadas às exigências do entreguerras, como a considerável produção de tanques e blindados improvisados expôs (BASTOS, 2003); grupos que apoiavam a atividade política, por outro lado, faziam o que Saes (2011, p.112) chama de *defesa ideológica* da industrialização, não tendo objetivos claros ou hierarquização entre os diferentes tipos de indústria para um determinado fim: a indústria, enquanto categoria genérica, era o meio para o desenvolvimento nacional.

passaram a regular material que as mesmas poderiam adquirir, tirando-lhes o direito de ter em seus inventários tanques, blindados de combate e aviação de guerra, tornando esses equipamentos exclusivos das Forças Armadas. Essa centralização do aparato de defesa nas Forças Armadas, uma vez que à força policial cabe a manutenção da lei e ordem dentro do território e não defesa contra inimigos externos, pode ser visto como uma expansão na integração política nacional, uma vez que dificultava muito a revolta armada de lideranças regionais e centralizava ainda mais a capacidade coercitiva militar na esfera do poder federal.

Em segundo lugar, alteram-se as relações internas das Forças Armadas, sendo impossibilitado a um praça<sup>4</sup> tornar-se oficial por mérito, fechando o círculo de oficiais, portanto, somente aqueles que passaram pelo treinamento e pela socialização nas instituições de ensino superior militar, dando ênfase no caráter de elite do oficialato. Ainda dando ênfase na potencialização política do oficialato, há a expansão do efetivo do Exército a partir de 1930, tendo ainda nesse mesmo sentido um aumento de oficiais relativamente superior ao de praças, aumentando a proporção dos mesmos sobre o número de comandados, mostrando um aumento da força política dessa força pela expansão do corpo de militares profissionais regulares, como mostra o quadro exposto por Carvalho (2002, p.87).

**Tabela 1 – Efetivos do Exército Brasileiro (1930-1936)**

<b>Efetivos</b>	<b>1930</b>	<b>1932</b>	<b>1934</b>	<b>1936</b>
Oficiais	4,185	5,037	6,103	6,585
Praças	43,812	57,358	74,079	74,284
Total	47,997	62,395	80,182	80,869

Ou seja, após a Revolução de 1930 a participação de militares na política no Brasil se transforma e se intensifica. As ingerências deixam de ter ênfase na atividade de alguns agentes específicos que gozavam da posição de expoentes militares para legitimar autoridade política na sociedade civil, com exemplos como o Marechal Hermes da Fonseca que vence as eleições de 1910, ou ainda o emblemático caso de Luiz Carlos Prestes, cuja Coluna tomou emprestado o seu sobrenome e a alcunha de “Cavaleiro da Esperança”

<sup>4</sup> Praças são todos militares que não passaram pela formação de oficial militar, sendo estes todos que estão entre as patentes de recruta a subtenente. Enquanto oficiais comandam as tropas, agindo como cérebro dos diferentes corpos de tropa, os praças são operacionais, cabendo a estes executarem as ordens que lhes são dadas.

ganha força no período imediatamente posterior à Coluna, impulsionando sua carreira de dirigente comunista brasileiro.

Essas ingerências passam a ser pautadas por interesses corporativos cada vez mais influenciados pela crescente coesão interna do Exército a partir de 1930, sob o comando de Góes Monteiro, que se sedimenta durante 1937 e 1945, no período do Estado Novo. Essa dinâmica sofrerá uma pausa após 1945, com o a proclamação da 3ª República e da interferência de diferentes militares por diversas abordagens, desde concorrendo ao pleito eleitoral até impedindo o funcionamento das instituições por recusa ideológica, como aconteceu após a renúncia de Jânio Quadros e adoção do parlamentarismo como condicionante para a posse de João Goulart, o vice-presidente, demonstrando que haviam diversas perspectivas em choque dentro da própria instituição, parecendo não haver um norte coletivo a todos os militares.

O estabelecimento desse norte retorna no período pós Golpe de 1964, não porque havia um só projeto coeso e aceito por todos os envolvidos (MARTINS FILHO, 2019), mas porque o embate é marcado por disputas de poder internalizadas no Exército: se até 1930 o Exército era um degrau que permitia ascender ao poder político, a partir de 1964 ele torna-se o eixo dinâmico da estrutura institucional política brasileira, sendo o debate travado dentro de seus espaços e extravasando sobre a República.

A tomada do poder<sup>5</sup> pós 1930 é marcada por uma motivação própria que continuará ativa (explícita ou na sombra política) até os anos de 1960 – quando cristaliza-se ao máximo a pretensa primazia decisória do Exército sobre a definição de um projeto de Brasil a ser implementado, alinhada a um número de condições que favoreceram o sucesso dessa aventura tanto no cenário interno, como a cristalização de uma oposição generalizada de elementos conservadores ao getulismo e seus herdeiros, associando-os ao comunismo e à corrupção, por exemplo, quanto externo, com a complicação do quadro geopolítico pela Crise dos Mísseis<sup>6</sup> em Cuba e acirramento da Guerra Fria entre ambas as potências hemisféricas (CARVALHO, 2002).

---

<sup>5</sup> É importante explicitar que o termo *tomada do poder* não diz respeito às causas e motivações desse movimento, estas absolutamente diversas e fragmentadas que resultarão no delicado sistema de equilíbrios gerido por Vargas até 1937, mas sim ao fato de que o método desse processo foi ligado às armas; a Revolução de 1930 não pode ser compreendida como um *golpe militar* clássico, em que militares assumem o Estado com uma ideologia e projeto definidos, mas pode ser compreendida como um golpe militar quando diz respeito ao fato de que o principal meio de transformação política foi o combate travado entre parcelas das forças regulares do Estado pela defesa deste ou de outro projeto político, embora não encabeçado por intelectuais militares, sendo estes coadjuvantes operacionais do projeto mas não o protagonista intelectual.

<sup>6</sup> A Crise dos Mísseis foi um episódio definidor das fronteiras de enfrentamento entre as potências em disputa na Guerra Fria. Em outubro de 1962, em resposta à instalação de mísseis nucleares na Itália e Turquia pelos

O que há de comum entre a Proclamação da República, a Revolução de 1930, o Estado Novo e seu fim (1937-1945) e o Golpe de 1964, sem citar os demais absolutamente diversos eventos de tendência centralizadora por parte das Forças Armadas que estão inscritos na história política brasileira, é que o Exército Brasileiro funcionou como ator decisório último sobre qual projeto político o país adotaria em cada um desses momentos - tendo em vista que a mudança é implementada com base na força militar ou na ameaça de seu uso; é possível perceber que esse método já foi utilizado por diversos grupos e facções militares para diferentes fins, com base em diferentes ideologias e com tentativas igualmente diversas de legitimação do ato. Isso não muda o fato de que nos momentos em que materializam esse fenômeno, a imposição de suas vontades pela força foi o método comum entre toda a diversidade citada. Isso não é dito com a intenção de desconsiderar, também, as alianças entre civis e militares, que ocorreram com maior ou menor intensidade em diferentes períodos históricos. Sobre a ideia de aliança em diversos momentos da vida nacional, apontou Oliveiros,

Do lado dos militares, a aliança [enquanto eixo multitemporal das relações civil-militares] nunca se fez sem reservas mentais, pois não deixavam de perceber na ação dos próceres civis o desejo de servir-se das Forças Armadas para, depois, descartá-las como limão espremido, quando não acabar com elas enquanto organização. (FERREIRA, 2000, p. 15)

São diversos os autores que chegam em conclusões semelhantes. Castro (2004) expõe como essa perspectiva continuou presente no ideário militar por meio do termo *paisano*, forma depreciativa com a qual os militares se referem a civis, em uma equivalência com o termo *milico* (forma depreciativa pela qual não-militares comumente referem-se aos mesmos). Esta separação no léxico expressa uma diferença entre estes dois setores sociais:

O 'civil' [enquanto categoria identitária] é uma invenção dos militares. Não sou 'civil', a não ser quando estou diante de militares e quando sou assim classificado por eles. Se tiver que fazer uma lista dos principais termos que definem minha identidade, 'civil' não apareceria entre elas. Posso identificar-me como 'homem', 'brasileiro', 'carioca',

---

estadunidenses, por um lado, e pela tentativa de invasão de Cuba por forças pró-EUA no episódio da Invasão da Baía dos Porcos, pelo outro, os governos soviético e cubano concordam em instalar mísseis nucleares na ilha que, ficando a apenas 150km da costa estadunidense, apresentava risco estratégico a este. Dessa forma, impediriam novas tentativas de invasão por parte dos Estados Unidos em Cuba e, por outro, garantiria retaliação rápida aos Estados Unidos, caso este atacasse o território soviético. Por aproximadamente 15 dias os Estados potências, Estados Unidos e União Soviética, entraram em negociação sob constante risco real de início de uma guerra nuclear motivada por ataques preventivos de ambos os lados. Por fim, os Estados Unidos concordaram em não invadir Cuba sem provocação direta e em retirar suas ogivas dos territórios turcos e italianos, enquanto a União Soviética decidiram retirar os mísseis da ilha; a Cuba, coube a aceitação desgostosa.

‘antropólogo’, ‘professor’, ‘vascaíno’ e uma dúzia de outros atributos, sem lembrar de acionar uma identidade ‘civil’. Para qualquer militar, porém, ser ‘militar’ necessariamente aparece entre os primeiros atributos, senão como o primeiro. (CASTRO, 2009, p.25)

Durante sua pesquisa de mestrado, o antropólogo Piero exemplifica ~~mestra~~ como a relação que tinha com o grupo de coronéis responsável por seu contato com o Exército mudou de acordo com o aumento ou a diminuição de expectativas sobre o antropólogo atuar conforme instruído: se inicialmente foi recepcionado para pedir permissão de ir a campo em determinada guarnição do Exército na região norte, de acordo com sua proposta original de pesquisa, ele passou a receber bibliografia e aulas dos oficiais superiores responsáveis por sua supervisão, sendo convidado até mesmo a tentar entrar por meio de concurso na Academia Militar das Agulhas Negras. No momento final da pesquisa, após ter sido convencido sobre a impossibilidade de ir a campo como pretendido e não mostrar interesse em integrar a força, passa a ter contatos negados sistematicamente (LEIRNER, 1997).

Neto (2019) explicita a especificidade da construção de um *patriotismo* castrense<sup>7</sup> no Brasil, como a maneira particular de sujeitos provenientes de instituições castrenses interpretarem suas relações com a pátria, motivados por uma dependência material, intelectual e ideológica dos militares brasileiros com forças militares estrangeiras – geradora, por extensão, de uma identidade conflitante na qual contrastam uma narrativa que se coloca como profundamente patriótica, embora em sua consecução haja necessidade (ou finalidade) de se compatibilizar e legitimar as diretrizes políticas nacionais com os interesses de potências internacionais.

Coelho (2000), ao apresentar as Forças Armadas sob a perspectiva de uma organização com interesses próprios, subscreve a persistência da diferenciação feita por militares entre si mesmos e os civis de duas formas. Primeiramente, a partir da *política de erradicação*<sup>8</sup> civil sobre o Exército durante o século XIX, mostrando como em grande parte a miséria<sup>9</sup> a que a instituição foi submetida nesse período foi uma punição por interferir na política nacional e forçar a abdicação de Dom Pedro I: em 1830 o efetivo era de 30.000

<sup>7</sup> O termo *castrense* vem do latim *castra*, como eram chamados os acampamentos e alojamentos militares dos exércitos romanos, sendo o termo utilizado até hoje para designar forças militares.

<sup>8</sup> *Política de erradicação* pode ser definida como um formato das relações civil-militares em que, segundo Huntington (apud COELHO, 2000, p.74), por ver o aparelho militar como ameaça à sociedade, esta deve enfraquecer as instituições castrenses para garantir controle sobre as mesmas.

<sup>9</sup> Recrutamento a força e envio de presidiários para formarem as fileiras da força, a falta de envio de recursos para pagar o soldo da tropa e até mesmo da verba para aquisição de mantimentos e fardas, cultivando tropas desnutridas e nuas, são algumas das dinâmicas citadas por Sodré (2010).

homens e, em 1831, registra-se 14.342 (COELHO, 2000, p.55). Em um segundo movimento, Coelho analisa como a Doutrina de Segurança Nacional, síntese do pensamento político militar dos anos 1950 e 1960, inverte a ordem das relações civil-militares de modo que a política passa a ser feita com base na coesão interna no aparato militar sobre como agir, não a partir de demandas da sociedade:

a doutrina de Segurança Nacional, em vez de afirmar o compromisso das Forças Armadas com os sucessivos governos, inverteu a ordem dos fatores de tal forma que aos governantes não cabe, como era prática no regime anterior, o recurso à organização militar como suporte de políticas formuladas fora de suas fronteiras e que, frequentemente, não catalisavam parcela razoável do consenso militar. Da perspectiva da liderança militar, tal prática resultou quase sempre no facciosismo fardado. A prática, hoje, é a de formar, previamente, dentro da organização militar, um montante de consenso suficiente para legitimar diretrizes gerais para a formulação de políticas substantivas. (COELHO, 2000, pp.170)

Rodrigues (2010) e Castro (2002) mostram como um dos primeiros e principais movimentos para diferenciação do civil e do militar foi o projeto educacional implementado nas escolas militares no início do século XX, sendo essa diferenciação aprofundada intencionalmente com a separação geográfica entre o mundo civil e a escola militar e simbolicamente com a criação de tradições que se traduzem em valores caros ao Exército e às Forças Armadas, mas que dificilmente estão presentes no mundo civil. Delano Teixeira Menezes, Brigadeiro da Aeronáutica, diz que

procurar o comum, onde existem formas não usuais de expressões, ressalta não uma suposta arbitrariedade do comportamento dos militares, mas o grau no qual o seu significado varia de acordo com o padrão de vida através do qual ele é formado. [...] semelhante ao que acontece quando chegamos a um país estrangeiro, com tradições inteiramente estranhas às nossas. [...] A causa dessa deficiência não está, porém, na dificuldade de entender o que falam entre si, mas [n]a incapacidade de nos situarmos entre eles. (MENEZES, 2015, p. 26-27)

Embora a bibliografia que aborda essa questão seja absolutamente mais extensa do que a citada<sup>10</sup>, creio que foi possível expor que a diferenciação entre a camada militar e a camada civil na sociedade brasileira não só é uma base comum ao trabalho de análise das

<sup>10</sup> Esse traço também é central nos trabalhos de Huntington (1957) e Janowitz (1964; 1977), autores seminais do campo de relações civil-militares que tem por fundamento epistemológico a diferença entre civis e militares, uma vez que sem isso não haveria sentido em estudos que desenvolvam categorias específicas para a temática. Quando Moskos *et al* (2000) inferem que após a queda da União Soviética (1991) as forças armadas e os civis de países que compunham o bloco ocidental seriam crescentemente integrados, trabalham também com este pressuposto; o fenômeno é global e inerente à necessidade de criação de espírito de corpo institucional, sendo notado mundo à fora, embora com traços específicos decorrentes das trajetórias de cada contexto.

relações políticas civil-militares e do pensamento militar brasileiro, quanto também é um dado, uma vez que esta diferenciação ocorreu de fato e teve importância fundamental na maneira como se construiu a trajetória política nacional.

É necessário, entretanto, não cair nos velhos arcabouços analíticos que compreendiam as Forças Armadas e qualquer uma das forças singulares - Exército, Marinha ou Aeronáutica - como um monólito, seja ligado a algum interesse de classe social, de potências estrangeiras ou guarda pretoriana de elites dominadoras (COELHO, 2000, pp. 32-33). Ao contrário, personagens de altas patentes e em posição de comando, com variada filiação ideológica (quer quanto à uma visão de mundo particular, à uma percepção particular da ação e função militar na vida social ou, ainda, quanto à interesses de tipo corporativo) conformaram espaços de disputas, em especial quanto à possibilidade de transformação de sua perspectiva particular (visão de mundo, valores, ideologia, projeto político, mudanças práticas) em orientação hegemônica, quer para dentro das instituições, quer na relação destas (e seu protagonismo) com o conjunto da sociedade.

É nesse sentido que entendemos, nesta dissertação, ser possível identificar os arranjos dessas “visões de mundo” e projetos institucionais e de interação com a sociedade, bem como a atuação específica de atores portadores ou operadores dessas concepções em disputa, sob a chave dada pelo termo “intelectuais”. Se utiliza aqui a concepção de “intelectual não acadêmico”, para diferenciá-lo de uma leitura mais pontual de intelectual como sujeito de fala e ação no âmbito das universidades e instituições produtoras de conhecimento. Os militares, como outros inúmeros grupos sociais, produzem ideologias, representações, narrativas e teses, a partir de sua condição situacional. Isso importa muito, por separar a ação concreta dada pela atuação e importância do *locus* “forças armadas” na vida pública nacional de sua consciência e formulação teórica – diagnóstico e diretrizes para a ação – que, normalmente, precede a própria ação política (ou, a *posteriori*, a justifica).

Nesta pesquisa pretende-se analisar parte das obras de um intelectual por considerá-lo o *zeitgeist* de uma geração no campo do pensamento político militar brasileiro, expoente de uma proposta de projeto nacional decorrente da trajetória tenentista que disputou a condução do projeto nacional brasileiro desde a década de 1920: Juarez Távora (1898-1975).

No contexto brasileiro as disputas internas ao ambiente militar extrapolam as fronteiras da própria instituição, uma vez que a definição dessas fronteira impacta, inerentemente:



(a) na definição de papéis e poderes entre a sociedade, o governo civil e os militares;

(b), na defesa e formatação de regimes políticos específicos;

(c) na definição da auto-identidade militar e sua “missão” histórico-social.

As diferentes perspectivas de intelectuais militares nestes eixos são anexas, por um lado, à crescente concepção de que a guerra há muito deixara de ser um evento isolado com repercussão somente nas elites e nas forças armadas, envolvendo integralmente a sociedade, mesmo em tempos de paz - visão presente na interpretação militar da realidade desde as Guerras Napoleônicas no final do século XVIII (O'BRIEN, 2011) e que tem um crescente fortalecimento até o presente (TOLEDO, 2021); ao mesmo tempo essa visão apresenta-se na profunda rota de transformação da sociedade brasileira aberta com a Revolução de 1930, que alterou (ou tornou mais complexa e propositiva) a dimensão política de sua ação, para além do campo técnico da defesa de fronteiras externas ou mesmo ordenamento interno.

Dentro desse arcabouço, é reconhecido que uma parcela do oficialato militar é composta não por pensadores focados na organização institucional castrense, mas sim na organização e/ou reorganização do país ao qual estão vinculados - este grupo é o que conceituo como *intelectualidade militar* (no geral) e *intelectuais militares* (na produção singular de teses e projetos) - categorias em que o autor estudado nesse trabalho está incluso.

Juarez do Nascimento Fernandes Távora, nasceu em 1898, décimo quinto filho de uma família católica, proprietária de uma pequena fazenda no município de Jaguaribe, Ceará. Sentou praça no Exército em 1916, buscando ascensão social e torna-se aspirante a oficial da arma<sup>11</sup> de Engenharia em 1919. Participou, a partir de 1922 (ano em que se tornou capitão) de todos os movimentos militares revolucionários contrários aos governos liberais da Primeira República encabeçados por oficiais subalternos (como o tenentismo)

---

<sup>11</sup> A organização endógena do Exército se baseia fundamentalmente, além da hierarquia (atributo cronológico de antiguidade), nas armas, quadros e serviços, sendo estes relativos às funções desempenhadas dentro da força. São 5 armas – Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações –, assim designadas por terem foco nas operações de combate; 4 quadros – Material Bélico, Engenheiros Militares, Auxiliar de Oficiais e Complementar de Oficiais –, que tem atividade voltada ao suporte das operações de combate sem, necessariamente, ter contato direto ou constante com essa função; 3 serviços – Intendência, Saúde e Assistência Religiosa – dão auxílio em tempos de guerra e de paz aos recursos humanos da força. É importante ressaltar a diferença entre a Arma de Engenharia, cujos oficiais são formados na AMAN e tem função de atuar no campo de batalha para auxiliar na mobilidade das tropas aliadas ou atrapalhar na mobilidade inimiga, do Quadro de Engenheiros Militares, formados no Instituto Militar de Engenharia que tem a função de pesquisar novas tecnologias de interesse do Exército, seja ela diretamente vinculada ao combate ou não.

sendo liderança do movimento em muitas ocasiões. Com isso, entretanto, passou a década de 20 quase integralmente na clandestinidade ou na prisão. Volta a integrar a força regular apenas após a Revolução de 1930, episódio no qual recebe a alcunha de '*Vice-Rei do Norte*' pelo comando das tropas nortistas durante esse processo. É promovido a major apenas em 1931, a coronel em 1941, general de brigada em 1946 e general de exército em 1956, após ser movido para a reserva a seu pedido, recebendo ainda, posteriormente, a patente de marechal.

Além de sua trajetória militar, ele teve uma extensa trajetória enquanto burocrata de funções civis: foi Ministro das Obras Públicas em 1930, delegado das interventorias do norte durante 1931 e 1932, membro da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios durante 1932, Ministro da Agricultura entre 1933 e 1934, membro da Comissão de Investimentos do Ministério da Agricultura em 1948, coordenou diversas autarquias ligadas à Presidência da República entre 1954 e 1955, secretário-geral do Conselho de Coordenação do Abastecimento entre 1954 e 1955 e, por último, foi Ministro de Viação e Obras entre 1964 e 1967.

Além destas, teve também trajetória enquanto político, sendo candidato à Presidência da República pela UDN em 1955 e ficando em 2º lugar abaixo apenas de Juscelino Kubitschek por uma diferença de apenas 5%, sendo esse o único pleito regido pela Constituição Federal de 1946 em que um presidente foi eleito com menos de 40% dos votos. Em 1962 elegeu-se ao cargo de deputado federal pelo então estado da Guanabara e, após o Golpe de 1964, candidata-se à Presidência novamente, sendo novamente o 2º colocado por receber 3 votos, recebendo 361 o 1º, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, e 2 votos o terceiro, o Marechal e ex-presidente Eurico Gaspar Dutra.

Juarez Távora falece aos 77 anos, em 1975, no Rio de Janeiro.

De alguma maneira, esse intelectual militar é uma personalidade posta em segundo plano<sup>12</sup> pela historiografia brasileira (Mundim, 2015), muito embora estivesse no centro ativo de acontecimentos históricos e políticos fundamentais do processo de modernização brasileiro, como intelectual, ator ou executor de política estatal.

A fonte de pesquisa deste trabalho para a análise do pensamento político-militar de Juarez Távora são as produções intelectuais de lavra desse autor. A ação institucional

---

<sup>12</sup> Mundim (2015) mostra que apesar de Távora ter grande presença na política desde os anos 1920, além de aparecer em diversos momentos posteriores como personalidade de grande importância por todos os postos que ocupou, apenas cinco obras haviam analisado o mesmo em posição de destaque na historiografia brasileira até então. Adicionando os dois textos de autoria de Mundim (2007; 2015) à lista, há então sete textos que analisam Távora com destaque.

frente à produção intelectual própria, por um lado, e o conteúdo analítico-teórico conjuntamente ao projeto político, por outro, sendo que a última relação citada transparece em produções que surgiram com o nítido propósito de disputar a definição do próprio fundamento das atividades do Estado, de suas instituições (lembrando que as Forças Armadas estão nesse âmbito) e ainda das formas de articulação e poder político oriundas da relação Estado/Sociedade.

Da autoria de Juarez Távora foram selecionados para análise, na perspectiva da identificação de uma teoria sobre o Brasil (conjuntural ou estrutural) e diretrizes de mudança, os seguintes textos: *Petróleo para o Brasil* (1957), *Produção para o Brasil* (1957 [1955]), *Átomos para o Brasil* (1958), *Organização para o Brasil* (1959) e *Uma Política de Desenvolvimento para o Brasil* (1962)<sup>13</sup> e os três volumes da série autobiográfica *Uma Vida e Muitas Lutas*, cujo primeiro volume intitula-se *Da Planície à Borda do Altiplano* (1974), o segundo volume intitula-se *A Caminhada no Altiplano* (1974) e o terceiro volume intitula-se *Voltando à Planície* (1977, póstumo).

A partir desse movimento, identifiquei duas abordagens diferentes para a compreensão do pensamento político do autor: nas obras biográficas, Távora expõe toda sua interpretação dos fatos históricos e a reconstrução feita de sua trajetória, apresentando em muitos momentos justificativas ou explicações para decisões e ações, e utilizei estes textos como principal base de construção do perfil do autor.

Conscientemente, decidi utilizar majoritariamente seus próprios textos para compreender seu pensamento, não adentrando a comparação de versões da história dada a natureza deste trabalho: para compreender quem tem o poder decisório no projeto

---

<sup>13</sup> Esse conjunto de livros, que chamo de *Série do Brasil*, tem variada origem: *Petróleo para o Brasil* conta com um conjunto de textos de variadas origens e datas: alguns são transcrições de palestras dadas durante os anos 1930 e outros são textos escritos na década de 1940 ou 50 durante a passagem pela ESG; sua publicação, entretanto, foi motivada pelo envolvimento de Távora nas polêmicas envolvendo a regulamentação da produção petrolífera no Brasil, discutindo modelos de produção estatal, privada, nacional ou internacionalizada. *Produção para o Brasil* conta com a mesma característica, possuindo textos produzidos desde 1930, quando Távora era Ministro da Agricultura, até 1954, como comandante da ESG; tanto este texto quanto *Petróleo para o Brasil* são publicados à luz das eleições em que Távora concorreria à presidência da República, devendo ser entendidos como espécie de expoentes de seus programas de governo. *Átomos para o Brasil*, por sua vez, é a transcrição de depoimentos em CPI em que Távora fora convocado, defendendo-se da acusação de lesar interesses nacionais no desenvolvimento da energia atômica em prol de interesses estadunidenses. *Organização para o Brasil* é um texto panorâmico do autor, tendo em si todos os elementos capturados por este em sua trajetória política, administrativa e intelectual, onde o autor organiza sua interpretação dos problemas nacionais e suas soluções junto com dados, teorias e recomendações feitos pelos diversos intelectuais que conheceu tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Por fim, *Desenvolvimento para o Brasil* é um texto complementar à *Organização para o Brasil*, onde o autor traz mais alguns dados e expressa interpretação da conjuntura brasileira semelhante àquela desenvolvida pelo economista sueco Gunnar Myrdal, em que a causalidade circular cumulativa e o círculo vicioso da pobreza cria a necessidade de priorizar soluções psicossociais para efetivar o desenvolvimento nacional.

nacional produzido a partir do pensamento político desse intelectual, não preciso descobrir 'a verdade' de todos os eventos narrados por ele, não sendo este método produtivo para levantar dados apropriados sobre o objeto, mas sim compreender como ele apresenta seus argumentos e suas perspectivas. Faço sinalizações sobre contradições ou reafirmações de traços aparentes em sua teoria, colocando-o frente às suas próprias ações e palavras, estas retiradas de seus outros textos ou de documentos presentes no Arquivo Juarez Távora – CPDOC online, buscando assim apresentar em profundidade o autor e seu pensamento.

No que refere-se ao caráter político-teórico, a obra *Organização para o Brasil* (1959), apresentada pelo autor como fruto de seu tempo comandando a Escola Superior de Guerra - ESG, pode ser descrita de forma detalhada como uma redação da natureza da proposta de Brasil idealizada por este intelectual, já observando como importante dado inicial ao ver que a *obra síntese* do projeto desse autor foca na organização interna do Brasil. Segundo a interpretação de Mundim (2015) é possível reconhecer a forte influência do sindicalismo-cooperativista e do cristianismo social<sup>14</sup> na obra de Juarez Távora, mas nesta dissertação proponho observar o pensamento político-teórico de Távora a partir uma dupla articulação:

a) tomando o autor como um intelectual militar e as obras selecionadas para análise como obras-síntese de um projeto nacional, uma visão e proposta de Brasil;

b) observar como em sua concepção dos problemas brasileiros e projeto de transformação são tratadas as seguintes questões:

(i) em sua análise sobre o caso brasileiro e na idealização de Brasil, onde Távora reconhece o poder decisório fundamental: no povo, nas instituições representativas, no Estado ou no agente que pode alterar a realidade por meio da capacidade de aplicar a coerção física?

---

<sup>14</sup> Segundo Mundim (2015), preocupando-se com o consumo como eixo dinâmico de um sistema produtivo, Távora traz como uma alternativa a criação de cooperativas de consumo – atrelando as experiências econômicas das cooperativas à *ethos* social cristã, de onde esse tipo de organização teria sido originada-, através das quais o capital teria que enfrentar a organização de consumidores como regulação à possibilidades de práticas abusivas, por um lado, e pelo fortalecimento da organização sindical vinculada ao Estado como forma de evitar o conflito entre classes; uma organização, portanto, sindical-cooperativista. Mundim, entretanto, deixa de citar que há também no cerne do projeto nacional de Távora uma reestruturação para a relação capital-trabalho que seja fundamentalmente harmônica (clara influência do pensamento autoritário de Alberto Torres): mais do que a regulação do consumo, o autor pauta a distribuição de riqueza partilhada com maior equidade entre capital e trabalho por meio, por exemplo, da partilha compulsória dos lucros entre empresa e funcionários e da posse de parte das ações da empresa para cada um de seus funcionários garantidos por força de lei (TÁVORA, 1959, p.279), o que possibilitaria a expansão do consumo, do mercado e, portanto, da esfera produtiva.

(ii) identificar quais são, em sua concepção, os atores e setores sociais, aptos a enunciar demandas e a efetivá-las ou não. Em suma: quem tem capacidade para decidir qual o projeto de Brasil a perseguir.

Os escritos de Távora, ao contrário de outros significativos intelectuais militares como Golbery do Couto e Silva e Carlos Meira Mattos, que buscaram encontrar um lugar para o Brasil na ordem internacional, colocam ênfase na organização interna nacional<sup>15</sup> e na construção de uma nação brasileira a partir da realização contida na promessa/potência de suas qualidades inerentes (que uma vez mobilizadas, de forma adequada, fariam do Brasil uma potência mundial).

A obra síntese de Távora, publicada em 1959, é fruto de seu período comandando a ESG entre 1952-1954<sup>16</sup>, trazendo uma perspectiva atrelada não só à experiência vivida do autor enquanto cearense, nordestino, católico e militar, mas também ao contexto geopolítico do período: o *perigo vermelho* não era ainda tão claro na revolução que acontecia em Cuba e medidas menos ostensivas pareciam uma saída muito razoável para blindar o país do comunismo. Dentro dessas condições, Távora motivava a solução da questão social como principal meio de fazer essa proteção, focando então na distribuição de terras e riquezas via reformas agrária, tributária e econômica.

Golbery do Couto e Silva e Carlos Meira Mattos, por sua vez, tem forte atuação na definição de políticas de Estado<sup>17</sup> após a Crise dos Mísseis em que a ilha se coloca como a cabeça de ponte da desestabilização do continente americano em consórcio com os

---

<sup>15</sup> Não descarto, ao dizer isso, que Távora tenha em vista uma perspectiva internacional básica, fundamentada na defesa do ocidente cristão; essa pode ser vista como efeito de traços religiosos e culturais da experiência cotidiana vivida pelo autor quanto influência do contato deste com as instituições militares estadunidenses, fenômeno aprofundado posteriormente. Contudo, a questão deve ser analisada pela potência do internacional na definição do projetamento nacional brasileiro no pensamento desses intelectuais: enquanto Távora expõe um aprofundamento na reorganização interna com fim e assegurar a capacidade brasileira de atuar frente ao comunismo como efeito deste, Golbery do Couto e Silva e Carlos Meira Mattos propõem um reordenamento nacional com ênfase na capacidade de agir contra o comunismo, interna e externamente, como fim.

<sup>16</sup> Como bem nota Mundim (2015, p339), Távora “Publicava os livros quase sempre sem atualizar os dados dos textos originais – invariavelmente dizia, nas introduções dos livros, que não havia tempo para atualizá-los, mas que isso não prejudicava as idéias centrais”.

<sup>17</sup> Golbery do Couto e Silva, quando fora do Estado durante os anos 1950, foi uma das mentes por trás da criação e direção da atividade do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), aparelho ideológico que tinha o objetivo de cristalizar por meio de sua atividade uma oposição homogênea contra a herança varguista, e ao entrar na estrutura estatal após 1964 foi o idealizador do Sistema Nacional de Informações, um dos principais órgãos responsáveis pelos esforços repressivos do Estado ditatorial. Meira Mattos, por sua vez, experiente comandante de organizações de ensino superior militares, foi responsável pela proposta de reforma da estrutura universitária brasileira da década de 1970 e contribuiu intensamente, enquanto intelectual geopolítico, para a perspectiva imperativa de integração e defesa da Amazônia, uma das diretrizes fundamentais da atividade política militar territorial durante a Ditadura.

soviéticos e tentativas de expansão do programa revolucionário como a OLAS<sup>18</sup>, em meio às perseguições a Guevara nos Andes bolivianos e o surgimento de diversos grupos guerrilheiros vinculados ao comunismo dentro do Brasil. Nesse momento o *perigo vermelho* era acompanhado de uma sirene, e o fortalecimento das capacidades repressivas não poderia ter outra recepção que não extremamente positiva por esse grupo.

Constatar esse fato não deve ser desdobrado como a suposição de que estes intelectuais são iguais, uma vez que trabalham com um instrumental teórico e pressupostos idênticos provenientes da socialização e educação superior comum aos oficiais do Exército, mas exatamente que, mesmo em posições semelhantes, por terem perspectivas diferentes trabalham os mesmos conceitos de formas diversas, e o contexto político no momento histórico cria maior ou menor suscetibilidade à aceitação desta ou daquela perspectiva e, portanto, do projeto atrelado à mesma. Como exposto anteriormente, por exemplo, o anticomunismo está presente nas obras de todos esses autores mas é mobilizado de formas diferentes, sendo fruto dessa percepção diferente entre esses atores os diferentes projetos para defender o Brasil do que consideravam um ataque.

Contudo, entre tantos intelectuais-militares presentes no século XX, por que analisar justamente Juarez Távora? Há dois pontos que justificam essa escolha.

Primeiramente, a atividade política de Távora não parou ou sequer teve ênfase na organização das Forças Armadas, das quais ele é expoente intelectual, e o impacto de sua atividade para conformação de um tipo de Estado e de sua relação com a sociedade brasileira foram desdobramentos disso, em especial no que tange as relações civil-militares. Távora atuou politicamente de forma contundente fora da estrutura militar, atuando na redefinição da arquitetura estatal, pari-passu a janela de transformações pós 1930. Para dar ideia da intensidade dessa atividade de reestruturação, Mundim lista os órgãos criados por Távora durante o governo Vargas, apenas durante 1933-1934:

em janeiro de 1933, a Diretoria de Expediente e Contabilidade e as diretorias gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas Científicas; o Instituto de Tecnologia, em maio de 1933; o Instituto do Açúcar e do Alcool, em junho de 1933; e o Departamento Nacional de Produção Mineral, em julho de 1933. Regulou, também, o exercício da profissão de agrônomo e, em setembro de 1933, a profissão de veterinário [...]. Criou, ainda em outubro, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e, em novembro, o Entreponto de Pesca do Distrito Federal. Távora colaborou diretamente com os trabalhos de criação do Instituto Brasileiro de Estatística,

---

<sup>18</sup> A Organização Latino Americana de Solidariedade, ou OLAS, (convenientemente traduzida para o português como “ondas”) foi uma organização que tinha a intensão de coordenar os esforços revolucionários na América Latina com base na doutrina revolucionária cubana.

criado por decreto em julho de 1934 e que mais tarde, em 1935, se organizaria como o IBGE. Aprovou, também, em janeiro de 1934, os códigos de Caça e Pesca e o Florestal. Em fevereiro, criou a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária. (MUNDIM, 2007, p. 95)

A organização do aparelho militar na obra de Távora fica em segundo plano frente à organização da economia, do Estado e da sociedade, abordando-a no máximo enquanto parte integrante necessária de um projeto nacional. Seu foco está no todo do Estado-nação. A organização do Exército e das Forças Armadas está muito mais vinculada às suas atividades profissionais enquanto oficial, atuando para blindá-las do comunismo, garantir a hegemonia do que considerava serem interesses nacionais frente aos corporativos militares e tomando posição em determinadas polêmicas internas.

Além disso, há uma clara diferenciação ideológica perceptível entre esse intelectual e o projeto nacional implementado no período ditatorial pós-64: há indícios que permitem criar a hipótese de que entre esses dois projetos decorrentes de expoentes de uma instituição, haveriam duas interpretações e proposições diferentes de limites e qualidades da participação política. Távora participou como revolucionário e até a Revolução de 1930 defendeu a reforma autoritária via implantação de regime ditatorial<sup>19</sup>, iniciando essa sequência em 1922 na Revolta da Escola Militar do Realengo e expressando-a novamente durante a Revolução de 1930, mas rompendo com Vargas em 1937 por defender a manutenção de um regime democrático. Entretanto assina a carta que pede a deposição de Vargas em 1954 e diz romper com tentativas de golpe de Estado; ainda assim concorre às eleições indiretas em 1964. Távora, enquanto agente político, tendeu aos mais diferentes cursos de ação de acordo com a conjuntura em que se encontrava – pré e pós-2ª Guerra Mundial, pré e pós-Guerra Fria, pré e pós-Revolução de 30; essa é, afinal, a natureza do fazer política. Contudo, em suas obras, podemos compreender que exatamente pelo caráter propositivo e expositivo, tendo essas obras a finalidade de apresentar seu projeto mais do que colocá-lo em prática, o autor expõe uma versão concentrada de seu projeto nacional.

---

<sup>19</sup> Em carta endereçada ao Tenente Joaquim Monteiro pouco depois do abandono de Prestes do movimento e adesão ao comunismo, Távora tenta tranquilizar este agente sobre os planos e fins da revolução. Em certo trecho diz que “Como decorre do exposto, sempre que se admitiu a hipótese do movimento armado, o seu desfecho vitorioso implicava no estabelecimento da ditadura” (TÁVORA, 1975, p.273), sendo possível ainda especular que não foi esse o desfecho do movimento pela desarticulação tenentista que resultou no comando militar sendo atribuído ao então Tenente-Coronel Góes Monteiro, este com suas tendências legalistas que tendiam a instaurar um novo regime democrático que reformasse as instituições viciadas da Primeira República, ilusão perdida durante os anos seguintes que explica seu apoio à instauração do Estado Novo (COUTINHO, 1956, p.310).

Apresentado o intelectual trabalhado nessa dissertação, cabe explicitar a abordagem que será tomada para compreender um aspecto de seu pensamento político: a soberania interna. Como exposto anteriormente, via de regra as ações políticas tomadas por militares desde a Proclamação da República, ironicamente, dada a qualidade inerentemente ligada à satisfação da vontade pública desse regime, tiveram por finalidade implementar um determinado projeto de Brasil por meio da imposição da força. Esse fato só ocorre porque há no pensamento militar brasileiro alguma legitimação para que a interferência seja pensada de forma viável não só operacionalmente, mas também ética e politicamente; mais, essa legitimação é difusa, uma vez que atores de diferentes posições ideológicas e períodos históricos partilham dela. Não só os militares entendem ser capazes de conseguir tomar o poder, como fazem-no sob legitimação da defesa da pátria contra judeus, comunistas e demais grupos que em algum momento foram tidos como ameaça à integridade nacional por esses agentes.

Uma possibilidade para expandir parcialmente a compreensão sobre a origem dessa legitimidade é buscar na formulação teórica do intelectual estudado, dada sua importância enquanto expoente na criação do pensamento político militar brasileiro, de onde (i) adviria o poder decisório último em uma sociedade – portanto, localizar a fonte da soberania – (ii) definir quem o possuiria e (iii) se situações de crise poderiam modificar transitoriamente ou permanentemente esse monopólio. Uma vez que falamos de poder decisório supremo, invariavelmente chegamos ao problema central da *soberania*.

Esse trabalho está ancorado na premissa de que o conceito de soberania pode ser mobilizado em duas direções. Na primeira delas, com relação ao âmbito externo, como base da autonomia e da autodeterminação de um Estado Nacional, garantindo a independência e reconhecimento desta por parte de seus pares internacionais, pautado pelo reconhecimento de fronteiras, de controle sobre o espaço geográfico nacional e sobre população e ativos naturais e econômicos. Em geral, o nascimento de Forças Armadas nacionais e regulares são parte das capacidades de um Estado Nacional de fazer valer sua soberania à possíveis ameaças internacionais. Na segunda direção, a soberania de um Estado Nacional depende e necessita do reconhecimento de um único centro de autoridade, reconhecido e respeitado em sua ação pela população e pelo conjunto do território. Trata-se, neste ponto, de uma função coberta pelo monopólio estatal da justiça e da coerção, pautados em uma ampla e complexa cadeia de instituições e atores que começa - ou deveria começar- na Constituição, nos aparelhos judiciais e penais e na ação das polícias para contenção do conflito e das atividades criminais.



Ainda neste segundo aspecto, da soberania interna e das instâncias garantidoras de sua existência, temos o problema da guerra civil, de momentos extremado de conflitos, da introjeção de ameaças externas (como o *perigo vermelho*, a infiltração de ideologias exógenas) ou mesmo a ameaça nacional pelo controle de partes do território e população (como a ação do crime organizado), onde o grau de risco para a unidade nacional e a centralidade da autoridade acabam possibilitando a ação das Forças Armadas que responde à uma “guerra interna”, real ou fictícia, com tanta gravidade como uma ameaça de usurpação da soberania por outro país.

É importante assinalar que a soberania nacional (do ente Estatal) desdobra-se em um problema externo e outro interno e onde, curiosamente, as Forças Armadas se reconhecem como habilitadas à atuação. Ao atuarem na dimensão interna, no entanto, o resultado pode acabar no confisco da soberania e em uma profunda modificação da relação Estado-Sociedade-Forças Armadas, incluindo o recurso à exceção, seja de forma pontual ou como projeto mais longo de rearticulação do poder e projeto nacional (de médio ou longo prazo, ou, em uma formulação radical e autoritária, de permanência)<sup>20</sup>.

Partindo do pressuposto de que a soberania é cristalizada na escolha de qual projeto nacional deve ser tido como norte para a ação estatal, a materialização dessa escolha só é possível para aqueles que podem influenciar o poder decisório, em especial pelo domínio sobre os meios para a implementação deste projeto (de manutenção ou mudança). A soberania, nesse contexto, refere-se à escolha de projeto nacional e capacidade de implementá-lo. Como é possível notar pela centralidade do conceito de “*projeto nacional*”, a ênfase deste trabalho é na análise da soberania interna, embora não desconsidere o contexto internacional e geopolítico uma vez que isso faria do trabalho um sofismo - é absolutamente necessário compreender que para o exercício da soberania interna, a externa precisa estar garantida com um nível razoável de segurança.

No caso desse contexto histórico, essa garantia se dava em um cálculo de localização geográfica combinada ao alinhamento às duas opções de sistema e suas grandes potências representativas, os Estados Unidos e o sistema capitalista e a União Soviética e o sistema socialista. No caso do autor estudado neste trabalho e das instituições militares, com pontuais dissensões internas violentamente silenciadas, optou-se por garantir a soberania externa pelo alinhamento ao bloco ocidental capitalista, fato explícito nas obras selecionadas e pressuposto básico das mesmas.

---

<sup>20</sup> Trecho desenvolvido a partir de resultados de discussão feita em reunião de orientação.

Uma vez garantida a soberania externa (no que tange a análise das obras, isso se dá, novamente, pela pressuposição de alinhamento automático) a soberania interna torna-se a questão principal e deve estar apoiada em algum eixo de legitimação.

Dessa forma, a questão está em localizar nas obras síntese de Távora onde se apoia a soberania em seu projeto nacional. Foram adotadas, além da discussão sobre o tema da soberania e os Estados nacionais modernos, quatro categorias e concepções distintas de soberania, capazes de iluminar a compreensão de fundo e as escolhas políticas dos autores analisados:

- a soberania popular, baseada no poder e vontade do povo presente;
- a soberania nacional, fundamentada na trajetória histórica de uma nação;
- a soberania estatal, em que o poder decisório está profundamente vinculado à estrutura do Estado;
- soberania excepcional, baseada na capacidade de determinado agente conseguir definir um cenário de exceção e implementar um projeto através dele.

Esses conceitos, utilizados como proxy para indicadores, auxiliarão na compreensão, a partir das obras síntese selecionadas, da concepção do problema de definir *quem* pode atuar nos processos políticos que guiam os projetos nacionais e *onde* (desenho institucional ou arranjo político) o poder decisório se apoiará – na interseção destes dois pontos se encontra o poder soberano.

Isso dito, essa dissertação continuará, primeiramente, apresentando o autor enquanto intelectual e agente político em meio a um contexto do qual foi produto e produtor. Em seguida, será feita uma discussão teórica sobre o conceito de soberania, definindo-o e discutindo formas de instrumentalizá-lo para auxiliar na análise aqui proposta, com esse conceito auxiliando na compreensão de agentes e processos decisórios no projeto nacional tavorista. Em um terceiro movimento, será abordado o conceito de desenvolvimento para seguir na análise do que este significa dentro do projeto nacional proposto pelo intelectual.

## Capítulo 1. O homem

Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu em Jaguaribe, um pequeno reduto rural no interior de Ceará, em 1898. Descendia, por parte de seu pai, Joaquim Antônio do Nascimento, de uma família de sertanejos estabelecidos no povoado familiar de Gonçalo-Alves, no interior do Ceará. Pessoas simples cerceados pela disciplina severa do patriarca com um pedaço de terra no qual produziam o necessário para sua subsistência; Juarez Távora diz que

Naquele tempo constituía uma espécie de “taba” da família Nascimento, cujos rebentos se iam casando e, com exceção de meu pai e de tio Francisquinho, se agrupando em torno do lar paterno. Não o visito há mais de meio século; mas acredito que não tenha, ainda hoje, além da capela, muito mais de meia dúzia de casas (TÁVORA, 1974a, p. 18)

De sua mãe, Clara Fernandes Távora do Nascimento, vem o nome Távora, sendo este originário de uma família de nobres lusos envolvida em conspiração contra o Rei que leva a atentado falho contra este em 1759. Após tal fato, os responsáveis diretos pela ação são supliciados em Lisboa e os demais passam a ser perseguidos, o que faz com que muitos de seus membros suprimam esse nome. Entre estes estava o Sargento-Mor Manuel Peixoto da Silva Távora, ascendente direto de Juarez Távora e proprietário de terras Ceará adentro onde este viria a nascer e crescer: a Fazenda do Embargo. Somente após a extinção do Império, um século e meio após a prática do esquecimento, Antônio Fernandes da Silva Távora, tio-avô materno de Juarez, vai à Portugal e apresenta documentação idônea que comprova esse laço sanguíneo (TÁVORA, 1974a, pp.14-15).

Esse vínculo com uma nobreza ancestral impõe três dinâmicas à essa família:

a) apesar de empobrecidos desde os dias de corte, ainda tinham alguns dos Távora a condição de ascenderem socialmente para além de sertanejos erradicados em uma fazenda: o já citado tio-avô, Antônio Fernandes, levantou essa documentação para poder matricular-se na Universidade de Santa Apolinário, uma Academia de Nobres, onde doutorou em direito civil e canônico e diplomacia e tratados; seu tio, Carloto, foi bispo da Diocese de Caratinga, tendo renome o suficiente para conseguir que o Papa Pio XI enviasse uma carta para abençoar a cerimônia ali celebrada (TÁVORA, 1974b, p.24); outro tio, Belisário, foi bacharel em direito e, no então Distrito Federal, foi delegado, juiz e chefe de polícia; Joaquim, irmão mais velho de Juarez, era oficial do Exército. Os Távora podiam não ter capital financeiro abundante, mas conseguiam mobilizar suficiente recursos, sejam

simbólicos, sejam financeiros, para ocupar espaços de destaque na sociedade de seu tempo.

b) As terras onde viviam encontravam-se nas margens do Rio Jaguaribe, uma terra privilegiada quando comparada às localizações que sofriam com as secas ou acessos a açudes gerenciados por autoridades locais. Eventualmente, a família Távora, por discordâncias sobre as fronteiras entre propriedades, tem embates e criam inimizade com a família Acióli, que por sua vez eram autoridades situacionistas do governo da República Velha.

c) A capacidade de mobilizar recursos para deixarem a terra nativa e ascenderem por meio de ofícios diversos espalhou membros da família por múltiplos pontos do Brasil, permitindo uma certa mobilidade aos demais, aos quais os primeiros forneciam suporte para estadias, oportunidades de trabalho e contatos sociais.

Ao descrever seu núcleo familiar, Távora atribui a seus pais dois eixos morais fundamentais: "Eram, ambos, católicos praticantes e verdadeiros cristãos, por seu alto espírito de caridade" (TÁVORA, 1974a, p.11), estendendo à sua mãe uma imagem de caridade e cuidado, ideal materno-feminino, na prática gratuita do cuidado às mulheres grávidas da região, brancas e negras, ricas ou pobres sem distinção, (TÁVORA, 1974a, p.13) e ao seu pai a capacidade de através do trabalho artesanal e da criação de gado, sozinho, ser capaz de dar autossuficiência à fazenda da família (TÁVORA, 1974a, p.12).

Ao falar de sua infância sertaneja, o autor cita que em suas manhãs usualmente ia ao chiqueiro em que ficava a criação de cabras da família com sua tigela de mungunzá, e então enchia a mesma com o leite de uma das cabras, embora o fizesse sem limpar antes a barriga do animal que dormia nas condições esperadas para um chiqueiro. Diz então que "Confiava, talvez, no velho refrão sertanejo 'o que não mata, engorda'. E mastigava com gosto o meu mungunzá com leite de cabra e mais o tempero das 'pimentinhas' de esterco[...]" (Távora, 1974a, p.11). Também mostra ter desde o lar fortes ligações com a Igreja Católica, tanto por laços familiares quanto pelos hábitos cultivados pelos seus pais, seguidos esses hábitos pela disciplina julgada necessária para 'adestrar' os filhos: castigos físicos, embora não acontecessem sem motivação, eram frequentes:

Quando fazíamos alguma "levadice" sem gravidade, mamãe costumava puni-la com um beliscão torcido, discretamente, na pele da barriga; ou com alguns cascudos aplicados na cabeça; ou, ainda. Com duas ou três chineladas, no lugar competente. Papai só tomava conhecimento das faltas consideradas mais graves, aplicando-lhes corretivos que iam de algumas correadas, nas nádegas, até uma dúzia de "bolos", distribuída igualmente entre as duas mãos.

Tínhamos justificado pavor da “palmatória” [...]. (TÁVORA, 1974a, p.37)

Sobre esse tipo de punição diz o autor que “imagino que isso daria, hoje, origem a terríveis ‘complexos’. Felizmente, porém, naquele tempo, não havia – pelo menos naqueles confins do sertão jaguaribano – nada que justificasse essas sutilezas ou escapatórias modernas” (ibid., p.34). Távora demonstra, no decorrer de sua biografia, ser um homem conservador: mantém as relações de gênero tradicionais, patriarcais; preza um sistema moral pautado ora na força, ora no paternalismo; notas de racismo com “piadas” sobre pessoas pretas<sup>21</sup>; e é membro fundador de juventude católica na Escola Militar do Realengo<sup>22</sup>. É fácil transferir os valores expostos pelo homem à sua atividade e obra política, mas deixo claro desde o princípio, como veremos no decorrer do texto, a trajetória política e administrativa de Távora pode ser qualificada de diversas formas, mas não como *conservadora*.

Diz também o autor que, durante toda sua infância e adolescência foi atacado constantemente pela sua aparência; ainda infante, ao receber visita de algumas primas, ouve abertamente uma delas perguntando à sua mãe “onde conseguiu a senhora arranjar um ‘caçula’ tão feio!?”, ao que completou a outra “Eu, se fosse a senhora, me desfaria desse menino feio, ‘enjeitando-o’ no ‘monturo’<sup>23</sup>” (TÁVORA, 1974a, p.34), momento a partir do qual retrai-se em insegurança que acompanhará autor ao longo de sua vida e aparece em piadas auto-depreciativas, ou mesmo em insultos de terceiros à sua pessoa.

Pouco após o nascimento de Juarez, no ano de 1900, a família Távora migra para fugir de uma seca especialmente severa, e passará então os próximos oito anos migrando entre a Fazenda do Embargo, seu lar, e as casas de diferentes parentes paternos e maternos. Durante esse período Juarez aprende a ler, escrever e contar com sua mãe durante o ano de 1906. Em 1907 é matriculado junto com seu irmão, dois anos mais velho, Fernando, no Colégio São Luiz Gonzaga, propriedade de umas das irmãs mais velhas da família, já casada, mas ficaram pouco tempo por estarem adiantados no letramento, finalidade única daquela unidade. São matriculados, pouco tempo depois, em escola de

---

<sup>21</sup> Por exemplo: “Era metido a erudito, dizendo-se leitor frequente de escritores nacionais e estrangeiros. Incluía, entre estes, um tal de “Iscafiare” (que, segundo suponho, devia ser sua versão crioula de Shakespeare).” (TÁVORA, 1974a, p.72)

<sup>22</sup> “Alguns cadetes católicos [...] decidiram fundar uma Conferência Vicentina [...]. Dela participamos, Fernando e eu, desde sua fundação. Éramos, inicialmente, pouco mais de uma dúzia de confrades, que, animados pelo espírito apostólico do Padre Miguel, resolvêramos manter-nos fiéis à prática de nossa fé religiosa, em contraposição à indiferença ou à hostilidade imperantes no meio escolar [...]”. (TÁVORA, 1974a, pp.86-87)

<sup>23</sup> Sinônimo de lixo; volumosa pilha de dejetos.

propriedade de um de seus primos, que funcionava em uma “estrutura de madeira roliça, com paredes de ramos trançados de oiticica e teto recoberto com palhas de carnaúba” (TÁVORA, 1974a, p. 42).

**Imagem 1** – Da esquerda para a direita, os irmãos Fernando, Osmar (sentado) e Juarez Távora



**Fonte:** Távora, 1975a, p.XIX.

Chegado o ano de 1908 a família retorna e fixa-se na Fazenda do Embargo novamente. Juarez, com 10 anos, passa a participar dos trabalhos na fazenda com seu pai e seus irmãos presentes, partilhando também dos rituais cotidianos: acordava as 4:30 da manhã junto com os demais e tomava parte nas rezas por aproximadamente 30 minutos antes do trabalho típico da vida rural: ordenha de vacas e cabras, tratamento das criações, pesca, trabalho na roça e demais atividades do gênero. Contudo, quando ele passa a trabalhar nessas tarefas, seus irmãos mais velhos já estão estudando ou trabalhando fora da fazenda; “Devido a essa circunstância, nunca se sentaram juntos, à mesa familiar do Embargo, todos os filhos do casal” (TÁVORA, 1974a, p.50).

Em 1909 Juarez, junto com seu irmão Fernando, são matriculados em regime de internato em colégio na cidade de Quixadá, onde estudaram até 1911 e terminaram o

estudo primário, e a partir desse ano não mais voltariam a viver na fazenda de seus pais, onde cresceram. Estudaram então, até 1914, em diversas escolas em múltiplos locais, sempre sob responsabilidade de parentes: no externato Pedro II no Rio de Janeiro, vivendo com seu tio Belisário; no Internato do Patrocínio, em Juiz de Fora, sob os cuidados de seu tio Carloto; no Ginásio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, junto com seu irmão Joaquim, oficial subalterno da arma de engenharia do Exército.

Terminado o ensino secundário, os mesmos irmãos inscrevem-se na Escola Politécnica do Rio em 1915 e passam a morar com outro irmão, José. Ainda nesse ano, Juarez aprende a ajudar missa, ou ser assistente do ministrante, acompanhando seu tio Carloto na celebração de missas e batizados. Em 1916, entretanto, há um primeiro ponto de inflexão na trajetória do futuro intelectual militar: seus irmãos mais velhos constituem família e ficam impossibilitados de auxiliar no provimento dos mais jovens, ao que um primo, tenente do Exército, aconselha-os a pedirem transferência para a Escola Militar do Realengo. Na época, alunos da Escola Politécnica poderiam pedir transferência e entrar automaticamente na Escola Militar, sem prestar concurso. Precisavam, entretanto, de comprovante de instrução militar, o que não tinham.

Sentaram, então, praça voluntaria no Exército, para adquirirem experiência militar. Foram alocados na 4ª Companhia de Estabelecimento, localizada no Realengo, não sendo necessário que se deslocassem a novo lugar. Em 1917, após prestarem serviços, matriculam-se na Escola Militar e ambos os irmãos haviam decidido fazer o curso de engenharia militar. Dentre os 700 cadetes daquele ano, a turma de engenheiros militares possuía 12 alunos; seus veteranos de ano anterior era formada apenas por outros seis – entre estes estava Luís Carlos Prestes. Somadas à terceira turma, de cadetes mais antigos, não haviam 30 cadetes da Arma de Engenharia.

Nesse ano Juarez funda, com demais membros, uma conferência vicentina de cadetes católicos:

A tarefa não foi fácil. Éramos ridicularizados, inicialmente, por pequeno grupo de agnósticos impenitentes, cuja intolerância se manifestava<sup>24</sup> [...] durante a celebração da santa missa [...]. Mas somente um ano mais tarde, durante o surto epidêmico de gripe espanhola, [...] a Escola começaria a impressionar-se com aquele movimento religioso, inclinando-se a apoiá-lo, ou, pelo menos, a respeitá-lo. (TÁVORA, 1974a, p.87)

---

<sup>24</sup> É importante lembrar que, na segunda metade do século XIX, uma das principais correntes de pensamento que fazia-se presente no oficialato do Exército era o positivismo, cujo símbolo maior fora o Coronel Benjamin Constant. Entre os principais fundamentos dessa ideologia encontrava-se o cientificismo, fazendo da religião dentro do Exército uma espécie de tabu, no momento histórico em questão.

Durante o surto citado, os cadetes católicos, associados à Igreja, auxiliaram os populares locais com a distribuição de suprimentos gratuitos e visitas de auxílio doméstico<sup>25</sup>. Diz aqui o autor, sobre esse momento, que “Esses fatos sensibilizaram a Escola Militar [...]. A Conferência [vicentina] de São Maurício começou a ser respeitada. E a recristianização das Forças Armadas, já iniciada pela União Católica dos Militares, começou a tomar novo impulso” (TÁVORA, 1974a, p.91), e completa, com observação sobre tempos posteriores: “Vinte anos mais tarde, já general-de-brigada e subchefe do EME. [Estado-Maior do Exército], pude assistir, durante a celebração da Páscoa dos militares, na Academia Militar das Agulhas Negras, à comunhão de cerca de setecentos cadetes e praças daquela Academia. Foi esta uma das maiores emoções religiosas de minha vida!” (ibid., p. 91); como veremos posteriormente, a influência do catolicismo e cristianismo nesse intelectual é pilar fundamental de sua visão de mundo e eixo estruturante de sua proposta de projeto nacional.

Após esses eventos, Távora entra no ano de 1918, como que atingindo a vida adulta e começando a ter percepções sobre o mundo que o cerca, cita alguns fatos importantes, indicativos da trajetória que seguiria: primeiro, seu tio Belisário candidatara-se à Câmara dos Deputados como representante do Ceará, sendo, entretanto, da oposição local. Diz o autor que aí teve a primeira oportunidade de observar a dinâmica eleitoral daquele regime no qual vivia, afirmando que mesmo seu tio tendo obtido votos suficientes para eleger-se,

a Comissão de Reconhecimentos da Câmara aplicou [...] aritmética especial, através da qual se escamotearam tantos votos quantos foram necessários para permitir que lhe passasse a frente um candidato governista que teve menos votos do que ele. (TÁVORA, 1974a, p. 92)

Depois, ferido pela bala de revólver e convalescente de sintomas residuais da gripe espanhola, que também o contagiou, passara as férias da Escola Militar em propriedade rural mineira do Coronel Oscar Teixeira de Figueiredo Cortes, amigo de seu tio Carloto. Távora frisa um diálogo específico que teve com seu anfitrião:

---

<sup>25</sup> Curiosamente, esse é o momento em Juez Távora é atingido por uma bala pela primeira vez: houve um desentendimento com comerciante que, voluntariando-se para guardar os suprimentos recolhidos para serem distribuídos às famílias da região, passa a vendê-los. Ao cobrar o homem por tal comportamento, inicia-se uma confusão que terminará com Távora ferido por bala que atravessou suas duas coxas, sem maiores danos permanentes, e o comerciante espancado por demais cadetes e entregue à polícia (TÁVORA, 1974a, pp.89-90)



Certa vez, perguntou-me a quem considerava eu o maior homem do Império. Arrisquei duas respostas, referindo-me sucessivamente a Pedro II e a Caxias. Objetou que, apesar de serem ambos grandes homens, tinha havido um outro maior que eles. Indaguei, interessado, quem fora esse às dos tempos monárquicos. Respondeu-me convicto: Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá. E desfiou, ato contínuo, um rosário de *iniciativas industriais e financeiras*, com que Mauá teria *arrastado o Brasil nas pegadas dos Estados Unidos*, se a *timidez de nossos dirigentes políticos* [...] não lhe houvesse cortado as asas, quando apenas necessitavam ser medicadas e fortalecidas... Comecei, desde então, a interessar-me pela vida de Mauá, podendo verificar que fora, de fato, no seu tempo, um notável *capitão da iniciativa privada*, que bem merecia [...] um apoio firme do poder público. (TÁVORA, 1974a, p.93)<sup>26</sup>

Essas falas expõem o caráter sistêmico de um militar, ou militares, avaliando determinados cenários, e pessoal, em que esse agente específico mostra suas ideias por meio de eventos recortados de sua trajetória.

Quanto ao primeiro, como diz Wirth (1979, p.40): “Juntamente com seus oficiais superiores, os tenentes não confiavam nos políticos e acreditavam que os civis administravam a República de modo errôneo”. Era um refluxo da política de erradicação<sup>27</sup> pensamento que, segundo Coelho (2000, p.49), rege as relações civil-militares até 1930, e que, desde a Proclamação da República em 1889, passa a ser contestada cada vez mais enfaticamente por diferentes gerações de militares que acumulam inconformidade com o estado da instituição, de Deodoro da Fonseca para Floriano Peixoto, de Hermes da Fonseca aos tenentes.

Enquanto relato pessoal, são as primeiras citações em sua obra autobiográfica que envolvem fatores preponderantes tanto na sua trajetória quanto em sua proposta de projeto nacional: a pessoalidade e parcialidade que permeavam a política da Primeira República; a corrupção da soberania popular mesclada à corrupção e incapacidade das elites nacionais; uma histórica ineficiência administrativa e política do Estado brasileiro e seus efeitos sobre a capacidade de empreendimentos privados: essas são algumas das questões centrais que Távora tentará confrontar durante toda sua trajetória, ao qual, pretendo expor nesse trabalho, tem como base central três conceitos: moralização; soberania; desenvolvimento.

---

<sup>26</sup> Grifos meus.

<sup>27</sup> Coelho (2000, p.49) diz que a “política de erradicação se nutre de atitudes hostis à existência de uma Força Armada permanente e profissional” e “consiste em aplicar à organização a máxima do “conformar-se ou perecer”. Na trajetória histórica brasileira, a política de erradicação tem seu ponto alto durante o século XIX, começando com a resposta à deposição de Dom Pedro I ainda na primeira metade do dito século.

Prosseguindo, em 1919 Távora termina seu curso e torna-se aspirante à oficial da arma de engenharia, sendo o primeiro colocado na classificação da sua turma. Relata, aparentando uma cômica mágoa resignada e confirmando certa precariedade do Exército naquele tempo, que “Como primeiro da turma, deveria ter sido premiado com uma viagem de visita ao Exército chileno. Substituíram-na, porém, por um simples relógio-pulseira de ouro, em cuja inscrição meu nome fora alterado para Juraci...” (1974a, pp. 94).

Em 1920 Távora apresenta-se no 5º Batalhão de Engenharia, em Curitiba. Nada de especialmente memorável em sua carreira ou trajetória ocorre, mas no trecho de sua obra biográfica em que fala sobre o período, ele demonstra um traço fundamental de sua visão de mundo que transborda para seu pensamento político: Távora é um elitista.

Nas páginas 102 e 103 do primeiro volume de sua biografia (1974a), o autor descreve todos os laços sociais que fez com *boas famílias* da cidade, dos renomados clubes que frequentou, das festas dançantes e dos namoros e flertes que teve com moças de tal origem. Contudo, o tom da descrição muda quando, após abordar a própria experiência, o autor descreve as festas nos *Polaqueiros*: “centros em que as *empregadinhas*<sup>28</sup> familiares de Curitiba, quase todas descendentes de poloneses, faziam suas reuniões dançantes”, informação complementada com “Nunca tive tempo ou ânimo para frequentar um desses centros” (TÁVORA, 1974a, p.103). Há múltiplas passagens em sua biografia nas quais o autor descreve suas relações com *as boas famílias* da região em que então habitava, e, novamente veremos que isso é um traço presente em suas obras.

Em 1922 a trajetória de Távora sofre um reposicionamento: em meio à disputa pelas eleições presidenciais, o jornal Correio da Manhã estampa em sua capa o que seriam as cartas escritas pelo candidato situacionista, Artur Bernardes, insultando enfaticamente a oficialidade do Exército. Abre-se nova crise política na República.

O candidato nega a autoria das cartas e alega sabotagem à sua campanha; os militares não acreditam nisso e fazem sessão no Clube Militar onde grafólogos comparam a grafia da carta com de outros documentos escritos por Artur Bernardes. O grafólogo contratado pelos militares afirma ser essa a letra de Bernardes, e o contratado por Bernardes afirma não sê-lo. Aqui o autor cita que em 1923, dois indivíduos responsabilizaram-se pela falsificação das cartas, mas “essa confissão não foi objeto de qualquer inquérito, nem sujeitos a processo os falsificadores confessos” (TÁVORA, 1974a, p.112). A isso, o Exército reage com uma moção de repúdio ao então candidato e uma

---

<sup>28</sup> Grifo meu.

crítica que indicava, aos simpatizantes da instituição, a necessidade de repelir sua eleição pelas urnas.

Como funcionava na Primeira República<sup>29</sup>, Artur Bernardes, situacionista, vence e é reconhecido pelo Congresso. O oficialato do Exército recorre ao Senado pela abertura de um Tribunal de Honra que investigaria publicamente e decidiria ser ou não aquela carta de autoria do candidato eleito, mas essa proposta foi rechaçada tanto pelo eleito quanto pelos legisladores.

Autêntica ou apócrifa, foi essa malfadada carta o ponto de partida da crise político-militar, que deveria sacudir o país durante os dez anos seguintes. Tornara-se visível, em muitas guarnições militares, o descontentamento da oficialidade do Exército, com a eleição e reconhecimento do Sr. Artur Bernardes, para presidente da República, sobretudo na capital federal. (Távora, 1974a, p.113)

O então presidente Epitácio Pessoa decide confrontar o movimento: deporta em massa todos os oficiais presentes no Distrito Federal que não apoiassem Bernardes, partilhando para si também a crescente propensão ao conflito<sup>30</sup>. Como estopim, após tentativa de uso político de tropa do Exército para garantir posse de candidato governista por meio da ameaça de violência, rebela-se o Marechal Hermes da Fonseca, afronta o presidente e termina, dessa forma, tendo decretada sua prisão. A 5 de Julho de 1922, em oposição aberta ao governo da Primeira República, acontecem os primeiros levantes da segunda inflexão da vida de Juarez Távora: inicia-se o tenentismo.

Antes desse fato, diz o autor não participar de confabulações nos quartéis ou firmar presença nas reuniões do Clube Militar, onde se desenvolviam as discussões acerca dos interesses corporativos da arma terrestre, tendo apenas assegurado a seus colegas que, em caso de ação armada, se solidarizaria à causa e tomaria parte nela. Contudo havia ingressado na Escola Militar como professor, dada a progressão de carreira nesse ponto, e no dia do levante, Távora (1º Tenente) era o oficial de dia da escola, ou o oficial plantonista

---

<sup>29</sup> Como foi exposto por diversos autores e bem sintetizado no clássico “Enxada, Cabresto e Voto” de Victor Nunes Leal, o sistema eleitoral era central na manutenção do regime e característica marcante deste: as eleições eram fraudadas de formas absolutamente escrachadas para manter no poder políticos ligados aos estados de São Paulo e Minas Gerais, o chamado *regime do café com leite*, em que lideranças desses dois estados revezavam na presidência da federação. Nessa dinâmica de eleições fraudadas, ganhavam nos estados os candidatos escolhidos pelo governo federal para dar suporte naquela região, usando, além das fraudes, a violência para impedir que os opositoristas pudessem concorrer de maneira competitiva nos processos eleitorais.

<sup>30</sup> Como feito em alguns momentos de seus volumes biográficos, Távora dá informações pela metade, como que indicando temas e fatos a serem investigados sem, com isso, vir a se comprometer. Nesse trecho específico, diz o autor que apesar de haver protesto pacífico pela maior parte da tropa, “alguns oficiais aviadores navais chegaram a preparar seus aviões para manifestar, mais cruamente, seu desacordo com aquela manifestação...” (1974a, p.113).

responsável por aquelas 24 horas que precediam o levante. Após passar esse dia fingindo normalidade, isolando a comunicação de possíveis cadetes governistas e os vigiando, chegam durante a noite outros oficiais para organizar o levante, armar os cadetes e prender oficiais legalistas que moravam nas proximidades do Realengo.

Realizado o levante, entretanto, os cadetes e oficiais da Escola não foram acompanhados por seus camaradas das demais guarnições e, após breve troca de tiros e morte de um cadete, os revoltosos rendem-se e assim ocorre a primeira passagem de Távora pela cadeia. Nomeadamente, foi mandado para a prisão do Corpo de Fuzileiros Navais, na Ilha das Cobras, onde criou laços com diversos outros militares.

Após oito meses, todos os envolvidos no levante são postos em liberdade condicional, e então Távora passa a dividir quarto em pousada no centro do Rio de Janeiro com Artur da Costa e Silva. Em um breve período de normalidade, Távora continua sendo processado pela participação no levante. Não tentando escapar da ação, admite em juízo todos os fatos de que tomou parte e sua responsabilidade neles. Contudo, passa a espalhar-se entre os militares a hipótese de que Artur Bernardes perseguirá todos, civis e militares, que lhe fizeram oposição. Aos partícipes da revolta, dir-se-ia que sofreriam perda de patente, destino que lhes tiraria o direito à pensão e a condição de militar. Nesse contexto “já se esboçara [...] uma sondagem entre os militares, para tentar pôr cobro à sede de vingança do novo presidente da República. Era figura mais graduada desse movimento o General da Reserva Isidoro Dias Lopes” (TÁVORA, 1974a, p.128). Confirmada a suspeita e sendo processado por crime contra a constituição e o regime, Távora toma o único caminho disponível: trabalhar pela depor Artur Bernardes.

Conspirando junto de Luís Carlos Prestes, Paulo Kruger, Osvaldo Cordeiro de Farias e outros militares mais, passa a tentar aliciar oficiais dispostos a aderir à uma revolta contra o governo no sul do país, enquanto seu irmão Joaquim fazia o mesmo pelo estado de São Paulo. Após inicial sucesso no aliciamento nessas regiões, o movimento é sabotado por um oficial-superior, Major Bertoldo Klinger, que após dizer que tomaria parte no movimento, desmente essa participação quando consultado por militares já aliciados e desanima grande parte dos conspiradores. Nesse contexto de incertezas, decidiu-se irromper o movimento no dia 5 de julho de 1924, mas um dos conspiradores denuncia ao governo o que está prestes a acontecer em movimento de traição, tendo possibilitado contramedidas por parte do general responsável pela Região Militar de São Paulo. Essas contramedidas culminaram no desgaste inicial do movimento, com arrancada mais branda do que o planejado, sem aproveitamento do importante elemento surpresa, e a prisão de

Joaquim e Juarez Távora. Foram, entretanto, soltos após a retirada da tropa rebelada da cidade de São Paulo.

Agora, um breve aviso ao leitor: aqui se iniciam os eventos que levarão à famigerada marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes entre os anos de 1924 e 1927. Há volumoso material<sup>31</sup>, primário e secundário e das mais diversas perspectivas, sobre esse evento. Sendo esse trabalho um estudo sobre o intelectual Juarez Távora, e pouco construindo sobre sua personalidade os pormenores estratégicos da longa movimentação dessa coluna sertão adentro, não me aprofundarei nesse aspecto e não abordarei esses eventos com a profundidade que sua importância na história política nacional exigiria. Sobre esse evento, procuro resumir algumas considerações de maior importância sobre seu impacto na experiência pessoal e efeitos no pensamento político de Távora.

**Imagem 2** – Távora (sob o x) em meio à Coluna Prestes em Goiás no dia 5 de julho de 1925



**Fonte:** Távora, 1974a, p.XXIII.

<sup>31</sup> “A Coluna Prestes” de Neil Macaulay; “A Coluna Prestes” de Anita Leocádia Prestes; “A Coluna Prestes: Análise e Depoimentos” de Nelson Werneck Sodré; “A Coluna Prestes” de Luiz Maria Veiga; “As Noites das Grandes Fogueiras” de Domingos Meirelles, além das múltiplas biografias dos diversos participantes do movimento, como Miguel Costa, Isidoro Dias, Siqueira Campos, Djalma Dutra, Osvaldo Cordeiro de Farias, e seus antagonistas, como Pedro Aurélio de Góes Monteiro, fazem parte dessa volumosa produção.

Em primeiro lugar, é nesse momento que o autor torna-se um oficial com experiência de ofício. Inicialmente, sob seu comando, acontecem incidentes decorrentes de um mal planejamento e execução das ordens como, por exemplo, a transposição do Rio Paraná no sul do Mato Grosso, quando seu batalhão cruza área de concentração de forças governistas, é pego de surpresa e perde 100 homens, entre mortos e feridos, além de diversas metralhadoras e munição – todos esses bens escassos para uma campanha de guerrilha.

Em outro momento, após encontrar e aglutinar suas tropas com aquelas de revoltados gaúchos, por volta de 1500 soldados fartamente armados e montados (TÁVORA, 1974a, p.163), na região do Paraná, deixa de ser o oficial comandante, dada a presença de um oficial general; este, por sua vez e como tradicional da estrutura militar dos gaúchos<sup>32</sup>, não respeitava preceitos básicos da ciência militar, tomando decisões arriscadas e faltando com cuidado na movimentação. Em determinado momento, acampa em região que Távora desaconselha de fazê-lo por saber que tropas governistas faziam o mesmo nas proximidades. O general não o ouve e, ao amanhecer, são avistados pelos governistas e atacados de imediato. Sem organização possível neste cenário, os 1500 homens são dispersos e o armamento e muniamento perdidos.

Situações como essa, mesmo que prejudicando as potencialidades daquele movimento, colaboraram para que um jovem oficial sem experiência real de combate compreendesse melhor a lógica de operações dessa natureza. Esse acúmulo de experiências deve ser levado em conta como fator explicativo para que a tomada da região norte durante a Revolução de 1930 tenha sido possível, mesmo sob condições desfavoráveis. Távora foi o único dos tenentes a planejar, coordenar e comandar a estratégia de grandes corpos de tropa durante esse movimento, cabendo a coordenação geral das tropas no sul do país a Góes Monteiro<sup>33</sup>.

Como segundo ponto, nesse momento Távora passa a se consolidar como uma liderança militar, embora sejam muitos os possíveis fatores que contribuam para tal: o primeiro deles pode ser a antiguidade entre os tenentes, uma vez que Távora se destacava por ser o aspirante a oficial com maior nota entre aqueles de sua turma, tornando-se o

---

<sup>32</sup> Sodré (2010, p.109), diz, sobre a tradição militar gaúcha, que “A norma dos costumes acabou por dar formas quase estáveis, quase institucionais, a essa estrutura militar. Ela não se assemelhava, entretanto, à estrutura oficial e normal. [...] era uma tropa que tinha suas próprias regras, a sua própria disciplina [...]. Os comandantes [...] eram paisanos, pertencentes a famílias abastadas, e em geral organizavam por conta própria seus batalhões e regimentos. Não existia entre chefes e subordinados a disciplina militar, como a compreendem e executam os técnicos da guerra.”

<sup>33</sup> Young, 1964, p.180.

mais antigo de seu ano e, portanto, a liderança natural entre estes; outra possibilidade está em sua trajetória errante somada aos contatos oferecidos por membros de sua família, o que permitiu que este formasse uma rede de contatos e criasse boa reputação dentre o oficialato; é possível também que, nas ações em que Távora esteve como comandante, principalmente nas operações que deram errado com objetivos não atingidos ou grande perda de tropa e equipamentos, seu pensamento rápido evitou que desastres fossem ainda maiores, salvando parte dos soldados com ordens que cumpriam a finalidade de salvar vidas, como mostra sua reação na citada passagem com o general gaúcho:

A confusão foi total, privando os chefes de capacidade para formar e comandar sua tropa. [...] Debalde o General Honório, transformado em simples combatente, investia de lança em punho contra os adversários mais próximos, animando os poucos núcleos de resistência. [...] Acompanhando-o, por dever de honra, naquelas loucas investidas, fiz-lhe ver que a persistência nelas seria um sacrifício inútil, aconselhando-o a tentar, imediatamente, uma retirada, com os poucos elementos que ainda tínhamos sob comando [...]. Fui atendido nesse conselho, dividindo-se, então, a pequena tropa que tínhamos reunido em torno de nós em dois grupamentos [...]. (TÁVORA, 1974a, p.165)

Como diz Clausewitz, ao qualificar o gênio militar,

A coragem pode ser de duas espécies: a física, que se manifesta quando existe o perigo para a própria pessoa; e a moral, ou a coragem perante a responsabilidade, seja mediante o assento do julgamento da autoridade externa, seja mediante o poder último, a consciência. (CLAUSEWITZ, 2005, p.43)

É possível supor que já naquele momento, Távora transparecia possuir ambas as coragens aqui descritas, sendo as falhas que ocorreram em operações sobre seu comando<sup>34</sup> mais relativas à falta de estrutura como informações, armamentos, pessoal treinado adequadamente e meios de transporte, todas variáveis demasiadamente complexas para um jovem oficial lidar. Assim sendo, o autor conseguiria ainda manter admiração daqueles ao seu redor, o que é um ponto central para análise de liderança.

Williams e Leavitt (1940)<sup>35</sup> tentam compreender a construção da liderança entre oficiais militares e partem de um princípio básico contrário de Clausewitz: não tentam

<sup>34</sup> Embora esteja indicando aqui exemplos de operações em que houveram falhas, Távora foi responsável por operações em que, na maior parte de sua trajetória com a Coluna, não houve incidente ou desvio dos planos, sendo possível atestar sua competência enquanto oficial militar, embora talvez não genialidade.

<sup>35</sup> Busquei a bibliografia mais próxima o possível do tempo em que o autor viveu por compreender que o fenômeno da construção das lideranças militares é reativo, primeiramente, às variações culturais, éticas e valorativas de cada espaço-tempo, e depois disso, à doutrina e tecnologia militar regente no espaço-tempo específico. Dentro dessa perspectiva, seria ideal correlacionar ao argumento textos dessa temática escritos por autores nacionais entre 1915-1935; infelizmente não encontrei em minha busca texto de tal categoria.

compreender o fenômeno da liderança centrado no líder, mas sim nas relações construídas ao seu redor e na construção de sua imagem. Analisando a qualificação de oficiais subalternos em ranking próprio de suas escolas e correlacionando-os à dados qualitativos obtidos através de entrevistas com comandados e seu círculo hierárquico<sup>36</sup>, eles chegam a algumas conclusões: primeiramente, não há correlação significativa entre alta pontuação em habilidades de combate e ser considerado um bom líder; em seguida, constatam que os valores mais apreciados nas relações de liderança são 'liderança em emergências' (*emergency leadership*) e 'ser justo' (*fairness*); por fim, então, compreendem que o mais importante para a construção da liderança é ser bem visto por aqueles que cercam o agente.

Ao que indica sua biografia, Távora era bem apreciado por aqueles próximos de seu círculo hierárquico sendo diversas vezes, chamado para desempenhar funções representativas dos movimentos: foi encarregado da subchefia do Estado-Maior da Coluna; foi encarregado de redigir carta em nome do comando da Coluna quando esta atravessaria a fronteira com o Paraguai, declarando não ser aquela afronta à integridade territorial do país vizinho; quando Prestes optou pelo comunismo, foi Távora, entre todos os demais tenentes, que respondeu seu manifesto; no princípio da preparação da Revolução de 30, quando Prestes negara tomar a liderança do movimento e as lideranças civis indicaram João Alberto para tomar seu lugar, este, ao negar, indicou Távora para o posto<sup>37</sup>.

Neste relativo, suas passagens em prisões e fugas enquanto jovem oficial podem ter acabado por auxiliar na construção de suas relações com partes do que viria a ser o alto oficialato pós-30, tendo convivido em isolamento coletivo junto com figuras como Augusto Maynard Gomes, Tasso de Oliveira Tinoco, Gustavo Cordeiro de Farias, Alcides Gonçalves Etchegoyen, Odílio Denys, Eduardo Gomes, Francisco Pereira da Silva, Antônio Siqueira Campos, João Alberto, Estilac Leal, Djalma Dutra e Artur Costa e Silva. Távora construiu durante a clandestinidade profundas relações de amizade, ainda naquele período, com o que viria a ser parte da elite militar e política brasileira.

---

Além disso, o texto em questão teve como amostra jovens oficiais que ainda não haviam atuado em combate, o que significa que sua experiência com a liderança era relativa à eficiência em exercícios e simulações, sem o custo real da vida que erros em combate criam; de certa forma, nesse fato eram semelhantes a muitos dos soldados que compunham a Coluna, que há pouco tempo não haviam atirado em alvos humanos e, só então, começavam a ter contato real com o fenômeno da guerra.

<sup>36</sup> Conjunto de militares que tem antiguidade semelhante convivem entre si, criando um sentimento de camaradagem: um aspirante não frequenta os mesmos eventos sociais que um tenente, um tenente não frequenta os mesmos eventos sociais que um coronel e assim em diante.

<sup>37</sup> Importante notar que cito apenas os fatos que ocorrem até 1930 por entender que esse é o período em que Távora vem a ser um líder. Estes, entretanto, não são os únicos e nem os mais contundentes expoentes de sua liderança entre toda uma geração politicamente impactante de militares, apenas os primeiros.



Por fim, o último impacto que a Coluna teve na trajetória de Távora foi referente à sua percepção dos problemas sociais espalhados pelo extenso interior do Brasil. Como ele coloca na introdução do segundo volume,

Já os movimentos de julho e novembro de 1924 [...] tiveram, desde o início de sua preparação, conotação política, visando limitar a capacidade pessoal de [...] executar, impunemente, desde que se investira em suas funções presidenciais, implacáveis vinganças contra seus adversários [...]. E, mais tarde, com o prosseguimento da luta sustentada, em 1925 e 1926, pela Coluna Miguel Costa-Prestes, no interior do Brasil, juntaram-se às implicações políticas iniciais, outras de natureza econômico-social, induzidas pelas impressionantes condições de miséria e de abandono a que estava sendo condenada a quase totalidade de nossas populações interioranas. Para essa enorme massa de deserdados, parecia-nos só haver duas manifestações do poder público – a coação brutal da polícia e a cobrança extorsiva dos impostos. (TÁVORA, 1974b, p.6)

Essa perspectiva sobre a vida do sertanejo, sob jugo de coronéis e forças policiais, foi um choque para Távora que, da família de onde veio, conheceu a dureza do sertão e da vida no campo, mas não conheceu a fome ou a violência policial. Contudo, o autor ainda continua:

Na verdade, o sacrifício que estávamos fazendo de nossa mocidade, naquela dura peregrinação, mal se equiparava ao que infligíamos a essas mesmas populações miseráveis, que eram obrigadas a pagar o pesado tributo de alimentar, vestir e montar cerca de mil soldados revolucionários – além de sofrer, por vezes, os maus tratos destes e das tropas governistas que os perseguiram. [...] Apesar de tudo, porém, a marcha [...] contribuiu para despertar no povo brasileiro o sentimento de revolta contra as nossas mazelas políticas, que se desencadearia, com ímpeto irresistível, em outubro de 1930. (ibid., pp.6-7)

Como que percebendo a fervura da água ao mergulhar as mãos nela, Távora compreende que o movimento não poderia ter êxito em atrair apoio popular pois, via de regra, era mais um incômodo para a vida de uma população já sofrida. Prestes tem na situação encontrada o gatilho para não mais *agir contra* um governo, mas compreender os problemas nacionais e daí propor soluções, o que leva-o ao comunismo. Távora, por sua vez, é atingido dessa mesma forma por essa parte da trajetória dos tenentes, mas com uma base de ideologia nacionalista privilegiada por intelectuais daquele espaço-tempo (PÉCAUT, 1990), toma outras bases:

E suas implicações de natureza econômica e social fixaram-se tão fortemente em nosso espírito, que, ao processar-se essa revolução, contrapondo-me à posição marxista, preconizada por Prestes, pugnei pelo estabelecimento de uma nova estrutura política que, sem renegar os fundamentos da democracia, pudesse estabelecer, em

nome de todas as classes e em benefício do povo, uma nova estrutura econômico-social. (TÁVORA, 1974b, p.7)

A base dessa *nova estrutura política* que Távora diz ter criado é uma amalgama dos valores já absorvidos pelo autor, em sua experiência vivida, e de sua interpretação dos problemas políticos e sociais existentes, sendo suas principais referências teóricas Alberto Torres e Oliveira Vianna, dois intelectuais de suma importância para compreensão das críticas feitas pelos tenentes à Primeira República: o falso liberalismo que na verdade é um monopólio da política institucional e do Estado por elites paulistas e mineiras; a incapacidade de compreender em profundidade a nacionalidade brasileira, seu povo e seus problemas e, portanto, incapacidade de solucionar estes problemas; a ineficiência e corruptela da elite política brasileira; a necessidade de criar uma nova elite capacitada a erigir um novo regime, adaptado à cultura e necessidades específicas do Brasil; e o que qualificá-los-ia enquanto autoritários – a necessidade das elites imporem, por meio do Estado, um projeto nacional que construa a sociedade nacional que, abandonada à própria sorte, está fadada à inércia (PÉCAUT, 1990).

Sua jornada com a Coluna termina no dia 31 de dezembro de 1925, quando é emboscado sozinho por um batalhão durante o cerco à Teresina, rendido e preso<sup>38</sup>. É enviado, primeiro, à prisão no Rio de Janeiro e, após tentativa frustrada de fuga junto com Eduardo Gomes e Carlos Chevalier, é enviado para a Ilha da Trindade também na mesma companhia. “Ao cabo de três dias de viagem, aproximamo-nos da ilha” (TÁVORA, 1974a, p.207) é uma pista para as possibilidades de fuga dessa nova prisão a céu aberto, estando situada a aproximadamente 1200km da costa do Espírito Santo. Nesse período de aproximadamente 7 meses (abril à novembro de 1926), novamente Távora convive prolongadamente com diversos oficiais que influirão decisivamente na política brasileira dali á poucos anos. Nesse período também deixa claro que já tinha certa familiaridade com os *autoritários*, embora não relate quando ou como foi seu primeiro contato com estes:

A leitura era um dos passatempos mais generalizados entre os presos. Os livros de uns passavam, sucessivamente, a todos, quando sua leitura despertava interesse. *Reli minhas coleções de Alberto Torres* e Euclides da Cunha, além de vários volumes sobre a Revolução Francesa.<sup>39</sup> (ibid., p. 212)

---

<sup>38</sup> Segundo o autor, teria lhe sido confidenciado, posteriormente, que à notícia de sua prisão, a ordem vinda do Rio de Janeiro era de fuzilá-lo. A ordem não teria sido cumprida por opção do oficial responsável pela operação, mas Távora nunca investigou o caso mais a fundo. (TÁVORA, 1974a, p.196)

<sup>39</sup> Grifo meu.

Findado esse período em isolamento geográfico com o final do mandato de Artur Bernardes, Távora é enviado de volta à prisão no Rio, de onde escapa e passa a viver na clandestinidade. Por alguns meses vive próximo a parentes no interior do Rio, período em que tenta investir em uma olaria; em seguida, passa curtíssimo período se mudando entre residências de parentes e amigos, destacando aqui que passou pouco mais de uma semana hospedado na casa de Newton Estilac Leal, João Alberto e Siqueira Campos. Findando esse período de rápidas hospedagens, muda-se para a Argentina e vive junto com Orlando Leite Ribeiro, Siqueira Campos, Djalma Dutra e João Alberto em república, todos em péssima situação financeira, vendendo cabos de vassoura e sacos de café importados do Brasil para comerciantes locais.

Essa situação só começará a mudar em 1929 quando, aproximando-se o processo eleitoral de 1930, elementos civis da Aliança Liberal entram em contato com esses tenentes para informarem-se sobre a disposição destes em colaborar com um novo movimento revolucionário para tomar o governo do regime instaurado por São Paulo e Minas Gerais.

O processo de negociação teve a participação de múltiplos atores: por parte dos tenentes, Távora deu o pontapé inicial com carta enviada à oposição de Minas discorrendo sobre a convicção dos tenentes. A partir disso as negociações foram mantidas por Prestes, do lado dos tenentes, e do outro pelos civis Paulo Nogueira Filho, de São Paulo, Carlos e Caio de Lima Cavalcanti, pernambucanos, e posteriormente, Osvaldo Aranha, que apesar de representar o Rio Grande do Sul, também já era ponte com a oposição mineira.

Távora (1974a, pp. 239-240) diz que, ainda nesse momento, tenta convencer Prestes e Miguel Costa da possibilidade de criarem um programa de ação para que, uma vez vitoriosa a revolução, não fossem os militares cooptados por projetos de terceiros e manter o movimento em um caminho de comum acordo pré-estabelecido entre as partes, sendo essa sugestão negada por Prestes e Costa. Távora parte para o Brasil junto com Siqueira Campos e João Alberto para iniciar negociações pessoais junto aos políticos opositoristas da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Após negociação com o governo mineiro, Távora volta ao Rio. Mais uma vez é preso e, novamente, com companheiros já de longa data, foge e despista a polícia, indo até o norte do país, lá reunindo-se com diversos políticos e militares para dar início à organização da conspiração no norte. Esse, entretanto, também é o momento em que começam a aparecer sérios revezes para a organização do movimento.

No mês de maio de 1930, Prestes formaliza sua adoção da ideologia marxista como cerne de sua visão de mundo, passando a negar seu apoio ao movimento em andamento. Para conversar com quem até então fora a principal liderança tenentista, João Alberto e Siqueira Campos vão ao seu encontro em Buenos Aires, tendo a viagem um saldo absolutamente negativo: além de não convencerem Prestes a retomar a chefia militar do movimento, importante tanto pela capacidade militar deste quanto sua imagem que galvanizava grande quantidade de apoiadores, o avião em que viajavam cai na viagem de volta, morrendo aí Siqueira Campos<sup>40</sup>, deixando no movimento um vácuo de duas de suas mais importantes figuras, ao que Távora atribui a dificuldade “não apenas para a ação conspiratória de elementos militares; dificultariam, também, após a vitória revolucionária, a sua desejada ação renovadora” (TÁVORA, 1974a, p.267).

Este parece ser o momento em que Távora torna-se a massa que preenche o vácuo: após tais eventos, recebe de Prestes um manifesto que expõe sua opção pelo comunismo. A esta, Távora responde, inicialmente, com carta privada. Neste documento já podemos ver traços centrais que o intelectual Távora havia absorvido e a partir dos quais identificava demandas de transformação do Brasil. Destaco aqui os seguintes trechos:

Foi com imensa tristeza que concluí a leitura deste, cuja publicação encerrará, a meu ver, o ciclo de verdadeiro prestígio da revolução. [...] A revolução não pode ser feita com o programa anódino da Aliança [Liberal]. Está Certo. Concordo. Sou radicalíssimo, diante desse programa. Admito que, num país de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, se forneça terra gratuita a quantos quiserem lavrá-la. Mas discordo que seja preciso confiscar o latifúndio honestamente adquirido. [...] Sou contra o imperialismo, [...] Mas, por isso mesmo, nós, que mal podemos levantar do nosso pescoço a canga que nos impuseram os senhores indígenas, *não devemos, antes de quebra-la, revoltar-nos contra a outra* [...]. Reconheço que a atual atividade do capital estrangeiro é absorvente e voraz. *Mas poderá ser limitada e regulada* por um governo verdadeiramente patriota [...]. À revolução vencedora competiria coibir o abuso; mas não pretender saná-lo com uma desonestidade. Sou partidário decidido da nacionalização das quedas d'água e das riquezas do subsolo. Mas discordo de que isso se faça por simples confisco. *Mesmo porque não teríamos força para fazê-lo*. Concordo que o proletariado tenha direito a um lugar sob o sol: limitação de horas de trabalho; regulamentação e proteção do trabalho de mulheres e de crianças; seguros contra acidente, desemprego, velhice, invalidez e doença; direito de greve, de reunião e de organização. [...] *É o que tem feito os povos civilizados*. Vou mais adiante: quero que se legisle sobre salários e sobre o interesse

---

<sup>40</sup> Távora parece ter desenvolvido relação especial com Siqueira Campos: no decorrer do texto, o autor cita diversas passagens em que dialoga com esse companheiro, normalmente sendo alvo de piadas dele; dizia, como que descrevendo o jeito malicioso e astuto do companheiro, que este mantinha “a moca costumeira de seus olhos de gato” (TÁVORA, 1974a, p.185) e seu humor que “era, tipicamente, uma unhada de gato, bem do temperamento de Siqueira Campo” (ibid., p.189).

dos operários nos lucros auferidos pelas empresas em que trabalham. Mas discordo de que se estabeleça um governo em nome exclusivo dos proletários, marinheiros e soldados. Isso é idiotismo comunista. *Prefiro um governo de gente esclarecido e honesta, estabelecido em nome de todas as classes [...]. Sou contra a atual ordem das coisas, porque resulta de um governo de capitalistas [...]. Sou contra, igualmente, um governo de operários [...]. E – excesso por excesso – prefiro o que aí está, por me parecer mais esclarecido e menos feroz que o outro. É isso, meu caro amigo, que posso lhe dizer, por hoje, sobre o seu manifesto. [...] Reafirmo-lhe que ele matará a nossa revolução [...].* (TÁVORA, 1974a, pp.268-269)<sup>41</sup>

Como esperado, Prestes publica seu manifesto que rapidamente se alastra pelo Brasil. Como esperado, também, muitas dúvidas passam a rondar a efetividade do levante em planejamento. Távora escreve um manifesto-resposta à Prestes, reivindicando ele a revolução em preparo e diferenciando o movimento daquele proposto pelo antigo companheiro. Esperando apoio do resto da classe para desmentir a perspectiva de Prestes publicamente, envia o documento a demais militares que organizavam o movimento esperando que fosse publicado sob assinatura conjunta. Ninguém assinou. Seja por não ser Távora, para aqueles companheiros, alguém da estatura de Prestes, seja por desânimo com a perda de dois companheiros, seja por mais um levante que parecia então fadado ao fracasso, o documento é publicado apenas com o nome de Távora. A partir desse momento, o papel de Távora passa a ser o de impedir a desintegração da organização revolucionária.

Contudo, em dado momento não só os militares deram um passo atrás, mas os civis também: tanto os representantes de Minas Gerais quanto os do Rio Grande do Sul, os dois estados de maior envergadura a apoiar a revolução, disseram não mais apoiar o movimento. Com essa notícia, Alberto Torres, comandante militar escolhido após a debandada de Prestes, entrega o posto e sugere Távora para ocupá-lo. Além disso, Osvaldo Aranha, mais ativo articulador civil do movimento, entrega seu cargo de Secretário do Interior gaúcho. Távora recusa tomar o comando, diz estar desiludido e próximo à desistência, e envia cartas comunicando aos conspiradores do norte esse fato.

Isso subitamente muda quando Aranha aparece alguns meses depois, dizendo ter recrutado as tropas de Estilac Leal e parte dos políticos da Aliança Liberal para fazer o movimento o mais rápido o possível. A liderança militar, contudo, escapa das mãos dos tenentes que, desanimados pela deserção de Prestes, pela morte de Siqueira Campos e pelos recuos das lideranças civis, negam-se a assumir o posto de comando do movimento,

---

<sup>41</sup> Grifos meus.

sendo este assumido pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Infelizmente para os tenentes, isso significaria que após a revolução, seria esse mesmo Góes Monteiro, “elemento mais vinculado aos políticos da Aliança Liberal que aos antigos revolucionários” (TÁVORA, 1974b, p.7) o responsável pela reforma do Exército e que, sob seu comando, decidiria pressionar ou não o governo pelas reformas pretendidas pelos jovens oficiais, segundo sua vontade<sup>42</sup>.

Todos esses processos de preparação de nova sublevação são acelerados por um evento catalisador: no dia 26 de Julho de 1930 o presidente da Paraíba e ferrenho opositor ao regime da República Velha, João Pessoa, é assassinado por um de seus opositores. Nas palavras de Góes Monteiro, “a crise emocional atingiu, então, ao seu mais alto grau, como que um novo Sarajevo” (COUTINHO, 1956, p. 76). O processo de revolta inflamada já não seria resolvido com palavras e, naquela mesma noite, isso ficou claro quando apoiadores do finado presidente estadual incendiaram diversas casas de seus opositores pela cidade.

Pouco mais de dois meses depois, no dia 3 de outubro de 1930, todos os preparativos haviam sido feitos, e no dia 4 o movimento eclodiu; dia 20 a maior parte do norte, fora a Bahia e Pernambuco, estavam sob domínio revolucionário; no dia 24, o então presidente da federação, Washington Luís, foi deposto por junta militar no Rio de Janeiro, e a 27 Távora encontrava-se no Rio, sendo celebrado por multidão que comemorava a queda do que agora passaria a se chamar *República Velha*.

Aqui acontece uma terceira inflexão na trajetória política de Juarez Távora. Antes, enquanto um agente exógeno ao Estado, a potência de sua oposição estava na força propositiva, lógica, teórica de suas críticas contra o velho regime e em função do novo. Agora, feita a revolução e estando o intelectual em posição de *statebuilder*, não se trata mais de apenas propor, mas efetivamente construir, executar. O próprio autor constata que, feita a revolução, seus primeiros dias foram de meditação sobre o que poderia fazer no futuro de acordo com as expectativas construídas no passado:

Como iríamos conseguir dos políticos da Aliança Liberal a compreensão e o respeito por esses compromissos, se nem lográramos acertar, entre nós mesmos, de forma explícita, os pontos essenciais da transformação desejada? Essa questão se tornava mais complicada para mim, porque, defendera, de público, a tese de que nós – revolucionários militares – não devíamos aceitar cargos políticos, no novo governo, nem pleitear privilégios dentro das Forças Armadas, [...] mas manter-nos juntos às tropas [...] a fim de tentar

---

<sup>42</sup> Para mais informações sobre Góes Monteiro, José Pessoa e a reforma da Escola Militar, ver Castro, *A Invenção do Exército* (2002).

impor aos políticos, no governo da revolução, os nossos pontos de vista mais essenciais<sup>43</sup>. A consecução desse objetivo apresentava, entretanto, duas dificuldades iniciais: de um lado, o afastamento de Prestes retirara dos antigos “Tenentes” revolucionários o comando militar da revolução, que passara, de fato, às mãos do então Tenente-Coronel Góes Monteiro, como Chefe do Estado-Maior das forças sublevadas no Sul [...]; e, de outro lado, a falta de definição prévia de algumas diretrizes básicas, para orientar as reformas estruturais a serem pleiteadas pelos “Tenentes” da velha guarda revolucionária, junto aos chefes políticos daquela Aliança. (TÁVORA, 1974b, p.7)

Aqui, Távora percebe que será necessário modificar em algum nível suas ações políticas em contradição do que havia dito anteriormente: precisará tomar sim parte no governo em cargo político.

A crença de que o Exército e seus revolucionários poderiam conseguir as mudanças radicais esperadas pressionando os políticos naufragou já de início: para aplacar os ânimos sobre a interventoria de João Alberto em São Paulo, Góes Monteiro diz aos paulistas, em esforço conservador, que não haverá mudanças políticas radicais senão aquelas já enunciadas no programa da Aliança Liberal. Távora, em período próximo, diz em entrevista à jornais que achava deficiente o programa de governo da Aliança Liberal, fato já citado até anteriormente à Revolução. Não haveria consenso nesse método e isso era perceptível já de início.

Após esse desencontro, Vargas oferece à Távora o Ministério de Viação e Obras e, tendo dito reiteradamente aos revolucionários, especialmente aos nortistas, que não aceitaria cargo político no governo, Távora recusa o convite sob o perigo de causar ainda mais mal-entendidos entre as expectativas revolucionárias e a realidade do cenário político. Após apelo de Aranha, Távora aceita o cargo para não retratar a imagem de desentendimentos entre Vargas e os tenentes, ficando na pasta apenas por tempo suficiente para transmiti-lo ao seu sucessor na pasta.

Após esses desencontros em que perceberam a dificuldade de encontrar um denominador comum entre os grupos, tenentes e políticos tentam construir uma estrutura que suportasse o diálogo preemptivo ao processo decisório. Com essa função em mente,

---

<sup>43</sup> Em carta escrita em 1930 para tranquilizar um tenente após a publicação do manifesto de Prestes, Távora expõe os horizontes da revolução para o (mais) jovem oficial. Em determinado trecho ele diz que “sempre que se admitiu a hipótese do movimento armado, o seu desfecho vitorioso implicava no estabelecimento da ditadura” (TÁVORA, 1974a, p.273), esta tanto para garantir aos políticos a possibilidade de efetuar as mudanças quanto pressioná-los pela força a fazê-lo, se preciso fosse. As relações políticas civil-militares até então haviam sido pautadas em oportunismos civis, o que gerou essa desconfiança. Novamente, “Do lado dos militares, a aliança nunca se fez sem reservas mentais, pois não deixavam de perceber na ação dos próceres civis o desejo de servir-se das Forças Armadas para, depois, descartá-las como limão espremido, quando não acabar com elas enquanto organização”. (OLIVEIROS, 2000, p. 15)

cria-se a Legião de Outubro, “órgão associativo de base, capaz de congrega, em cada município, todos os elementos atuantes ou simpatizantes da revolução, sob chefias de confiança de delegados do Governo Provisório” (TÁVORA, 1974b, p.16). Com uma estrutura federativa, esperava-se construir a partir dela um partido verdadeiramente nacional, onde as políticas locais fossem sugeridas pelos habitantes locais, mas cujas opiniões e demandas também chegassem aos governos estaduais e federal ao subir da esfera municipal para estadual e da estadual à federal. A ideia, contudo, rapidamente foi corrompida.

Em concordância com o que expõe Távora em seu texto biográfico, embora com mais profundidade e sinceridade no que tange as relações entre a organização e a influência fascista imbricada nesta, Flynn (1979) analisa as atividades e ações da Legião nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O autor mostra, nessa análise, que uma estrutura política por si só não é capaz de alterar a cultura política de seus integrantes.

Em São Paulo, a Legião foi pivô das discordâncias entre João Alberto, Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes; como se tentando colocar três dos mais fortes líderes da Revolução no território de mais difícil controle na expectativa de aumentar o rigor sob este, a estrutura da Legião tornou-se centro de disputa entre os três que, tentando expandir seus capitais políticos, buscavam a liderança e chefia da Legião como novo partido. No Rio Grande do Sul a Legião foi impossibilitada de brotar, tendo em vista uma maior organicidade da população com os partidos regionais, o que já denotava a sua fragilidade enquanto instrumento político de base nacional. Em Minas Gerais, a Legião encarnou com fidelidade a influência dos modelos de partido fascista: usada por Francisco Campos, ministro da Educação, e Gustavo Capanema, secretário do Interior de Minas Gerais, como uma milícia, seus integrantes perseguem em violento revanchismo os apoiadores do ex-presidente federal Artur Bernardes – mesmo aqueles que, posteriormente, atuaram ativamente em favor da Revolução<sup>44</sup>.

Ficou claro, com as dinâmicas que foram desenvolvidas dentro e ao redor da Legião de Outubro, que o que deveria ser um partido de base nacional com propósito de coadunar em si todos os agentes de mudança para, dessa forma, sintetizar um projeto

---

<sup>44</sup> Após exposição de uma lista de perseguições impostas aos partidários de Artur Bernardes em múltiplos municípios de Minas Gerais, estas indo desde prisões arbitrárias até espancamentos e assaltos policiais à residências, Flynn (1979) conclui que “Algumas dessas reclamações podem, é claro, ser exageradas, mas as indicações são demasiadamente numerosas e consistentes para deixar quaisquer dúvidas sobre a onda de perseguições e violências que a Legião levou aos municípios. Esse tipo de relatos enchem os arquivos do Ministério da Justiça e de Getúlio Vargas, e vêm de todas as partes de Minas Gerais [...]” (p.115).



nacional, na verdade tornou-se um diretório federativo de partidos estaduais, sendo estes apenas organizados sob as batutas de novas elites que os utilizavam de forma tão arbitrárias e personalistas quanto as anteriores. Sob tais perspectivas, a Legião perde apoio do novo governo e, dessa forma, gradualmente enfraquece até desaparecer em 1932.

Esse período, para Távora, não deixa de ser extremamente movimentado pelo fim dessa tentativa de organização nacional. Em 1930, Távora é incumbido a assumir a Delegacia Militar do Governo Provisório e representante deste nos Estados do Norte, cargo que seria posteriormente cunhado com o título de “Vice-Reinado do Norte” pela mídia. Nesse cargo, teve a prerrogativa formal de organizar as Interventorias do Norte indicando os agentes indicados para assumir tais funções. A princípio, Távora resume da seguinte forma sua perspectiva sobre as funções civis e militares neste novo sistema:

Discordava dos que estavam a preconizar o alijamento da cooperação das Forças Armadas, naquela fase transitória de regime discricionário. Não devia caber aos militares disputar posições políticas, no inventário da vitória revolucionária. Mas assistia-lhes o dever de não cruzar os braços em impassibilidade de múmias, diante dos erros ou obliterações dessa partilha política; acrescentando não ser o seu lugar, na mesa em que se banquetevam os políticos vitoriosos, mas sim – como já havia dito, uma vez – permanecerem de baionetas caladas, em volta do tricléneo, para não permitir que a incontinência dos convivas transformasse a cerimônia do banquete em orgia de “rega-bofe”. (TÁVORA, 1974b, p.32)

Essa fala condiz com sua atividade: até o dia 25 de março, dos 12 estados existentes sob sua jurisdição, 8 eram governados por civis: as exceções eram apenas o Sergipe, governado pelo Capitão Maynard Gomes, o Rio Grande do Norte, governado pelo Tenente Aluísio Moura, o Piauí, governado pelo capitão Joaquim de Lemos da Cunha, e o Grão-Pará, governado pelo Capitão Magalhães Barata.

Há, nesse momento, um tropeço na trajetória: Távora adoece gravemente por infecção e passa aproximadamente 4 meses em tratamento, a maior parte do período acamado. Nesse cenário o autor diz ter perdido o controle sobre a situação. Quando retorna à função em agosto, encontra um quadro bastante diferente do que deixara, tendo em vista que 9 dos 12 estados eram governados por militares, sendo a regra no caso das conversões de governantes civis à militares a conquista do governo com uso da força ou ameaça de seu uso<sup>45</sup>. Távora se propõe a explicar esse fenômeno:

---

<sup>45</sup> TÁVORA, 1974b, pp.37-39.

Enquanto no Centro e no Sul, o ambiente político – fermentado pelo crescente desentendimento entre os “democráticos” paulistas e o interventor João Alberto – pressionava-o para decretar uma pronta volta ao regime constitucional – o que significava, para os revolucionários militares, a manutenção da mesma ordem econômico-social vigente antes da revolução – no Norte e no Nordeste, predominava a mentalidade dos “Tenentes”, disposta a forçar os governantes dessas duas regiões do país a renovarem, drasticamente, aquela ordem. (TÁVORA, 1974b, pp.38-39)

E então conclui dizendo que,

A interrupção de minha primeira viagem ao Norte, em começos de 1931, prolongada por mais de quatro meses de enfermidade – impedindo-me de examinar, pessoalmente, ainda no nascedouro os casos que iam surgindo, e de tentar conciliar o conciliável, em cada um deles – talvez tenha sido responsável, em parte, por essa rápida evolução no sentido de substituir, por militares, os interventores civis. (TÁVORA, 1974b, p.39).

Com essa herança de uma estrutura política militarizada, extingue-se por meio de cartas trocadas entre Távora e Vargas a Delegacia Militar do Norte no dia 31 de dezembro de 1931, embora aqui ainda seja feito um pedido por parte do Chefe do Governo Revolucionário: Távora deveria percorrer e analisar a situação financeira-econômica, infraestrutural e política dos estados que até então estiveram sob sua responsabilidade.

Em um período de 72 dias, Távora visita todas as capitais e algumas regiões interioranas do Norte e Nordeste. Não há necessidade de pormenorizar nenhuma das passagens em específico desse momento, mas sim observar algumas características do autor que são reafirmadas e posições delineadas nesse trecho.

Outro ponto a abordar é que em todas as suas estadias pelas capitais, o autor faz questão de não só expor as recepções populares, seus eventos oficiais e recepções vultuosas, como as que se faz a um prestigiado líder político. Ele faz questão de enunciar quais grupos receberam-no, quais intelectuais, políticos ou famílias tradicionais estiveram no banquete oferecido em sua homenagem; o fato de que se refere à alta sociedade local como “classe conservadora” é um indicativo de sua perspectiva sobre a índole pessoal daquelas pessoas. O autor sem dúvidas tem uma personalidade conservadora no âmbito pessoal, dedicado desde cedo ao catolicismo, em contraste com sua perspectiva política, burocrática e intelectual que busca a transformação, mas o fato de que atribui às elites o papel conservador abre uma questão interessante: o que o autor compreende por conservadorismo? Esse problema, entretanto, foge ao escopo desse trabalho. Ademais, Távora não nega que pensa no bem estar do povo, ou ‘da massa’, mas não crê que seja

possível pensar um projeto nacional a partir desse diálogo. Novamente, este é um intelectual elitista na práxis.

Em um dado momento nesse trecho de sua trajetória, durante discurso feito durante um evento de gala sediado no *salão nobre do Teatro Amazonas*<sup>46</sup>, o autor deixa clara sua perspectiva sobre a implantação e finalidade do regime em que atuava:

Vitoriosa pelas armas, impunha-se à revolução realizar, em seguida, com energia e critério, a obra ciclópica de desentulho do montão de ruínas e detritos, que fora a triste herança legada, à geração do presente, por quarenta anos de obliterações e desacertos, que caracterizaram a legislação e os processos administrativos, da chamada República Velha. Foi para realizar essa tarefa que se instituiu [...] a ditadura no Brasil – porque não haveria homem capaz de leva-la a cabo, tendo de respeitar, por força de disposições constitucionais a sacramentação de legalidade com que se tinham coonestado todos os erros e crimes do regime decaído. [...] É, entretanto, nesta altura do processo revolucionário que acaba de abrir-se uma grave encruzilhada: clamam uns pela volta imediata do país ao de dispensar-se o concurso moralizador e drástico dos poderes discricionários, à obra da reconstrução nacional. *Não há, a rigor, partidários da constitucionalização e adversários dela. Todos desejam, todos querem que o Brasil volte, quanto antes, ao regime constitucional. Apenas julgam alguns que dele deve e pode constitucionalizar-se imediatamente, enquanto outros pensam que seria uma aventura perigosa empreendermos, antes de seu tempo, uma obra de tal responsabilidade.* Incluo-me entre os que acreditam que ainda é benéfica a ação da ditadura, e receiam venha a ser prejudicada, pelo açodamento dos chamados constitucionalistas, a obra severa de renovação, que vem esboçando o governo discricionário. [...] E posso adiantar, aqui, que não há lugar, nesse programa, para liberais de fachada ou exclusivismos individualistas, a cujas falsificações e abusos devemos a maior parcela de nossas desilusões e desgraças presentes. (TÁVORA, 1974b, pp.43-44; grifos do autor)

O autor começa o discurso da mesma forma que termina, mostrando o que será um dos poucos traços em comum entre tenentes que tiveram diferentes trajetórias: a República Velha é o parâmetro de funcionalidade das elites nacionais. Em seu manifesto de 1930, Prestes se põe em oposição à organização revolucionária, apesar de reconhecer que há “entre os elementos da Aliança Liberal grande número de revolucionários sinceros” (apud TÁVORA, 1974a, p.344), pois vê naquele fenômeno revolucionário que “São idênticos os propósitos reacionários das oligarquias em luta” (ibid., p.345). Góes Monteiro, em diversos momentos de seu depoimento, deixa explícita sua crescente incredulidade com o fato de que Vargas preferiu fazer política conciliatória contra os inimigos da

---

<sup>46</sup> TÁVORA, 1974b, p.43.

revolução ao invés de escolher apoiar-se nas armas para efetuar as reformas pretendidas, mesmo que de forma menos radical do que os tenentes revolucionários dos anos 20. Távora entendia a ditadura implantada pela Revolução dentro da chave instrumental.

*Autoritarismo instrumental*, conceito formulado por Wanderley Guilherme dos Santos para descrever a forma como houve uma espécie de síntese dialógica entre autoritarismo e liberalismo em partes do pensamento político brasileiro durante da década de 1920 até 1940<sup>47</sup>, pode ser muito bem utilizado para compreender Távora e sua trajetória.

Sendo não só um leitor de Alberto Torres mas também propondo a solução dos problemas brasileiros à luz desse intelectual, Távora funda junto a outros intelectuais e políticos a Associação dos Amigos de Alberto Torres ainda em 1932 como um centro de estudos aplicados:

A atividade básica da sociedade era promover estudos — em geral na área socioeconômica — que eram divulgados através de conferências e publicações. A educação rural, a imigração e o aproveitamento dos recursos naturais como fonte de energia foram alguns dos temas abordados. (CPDOC-FGV)

Sabendo disso, assim como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, é compreensível que Távora tenha bebido da mesma fonte e chegou em conclusões semelhantes, sendo válido compreender, antes de mais nada, que existe um link entre o autor, essa escola de pensamento e o conceito criado para categorizar seu pensamento com base em um eixo fundamental deste.

Posto isso, Távora parece ter feito uma espécie de pacto internalizado consigo: a Revolução de 30 e a subsequente ditadura<sup>48</sup> seria o momento de fazer os reparos do que estivesse gasto, a extirpação do que fosse espúrio e a transformação do país em um regime que lhe seja nativo, indígena, e culturalmente exequível “pela precária elite política de que dispúnhamos”<sup>49</sup>. Contudo, findado esse regime ditatorial - se possível com todas

---

<sup>47</sup> LOSSO, 2001; GENTILE, 2016.

<sup>48</sup> Este é um ponto de grande interesse para a compreensão da trajetória política brasileira para compreender a relação entre Távora e Vargas e, além disso, a insatisfação tenentista e militar com Vargas após o Estado Novo: Távora refere-se ao governo instalado em 1930 não como discricionário ou de exceção; Távora chama-o de *ditadura*. Assim o diz porque apoiava-se na perspectiva de que, para executar as transformações necessárias à melhora das condições globais brasileiras, seria fundamental o uso da força para irromper com as vontades das velhas elites. Não havia, para Távora e os tenentes, uma gota sequer de dúvidas sobre o papel dos militares como a marreta que derrubaria pela força todos os alicerces da estrutura da República Velha. Vargas, por outro lado, parece compreender o regime instalado como discricionário, que deve resolver conflitos institucionais, fazendo-o sem ignorar elementos de um regime ordinário, não excepcional, apenas permitindo a elasticidade em certos elementos pútridos, como as eleições e o sistema representativo, mas não em outros, como o direito à propriedade de latifundiários, banqueiros e industriais.

<sup>49</sup> Távora, 1974b, p.21.

essas mudanças feitas, se não com as que foram possíveis fazer -, cabia aos políticos reformados por aquela experiência conduzir o país por uma trajetória virtuosa baseada na *renovação*<sup>50</sup> levada a cabo pelo regime autoritário; não haveria mais necessidade, ou sequer deveria ser aberta a possibilidade, de nova ditadura. Esse debate será retomado mais à frente, quando for tomado pelo autor em sua trajetória.

Por fim findada a viagem de Távora ao norte, o relatório final entregue a Vargas sobre a situação com que lidar, mostra que a construção do elemento racionalizador da burocracia pensado pelo autor sofre muito mais maturações do que transformações: neste documento de 1932, o autor expõe ao governo discricionário sete problemas fundamentais “sob pena de ter falhado à sua finalidade” caso não resolvidos:

- 1) Independência do Poder Judiciário e unificação da Justiça e do Código de Processo.
  - 2) Uniformização do Ensino Público, estendendo a fiscalização do Departamento Nacional de Educação à Instrução primária e secundária ministrada pelos Estados e Municípios.
  - 3) Racionalização do sistema tributário, a começar por uma reforma radical das tarifas alfandegárias.
  - 4) Instituição de órgãos técnicos autônomos, capazes de planejar e garantir a continuidade das soluções dos problemas nacionais, apesar da transitoriedade dos governos republicanos.
  - 5) Instituição de Tribunal Administrativo e remodelação do Tribunal de Contas, de forma a tornar prático e efetivo o regime de responsabilidade da administração pública.
  - 6) Solução razoável das questões de limites interestaduais ora existentes, até que se chegue à solução definitiva com a redivisão nacional do País em unidades equilibradas.
  - 7) Nacionalização das minas e quedas-d'água antes que umas e outras hajam caído nas mãos de alguns sindicatos estrangeiros.
- (TÁVORA, 1974b, pp.48-49)

Todos esses temas serão tratados pelo autor no decorrer de sua trajetória posterior: alguns diretamente enquanto ministro; alguns propositivamente enquanto intelectual; alguns adaptados pelas mudanças políticas, econômicas e sociais brasileiras. Contudo absolutamente todas essas questões, curiosamente, aparecem de maneira mais aprofundada e em meio a contexto global de um projeto nacional que envolve sociedade civil e Estado no que é considerada neste trabalho sua obra síntese: *Organização para o Brasil* (1955).

Concomitantemente, em 23 de setembro de 1931 Távora é nomeado por Vargas como membro da Comissão de Correção Administrativa, órgão de fiscalização da idoneidade e eficiência dos gastos referentes à administração pública, junto com Osvaldo

---

<sup>50</sup> Termo frequentemente utilizado pelo autor para descrever a finalidade da ditadura e sua qualidade *renovadora*.

Aranha, então Ministro da Justiça e o Capitão-Tenente da Armada Ari Parreiras. Entretanto, ao fazerem investigação retroativa aos gastos dos governos anteriores – nomeadamente Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís – encontraram um absoluto produto de ingerência na administração do Banco do Brasil: dos 260,000 contos de réis disponíveis na reserva do banco para cobrir possíveis prejuízos, foram gastos aproximadamente 240,000, restando desse montante apenas 17,000 contos de réis de verba utilizada para financiamentos que não receberam retorno.

Entretanto, “Como essas investigações [...] envolviam interesses de magnatas da indústria e das finanças, a campanha contra o julgamento [...] tornou-se candente, tendo [...] levado o ministro da Fazenda [...] a solicitar, duas vezes, sua demissão do cargo” (TÁVORA, 1974b, p. 56). Dizendo não crer que aquele esforço de *saneamento político-administrativo* fosse resultar em algo concreto, na mesma carta que envia à Vargas pedindo a extinção da Delegacia Militar do Norte, Távora pede seu desligamento da Comissão de Correção Administrativa. É exposta aqui, mais uma vez, a fragilidade da ditadura que, se na imaginação dos tenentes caçaria aqueles que dilapidaram o patrimônio público para usufruto próprio e a intragável elite política, não consegue sequer investigar quem tomou parte em qualquer das partes.

Por outro lado, para caracterizar a incapacidade de organização e construção de programa político por parte desses mesmos tenentes, também concomitantemente aos dois trabalhos citados acumulados por Távora, este participa como membro fundante do Clube 3 de Outubro em maio de 1931. Se a Legião de Outubro fora pensada como uma construção de bases de uma estrutura partidária nacional, o Clube seria onde a elite desse partido se reuniria para discutir e sintetizar o que poderia vir a ser – mas não foi – o programa da Revolução.

Em meio à produção de teses que comporiam o programa, diferentes incidentes interromperam sistematicamente as atividades políticas propositivas do Clube: primeiramente, um de seus membros mais proeminentes, José Américo, Ministro de Viação de Obras e uma das figuras centrais da Revolução no nordeste, felicita publicamente uma das lideranças do movimento constitucionalista que, ainda em 1931, tentava acabar com o governo discricionário e voltar ao regime constitucional; essa ação causou um grande mal-estar entre os demais agentes que davam suporte ao governo revolucionário.

Américo justificou essa saudação ao oponente por ter sido responsável por ajudá-lo no passado, dando-lhe suporte durante o período da República Velha, e tomando a

resposta como plausível os revolucionários voltam ao debate programático. “Mal cessara, porém, essa crise, outra surgiu, [...] à margem de críticas formuladas, por órgãos da imprensa carioca [...] contra o interventor de Pernambuco, Dr. Carlos de Lima Cavalcanti” (TÁVORA, 1974b, p. 61). Reunindo-se o Clube para discutir que ação tomar frente a essa discussão, decidem soltar notas à imprensa reforçando os vínculos com Lima Cavalcanti e defendendo-o daqueles ataques.

Infelizmente para os tenentes e seu Clube, membros não nomeados por Távora não se sentem satisfeitos com esse curso de ação e decidem, sem vinculação aos processos decisórios do Clube, invadir e depredar um jornal opositor ao governo provisório; o governo, por sua vez, empaca as investigações que poderiam respingar em sua base de apoio; da mesma forma ocorre esse respingo e parte dos ministros deixam o governo varguista. Ademais, isso causou um intenso recrudescimento da oposição e adicionou pressão na então já explosiva situação política da oposição paulista que, neste ponto, passa a deixar a retórica institucional em segundo plano e adere à retórica da violência (TÁVORA, 1974b, p. 77).

Os integrantes do Clube, resistindo à corrente de intempéries que os atingia, fazem um congresso em 5 de julho de 1932, sendo sua mais importante decisão<sup>51</sup> a tentativa de criarem um movimento revolucionário que fosse fruto da unificação de todas as correntes revolucionárias nacionais. No dia 15 de novembro de 1932 acontece o I Congresso Nacional Revolucionário, sendo Távora 1º Vice-Presidente do Congresso, pregando a perspectiva outubrista de reorganização nacional com caráter social corporativista e de cunho político-administrativo moralmente e burocraticamente saneador. Contudo,

A maioria presente no plenário optou, entretanto, pelo radicalismo socialista, desprezando a generalizada tendência moderada que já se esboçara nas organizações partidárias de vários Estados [...]. Houve, mesmo, quem ironizasse a minha proposta, qualificando-a como “o socialismo-cor-de-rosa do Major Juarez”. (TÁVORA, 1974b, p.67)

A mobilização socialista fez desse congresso o berço do Partido Socialista, e Távora, enquanto “presidente ocasional do Congresso” (ibid., p. 67), terminou por ser encarregado pela execução das providências ali decididas, o que fez dele, comicamente contrariado, um dos membros fundadores daquele partido de *radicais socialistas* que,

---

<sup>51</sup> A única outra decisão tomada foi a de conseguir incluir um representante do Clube na Assembleia Constituinte, quando quer que ela ocorresse, para garantir a voz do Clube na criação da nova legislação de acordo com o projeto proposto por seus membros. A decisão em si parece de maior importância do que o entendimento de buscar fundir as organizações revolucionárias; o fato de que o Clube já em 1933 esvaziou-se da tentativa de manter um programa político coeso e sua debandada em 1935, já plenamente decadente, mostram que seus efeitos práticos não o foram.

ainda não tendo terminado sua abruptão com o plano dos tenentes, conseguiram passar em plenário que o Partido Socialista seria o interprete oficial da ideologia da Revolução, diminuindo as intenções do Clube 3 de Outubro de centralizar em si tal proposta. A partir daí, a agremiação dos tenentes passa a trabalhar como centro de discussão para que seus integrantes, como mensageiros, levassem aos partidos suas ideias e tentassem influenciá-los a adotá-las. Távora deixa de participar com afinco no Clube e passa à nova fase de sua trajetória.

Ainda nesse período de 1931-32, Távora é convidado a ser membro da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros do Estado e Municípios: em 6 de janeiro de 1932 o autor recebe o primeiro convite em carta escrita por Osvaldo Aranha. Contudo, exatamente nesse período, Távora preparava-se para viajar ao Norte para a inspeção ordenada por Vargas. Recebe, entretanto, outro convite, para trabalhar na comissão a partir das informações levantadas da situação financeira do Norte do país. Távora coloca como síntese do trabalho dessa comissão o chamado *Esquema Aranha*, plano que permitiu que Estados e municípios quitassem as dívidas externas<sup>52</sup> durante o radicalismo federalista da República Velha.

Como exposto, os anos entre 1930 e 1932 foram essenciais para a construção de sua perspectiva social, econômica e política do Brasil. Antes mesmo de participar como membro consultivo da Assembleia Constituinte de 1934 ou de assumir a pasta de Ministro da Agricultura, o autor tinha trajetória de razoável extensão enquanto *statebuilder*, mesmo que absolutamente comprimida em um curto espaço de 2 anos. Além disso, sua centralidade enquanto agente político também fica em evidência, tendo sido múltiplas vezes chamado tanto para representar ou encabeçar movimentos de sua base quanto participar de iniciativas do governo discricionário como alguém digno de partilhar do poder decisório em uma estrutura autoritária.

Durante o ano de 1931, desde a extinção da Delegacia Militar do Norte, Távora tinha a intenção de retomar os passos de sua carreira militar, precisando cumprir os cursos de aperfeiçoamento de oficiais para subir ao círculo de oficiais superiores. É, contudo, chamado de volta à vida militar de outra forma: 5 meses após o incidente ocorrido com a depredação d'O Jornal no Rio de Janeiro, período em que se nutre também a discórdia

---

<sup>52</sup> Durante a Primeira República, os governos estaduais tinham autonomia de contrair empréstimos com instituições internacionais, o que, aliado ao completo e absoluto caos administrativo dessas gestões levou ao endividamento global de estados da federação que não conseguiriam arcar com os empréstimos sem auxílio da esfera federal.



entre o Governo Provisório e as elites paulistas por intermédio do Interventor João Alberto, estoura a Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Nesse conflito, entretanto, Távora não teve grande destaque; em suas palavras,

[...] alguns interventores do Norte me telegrafaram, sugerindo que eu assumisse o comando de uma brigada, reunindo as unidades de Polícia e voluntários a ela incorporados, enviados por seus Estados [...] Recusei a sugestão, por três motivos principais: *primeiro*, saber que a idéia contrariava ponto de vista do General Góis Monteiro [...]; *segundo*, não desejava quebrar a hierarquia militar, assumindo comando superior ao do meu posto de major [...]; e *terceiro*, não queria dar novo pretexto aos paulistas, para me considerarem inimigo de São Paulo. (TÁVORA, 1974b, p.81)

Seguindo seu posto, não poderia o autor comandar corpos estratégicos de tropa, brigadas ou divisões, trabalhando então no Estado-Maior da 4ª Divisão de Infantaria, sob comando do então Coronel Eurico Gaspar Dutra. Apesar da possibilidade de atuar mais ativamente, dada a possibilidade de anexar sua autoridade ao comando de um corpo estratégico como brigada ou divisão, naturalmente sob comando de oficial general, Távora resigna-se a um posto de menor impacto, diferentemente das campanhas dos anos 20 e da Revolução. Esse fato de negação à autopromoção e centralização decisória aliado à trajetória de *statebuilder* do autor permite inferir que havia uma expectativa por parte desde de que a situação pós-ditadura trouxesse real renovação política, e a maior pista para a confirmação dessa hipótese se encontra no pós-32.

Findado o levante paulista em outubro de 1932, em dezembro do mesmo ano Távora é convidado a assumir o Ministério da Agricultura. O convite é aceito, embora com três condições impostas pelo autor: primeiramente, por crer que a agricultura é o eixo fundamental do crescimento brasileiro pela primeira metade do século XX, se for assumir a pasta precisa de liberdade para alterá-la estruturalmente de acordo com o que crê ser necessário para o desempenho ótimo das funções. Em segundo lugar, que para manter a estabilidade do Regime, Vargas não peça mais mudanças de Interventores no Norte do país. Por fim, em terceiro lugar, o autor clama a autoridade moral de, como integrante do governo, não se calar perante erros da administração e coloca-se também sob o escrúpulo de seus pares. Esses três pontos são fundamentos da vida política de Távora: racionalização burocrático-administrativa, representação dos interesses do Norte em interlocução com os sulistas e saneamento moral da burocrático-política; sua administração fez valer esses fundamentos.

Quanto à eficiência do Ministério, ao assumir a pasta, diz em discurso que procurará “libertar, o mais possível, os serviços técnicos da engrenagem burocrática, garantindo-lhes ampla descentralização administrativa, sem prejuízo da necessária centralização doutrinária” (TÁVORA, 1955, p.105). A primeira leva de ações do autor foi de reforma da estrutura endógena deste para, em um segundo momento, passar a atuar na transformação dos negócios da agricultura a nível nacional. Novamente, citando Mundim sobre a estruturação de órgãos administrativos,

em janeiro de 1933, a Diretoria de Expediente e Contabilidade e as diretorias gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas Científicas; o Instituto de Tecnologia, em maio de 1933; o Instituto do Açúcar e do Alcool, em junho de 1933; e o Departamento Nacional de Produção Mineral, em julho de 1933. Regulou, também, o exercício da profissão de agrônomo e, em setembro de 1933, a profissão de veterinário [...]. Criou, ainda em outubro, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e, em novembro, o Entreponto de Pesca do Distrito Federal. Távora colaborou diretamente com os trabalhos de criação do Instituto Brasileiro de Estatística, criado por decreto em julho de 1934 e que mais tarde, em 1935, se organizaria como o IBGE. Aprovou, também, em janeiro de 1934, os códigos de Caça e Pesca e o Florestal. Em fevereiro, criou a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária. (MUNDIM, 2007, p. 95)

É de suma importância citar, na mesma qualidade que todas organizações instituídas, uma das mais importantes que não vieram a ser: o Plano Geral de Organização Agrária, projeto de organização da agropecuária baseado na organização sindical-cooperativista. Essa, por sua vez, seria composta por sindicatos de nível municipal que levariam demandas locais à esfera estadual, havendo uma sede estadual de sindicato agrícola na capital de cada estado e, no topo, uma central sindical nacional onde as demandas levantadas na escala estadual seriam discutidas. A estrutura organizacional lembra muito a mesma que foi proposta para a Legião de Outubro, embora pautada na base da profissão e não de perspectiva política, como duto comunicacional entre esfera municipal e federal; interesses individuais e locais até os coletivos nacionais.

Além do princípio organizacional, Távora propunha que os trabalhadores rurais abrissem Caixas Cooperativas através das organizações sindicais levantadas a partir de contribuições dos filiados, e, em um segundo momento, capitalizassem-nas, distribuindo os ganhos entre todos e financiando através dessa dinâmica unida à linhas auxiliares de crédito do Governo Federal o esforço de mecanização do campo. Em suma, Távora acreditava que “incentivar [...] o sindicalismo-cooperativista, em todas as suas

modalidades, de forma a favorecer [...] o produtor dos campos e o consumidor das cidades, pela supressão do maior número possível de intermediários” (TÁVORA, 1955<sup>53</sup>, pp.105) era sua maior importante missão, no que tange a organização da sociedade a partir do posto que ocupara: como denota o título – e conteúdo – do tópico 4.7 do 3º capítulo da obra *Produção para o Brasil* (1955), era esse orquestramento a “Solução específica da questão social” (p.144)<sup>54</sup>.

Távora não vê na legislação trabalhista uma ferramenta que resolva as contradições e injustiças sociais expostas na miséria que permeia os diferentes regimes, dando vazio à “ameaça permanente de subversão (TÁVORA, 1955, p.147), sendo essa “apenas um lenitivo às injustiças sociais” (ibid. p.148);

Remédio específico contra esse vírus da inquietação social, que nos tortura, era a organização econômico-profissional, traçada há mais de 20 anos<sup>55</sup> pelo Ministério da Agricultura, e cuja complementação necessária, seria agora a escrupulosa regulamentação dos dispositivos constitucionais que instituem a participação dos empregados nos lucros das empresas e o salário-família. Logo: mais um motivo de ordem patriótica – ditado até pelo próprio instinto de conservação – para que ninguém, com responsabilidade no governo, entrasse sua execução. (TÁVORA, 1955, p.148)

Apesar de ter iniciado o processo de organização segundo este padrão, o próprio autor coloca, de forma áspera e crítica, em conclusão que fecha o texto após o parágrafo citado acima, que “Entretanto, essa execução foi protelada durante quatro anos e, em meados de 1938, em plena vigência do chamado ‘Estado Novo’, foi definitivamente derrogada” (ibid., p.148).

E aqui ocorre uma sequência de fenômenos políticos no Brasil que, ao serem narrados por Távora e contrastados com suas experiências anteriores, dizem muito sobre sua interpretação do poder decisório na política.

Távora diz que desde o princípio, compreendendo e acatando a importância que um ministro tem no governo e na sociedade, teve também forte atração pelo cargo no Governo Provisório porque, dessa forma, estaria habilitado a interferir nos debates da

---

<sup>53</sup> O texto original é de 1935 e foi apresentado na Associação dos Amigos de Alberto Torres, mas foi publicado apenas em 1955.

<sup>54</sup> A tese de que os trabalhadores rurais deveriam, primeiramente, ser organizados por meio de sindicatos econômico-profissionais e, em seguida, que estes deveriam estar vinculados ao Ministério da Agricultura e não ao Ministério do Trabalho, foi discutida por 10 meses entre representantes de ambos os ministérios e, “graças à boa vontade do Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Dr. Oliveira Viana, e respectivo Ministro, Dr. Pedro Salgado Filho” (TÁVORA, 1955, p.112) pode ser essa política inicialmente implementada.

<sup>55</sup> Embora seja importante lembrar que o autor está se referindo à sua proposição na década de 1930 enquanto Ministro da Agricultura, a proposta de organização sindical-cooperativista, em outros moldes, já havia sido feita desde 1901 (TÁVORA, 1955, p. 106-111).

Assembleia Constituinte de 1934, embora estivesse presente como membro sem direito a voto<sup>56</sup>. O que mais nos importa sobre a participação de Távora na Constituinte é que o autor empenhou-se nas discussões, nas exposições de perspectivas com a suposição de que estas poderiam alterar a constituição futura e a forma como se organizaria o Brasil à luz de todos os pontos que foram expostos até aqui: administração pautada em uma burocracia eficiente, saneamento moral e funcional da administração pública e a distribuição de capital e riqueza.

Passada a constituinte, durante os anos de 1934, 1935 e 1936, Távora dedica-se à progressão da carreira militar, por um lado, e pelo que podemos chamar de 'assistência política'<sup>57</sup> por outro. Contudo, a partir de 1937, inicia-se o novo momento na trajetória do autor: Távora parecia temer que o processo de sucessão de Vargas desse errado<sup>58</sup>. Com isso quero dizer que, findando o tempo de governo de Vargas, o autor teme que o processo de renovação nacional tenha fim e um candidato da República Velha volte ao poder; que um novo movimento nos moldes do que o autor chama de *Intentona Comunista*<sup>59</sup> ocorra novamente e obtenha sucesso sublevando parte substancial da população; que a Ação Integralista Brasileira obtivesse sucesso em tomar o regime e torna-lo autoritário; que São Paulo se rebelasse não simplesmente contra o próximo governo mas, novamente, contra o regime erigido desde 1930 até a Constituição de 1934; que algum dos vencedores sobrepusesse seus interesses aos interesses coletivos nacionais; mas com o passar do tempo, cada vez mais um medo específico passa a atemorizar Távora: em carta enviada a Juracy Magalhães, tenente, amigo particular e liderança política que participou do levante em 30 sob comando de Távora, diz o autor que

Penso que deve ser afastada a hipótese da permanência de Vargas no governo, após a expiração de seu atual mandato [1934-1937]. [...] Acredito que Vargas procurará colocar-se, inteligentemente, à margem das negociações preliminares de sua sucessão, evitando, pelo menos, fechar questão em torno de nomes de sua preferência. [...] Mas é presumível que "torça" por um nome gaúcho. Fora dessa hipótese, é difícil conjecturar sobre suas preferências. (TÁVORA, 1974b, p.142)

---

<sup>56</sup> Tendo em vista a forma como Távora acreditava que as relações civil-militares na essência da Revolução eram de tutela militar e não participação direta, faz sentido que essa fosse sua posição de maior conforto.

<sup>57</sup> Távora passa em 1934 e 1935 atuando na política cearense a pedido de seu irmão mais velho, Fernandes Távora (não confundir com Fernando Távora, irmão imediatamente mais velho de Juarez e também militar), em busca de conseguir eleger um governador para o estado.

<sup>58</sup> Fatos relatados em Távora, 1974b, pp.140-140.

<sup>59</sup> O Levante Comunista de 1935 foi um movimento armado com a finalidade de tomar o poder do Governo Vargas em nome de uma revolução comunista no Brasil, esta sendo liderada pelo antigo líder dos tenentes e novo líder dos comunistas, Luís Carlos Prestes.

A relação de Távora com Vargas foi aparentemente cordial<sup>60</sup>, mas intrinsecamente tempestuosa; quando, ainda como representante do governo gaúcho, Vargas recua na intenção de fazer a revolução em 1930, Távora diz que não esperava nada vindo do “pundonor duvidoso dos Srs. Getúlio Vargas e Borges de Medeiros”. Disse também que os tenentes encontravam-se “saturados dos ludíbrios e pusilanimidades de suas palavras e promessas”<sup>61</sup>. Uma vez feita a Revolução de 30, entretanto, Távora apoia Vargas na ditadura e até como candidato à presidência após 1934. Há, contudo, mais de um incidente que Távora relata ter tido com Vargas, todos sendo frontalmente contrários à sua ética.

Primeiramente, Távora narra episódio em que, faltando apenas alguns dias para terminar a ditadura com a proclamação da Constituição de 1934, recebe em seu gabinete de Ministro recado de Vargas, este pedindo que fosse dispensado um burocrata pela substituição de indicação do Presidente. Távora estranha e, ao checar os dados do indicado, vê que primeiramente não tinha os requisitos técnicos para ocupar o cargo e tampouco os legais, sendo estrangeiro e, portanto inapto a ocupar essa posição. Nega-se a cumprir esse pedido, ameaçando exonerar-se do cargo, ao que incorre Vargas de dar um passo atrás e dizer que havia ocorrido um erro<sup>62</sup>.

Durante o ano de 1935, Távora solicita o apoio de Vargas para auxiliar na construção de chapa conciliatória entre diferentes facções políticas cearenses, e após diversas dinâmicas em que Vargas ignora, omite e foge de lideranças que até então foram sua base local e tiveram ajuda negada, Távora diz que

O P.S.D. cearense não foi ilógico, dispensando-se de continuar a dar sua solidariedade ao Presidente Getúlio Vargas, como o vinha fazendo, abnegadamente, em todos os transe difíceis de seu governo. [...] não tinha eu, o direito de exigir dele [o P.S.D.] a abnegação inútil, senão contraproducente, de uma solidariedade singular, *que só tem sido estimada na partilha de sacrifícios.* (TÁVORA, 1974b, p.140)

Por fim, voltando à iminência do Estado Novo, Távora infere que *há algo de podre na República de 1934*, e busca amparar o regime: tenta conciliar os candidatos apoiados pelos políticos do Norte em uma frente única; tenta conciliar um candidato paulista com apoio de outras bases regionais; tenta conciliar os candidatos ao redor do interesse

<sup>60</sup> Em todas as comunicações avaliadas entre estes dois agentes, há clara cordialidade entre as partes. Ex: “Aproveito o ensejo para reiterar-lhe a segurança da minha estima e distinta consideração – Getúlio Vargas” (TÁVORA, 1974b, p.42); “Certo de que V. Ex<sup>a</sup>. julgará razoáveis as ponderações contidas nesta carta, subscrevo-me seu patricio reconhecido e admirador – Juarez Távora” (Ibid.). Ademais, Távora deixa claro que, em nenhum momento, tem desentendimentos pessoais com Vargas.

<sup>61</sup> Carta endereçada a Nelson Estillac Leal e Osvaldo Aranha datada de 01/08/1930 (TÁVORA, 1930).

<sup>62</sup> Távora, 1974b, p.115.

comum em que se realizassem as eleições e tivesse prosseguimento o desenvolvimento das instituições democráticas; apenas tenta. Vê surgir o *Plano Cohen*<sup>63</sup> e a declaração de “estado de guerra” feita pelo chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro. “Era, já então, minha convicção que nenhuma candidatura [...] lograria desalojá-lo dali, graças à cobertura militar com que contava para o golpe projetado” (TÁVORA, 1974b, p.151).

A relação de Távora com Vargas, na perspectiva trazida pelo primeiro, pode ser entendida a partir da forma como um tentou defender para nutrir o regime recém instalado e o outro buscou apenas substituí-lo, pode ser descrita pela seguinte interação ocorrida dias antes do que viria ser o golpe que instauraria o Estado Novo:

Tive, nesse meio-tempo, oportunidade de avistar-me com Vargas [...]. Vargas me convidou para assistir, em sua companhia, a um filme, cuja exibição ia iniciar-se, no salão de cinema do Palácio [da Guanabara]. Aceitei, de bom grado, o convite. E, ao terminar a exibição do filme, Vargas, voltando-se para mim, indagou, com ar de causalidade, que achava eu da campanha eleitoral em andamento. Pensei, instintivamente, no golpe, que suspeitava já estar preparado, em substituição às eleições, e respondi, também em tom casual: *Acho que os dois candidatos à presidência se têm preocupado demasiadamente, um com o outro...*<sup>64</sup> (TÁVORA, 1974b, p.151)

Completando o raciocínio e confirmando essa divergência de projetos, Távora diz que naquele momento “havia malgrado as esperanças de aperfeiçoamento democrático, acalentadas pela vitória revolucionária de 30, pois, tentando eliminar uma elite oligárquica, encaminhávamo-nos para substituí-la por uma outra autocrática” (Ibid. p. 151).

A partir desse momento, a vida política de Távora vai ser moldada pela constante oposição, primeiro à Vargas, e posteriormente, ao seu legado; como exposto no decorrer do texto, o autor está frontal e abertamente opondo-se ao Estado Novo, e talvez a seguinte fala sobre o papel do eleitorado e o voto como instrumento de transformação, presente em *Organização para o Brasil* (1959) seja a expressão mais detalhada de sua perspectiva frente a estes fatos, já nesse momento e posteriormente sedimentada:

O voto livre e respeitado, que lhe franqueara, pela força das armas, a revolução nacional de 1930, e que o regime instalado no país pelo golpe de novembro de 1937 lhe roubou traiçoeiramente, mas que o sangue de nossos soldados *Expedicionários* lhe restituiu, em 1945 –

---

<sup>63</sup> Projeto político arquitetado por intelectuais que ligaram-se a Vargas; o governo afirmava ter tomado ciência de uma conspiração *judaico-comunista* que tinha a intenção de golpear a democracia brasileira; sobre os aspectos da ideologia nazi-fascista na construção dessa fantasia enquanto materialização da influência totalitária europeia, ler Motta, 1998.

<sup>64</sup> Grifo do autor.

embora ainda poluído pela ditadura então estrebuchante. (TÁVORA, 1959, p.124)

Reforço: é de suma importância entender que para Távora, o Estado Novo começa em 1937, e embora cesse em 1945, não termina; ele ronda, como uma onça acuada por algumas ameaças com uma tocha o faria, mas nem por isso deixa de cercar aquilo que crê que, ao apagar do fogo, virá a ser uma refeição. Távora prevê que Vargas não é *carta fora do baralho*.

No período de 1937 até 1945, o regime do Estado Novo mantinha-se firme com potencial centralizado e estruturas autoritárias bem fundamentadas: o apoio militar simbolizado na primazia organizacional do General Góes Monteiro como Chefe do Estado-Maior do Exército e o General Eurico Gaspar Dutra, elemento de confiança de Góes Monteiro, como Ministro da Guerra. Por sua vez, ambos os generais que ocupavam dois dos mais altos postos na hierarquia militar eram da confiança de Vargas.

É interessante perceber que, se até esse momento, a trajetória política de Távora fora de constantes atividades que aumentavam e diminuían em ondas inesgotáveis, após 1937 a trajetória política cessa temporariamente, e sua obra autobiográfica mostra isso como que em uma espécie de marasmo de acontecimentos, onde o autor preenche a lacuna de seus anos com causos e aprofunda-se em detalhes de sua trajetória militar.

Nesse período Távora torna-se coronel. Contudo, silencia, em sua biografia, o período entre 1937 e 1939, o período imediatamente posterior à implantação do Estado Novo. Mesmo ao buscar no Acervo Juarez Távora, digitalizado pelo CPDOC-FGV, documentos sobre o período, encontra-se deste período apenas uma pasta datada de 1938, e seus documentos são apenas cartas e recortes de jornais sobre sua atuação contra o contrato de mineração de ferro proposto pela Itabira Iron Co., descrito pelo autor como crime de lesa pátria. Entretanto, é o que consegue-se observar sobre o período, embora fosse de absoluto interesse, dado o objeto analisado neste trabalho, estudar escritos do autor referentes à mudança do regime ainda no calor do momento.

Em 1939 Távora passa a atuar como chefe de Batalhão Rodoviário em Curitiba; de 1940 até a metade de 1941 atua como estagiário no Estado-Maior do Exército; em junho de 1941 é nomeado adido militar brasileiro na Embaixada do Brasil no Chile, e volta ao Brasil no dia 23 de dezembro de 1943.

Em 1944, ao chegar no Brasil, sua primeira (estranha) interação com Vargas é quase imediata: tendo consigo duas incumbências oficiais para serem entregadas a Vargas, assim que chega no Brasil, liga para a Secretaria da Presidência para marcar audiência e

entregar a carga que tinha consigo. Contudo, aguardando o retorno, 15 dias se passam sem nenhuma resposta. Ao falar com coronel do círculo de Vargas, este lhe diz o espanto do presidente por não haver sido procurado por Távora; Távora diz o que ocorreu a este colega e dois ou três dias depois é recebido pelo presidente “em ambiente de perfeita cordialidade com que sempre me recebera o Presidente Getúlio” (TÁVORA, 1974b, p.170).

Em seu retorno, Távora se predispõe a colaborar com o esforço de guerra como oficial na recém criada Força Expedicionária Brasileira – FEB. Foi alocado então para a formação de um dos batalhões que integraria a 1ª Divisão Expedicionária que, posteriormente, iria à Itália.

Contudo, ainda em 1944, Távora já mostrava ser uma espécie de empecilho para a hegemonia varguista entre os militares;

Partidário sincero da redemocratização do país, em defesa de cujos princípios fundamentais se batiam nossos soldados, na Europa, não perdia a oportunidade de conversar, a respeito, com meus comandados e camaradas [...]. À margem dessas conversas – leal e francamente feitas à luz do sol, sem subterfúgios de conspiração – fui denunciado ao ministro da Guerra, General Dutra, como implicado na trama de golpe contra o governo [...]. (TÁVORA, 1974b, pp.173-174)

Essa denúncia foi não só levada a sério como extrapolada em uma paranoia conspiracionista, em que o aparato militar governista acreditava que Távora participaria de um levante para mudar o regime por meio de um golpe militar.

Nessas condições, é até mesmo interessante pensar na hipótese de que, tendo o autor essa perspectiva e expondo-a sem grande senso de privacidade, sua permanência com adido militar no Chile, designação dada pelo próprio Presidente junto com o Ministro da Guerra, tinha a pretensão de deixá-lo afastado do corpo de tropa e demais oficiais, dada sua potencial influência no meio militar enquanto expoente intelectual e político; essa é apenas uma hipótese, entretanto, e foge do escopo desse trabalho, embora a possibilidade de considerar essa correlação como real com base nas relações desenvolvidas entre as partes até então seja, por si só, um indício de relações deterioradas, mesmo que *em ambientes de perfeita cordialidade*.

Confirmando essa qualidade de relação deteriorada, em princípios de 1945 Távora passa a discutir com demais oficiais as formas de retomar um regime democrático e pôr um fim ao Estado Novo. Sua proposta era de que era necessário galvanizar as Forças Armadas ao redor de um chefe militar que vocalizaria as perspectivas militares para a política institucional;



acreditava que esse chefe devia ser o General Eurico Gaspar Dutra, que, de um lado, como ministro da Guerra, tinha condições imediatas [...] de reunir [...] a maioria do Exército; e de outro lado, devia – como um dos maiores responsáveis pela implantação do Estado Novo [...] e sua sustentação até aquele momento – sentir-se moralmente obrigado a comandar, de alguma forma, sua necessária liquidação, após o desfecho da guerra. (TÁVORA, 1974b, p.177)

Caso ainda não estivesse claro, Távora considerou o Estado Novo um erro, uma manifestação de egoísmo comparável às oligarquias de seu contraste ideal, a República Velha. Uma falha tão grotesca na trajetória política nacional e particularmente feita por mãos de agentes do Exército que deveria caber a esses mesmo agentes retratarem-se, desfazendo essa estrutura<sup>65</sup>.

Assumindo ainda mais claramente uma relação que poderia ser vista, e talvez fosse desejo do autor que fosse vista assim, como dois cavalheiros discordando sobre os destinos de seu país, Távora diz que

Sem qualquer sigilo, sustentava, perante eles [demais oficiais], o dever que se no impunha no momento, de – com Getúlio, sem ele, ou *se necessário contra ele* – garantirmos [...] ao povo brasileiro, como integrantes das Forças Armadas, a plena liberdade de escolher novos rumos democráticos para o seu governo. (TÁVORA, 1974b, p.178)

Távora já havia feito sua escolha e, nesse momento, tentava arrastar o Exército para essa mesma conclusão. Contudo, o ex-ministro do Governo Revolucionário, José Américo, fazia os mesmos esforços de forma simétrica, embora não planejada, e em entrevista dá a entender que o projeto ideal para tirar o Brasil da situação autoritária corrente e retorná-lo à democracia, representando e unificando todos os brasileiros, seria a eleição do Brigadeiro Eduardo Gomes. Essa situação parecia confluir para que o Exército tivesse um representante no posto presidencial independentemente dos resultados eleitorais – um cenário ideal. Entretanto,

fui informado de que, *por iniciativa de próceres influentes da Ditadura*, seria lançado, como candidato oficial à Presidência da República, o General Eurico Dutra, em contraposição ao Brigadeiro Eduardo Gomes, anteriormente proclamado candidato a esse posto, por consenso unânime das correntes liberais do país<sup>66</sup>. (TÁVORA, 1974b, p.184)

<sup>65</sup> “As Forças Armadas Nacionais assumiram grave responsabilidade, anuindo à implantação e sustentação do regime político vigente no Brasil, à *revelia da nação*. [...] não parece honroso que pretendam elas descarta-se, agora, de tais responsabilidades [...]. Sua atuação anterior, ajudando a consumação do golpe de estado de 1937, impõe-lhes, ao contrário, o dever de assumir, honrada e francamente, perante a nação, o papel de fiadora de sua liberdade e segurança, no processo de transformação institucional, *ora em andamento*.” (TÁVORA, 1974b, p.178; grifos meus)

<sup>66</sup> Grifo meu.

Távora inicialmente foi favorável à presidência do General Dutra como que dando-lhe uma espécie de oportunidade de redenção – e portanto dever – de redimir-se pelo apoio à ditadura estado-novista. Contudo, a partir do comunicado oficial de Dutra enquanto candidato de oposição significa que este não estaria lá para retirar Vargas, mas sim para ser, de algum forma, sua continuidade. E essa perspectiva se confirma ainda por parte de Vargas: segundo Távora, Ary Parreiras<sup>67</sup>, interpela Vargas para que este explique a necessidade de indicar Dutra à presidência quando essa decisão ameaça a integridade das Forças Armadas. “Vargas, após resumir as razões que *o haviam levado à escolha da candidatura do General Dutra*, escusou-se de tomar qualquer iniciativa para o seu afastamento<sup>68</sup>” (TÁVORA, 1974b, p.186).

Essa hipótese confirma-se ainda mais profundamente, para Távora, quando aproximando-se das eleições, há uma “manobra maquiavélica de Agamenon Magalhães, então ministro da Justiça, para, burlando o Ato Institucional nº9, eleger, com qualquer dos dois candidatos à Presidência da República, governadores da confiança de Getúlio” (TÁVORA, 1974b, p.197).

Por fim, no dia 29 de novembro de 1945, 3 dias antes das eleições ocorrerem, Távora cita uma tentativa de golpe por parte de Getúlio Vargas, colocando seu irmão, Benjamin Vargas, na chefatura da Chefatura da Polícia do Distrito Federal, que teria sido debelada por ação peremptória coordenada por parte dos oficiais generais presentes naquela cidade. Na madrugada do dia 30 de novembro “o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares, assumia, *em nome das Forças Armadas*, a Presidência da República”<sup>69</sup> (Ibid., p.201).

Fato consumado, Távora narra uma singela passagem em visita a Minas Gerais, onde se encontrava de férias durante esse fato, que muito diz a respeito da forma como enxerga o povo:

Ao tomar o elevador do hotel, o cabineiro me perguntou, consternado, “É verdade que foi deposto o Dr. Getúlio?” Respondi-lhe: “Sim, desde ontem à tarde.” Replicou me, então, o cabineiro: “E por que fizeram isso com ele, que tanto nos amparou, no seu governo?” Respondi-lhe, encerrando o diálogo: “Houve motivos muito sérios, para isso;

---

<sup>67</sup> Ary Parreiras foi um partícipe das revoltas tenentistas, que renderam-lhe prisão junto a demais tenentes na Ilha das Cobras, e um dos expoentes militares da Revolução de 30, sendo entre 1931 e 1935 interventor do Rio de Janeiro. Tornou-se uma respeitada figura política no subsequente governo ditatorial, participando dos núcleos ideológicos tenentistas e de suas tentativas de influenciar as políticas públicas pondo-se junto à Vargas.

<sup>68</sup> Grifo meu.

<sup>69</sup> Grifo meu.

*mas vocês, humildes, podem ficar tranquilos*, porque aquilo que ele fez de bom para o povo será mantido.”<sup>70</sup> (TÁVORA, 1974b, p.201)

O paternalismo contido nesta frase pode ser descrito como absolutamente explícito, muito mais do que ‘latente’ ou de alguma qualidade que comunique uma presença nas entrelinhas. Da forma como se coloca em posição absoluta de autoridade, permitindo-se unilateralmente encerrar o diálogo, passando pelo tratamento com um *humilde*, e chegando até o que pode ser visto como o conteúdo político de maior consistência presente nessa fala: *podem ficar tranquilos*. Távora não buscava um povo emancipado, com consciência própria de seus interesses sociais, econômicos ou políticos, mas apenas uma massa ideologicamente homogeneizada e pacífica – ou até inerte e submissa. Não cabia a essa massa muita atividade política para além das eleições, e após a escolha dessa elite representativa, que voltassem, tranquilamente, às suas vidas ordinárias.

E, novamente, sustentando a candidatura de Dutra como parte do continuísmo varguista, Távora coloca que durante as disputas eleitorais, Dutra foi fortalecido pelo apoio do P.S.D. tanto quanto do P.T.B., dois partidos formados por Vargas, e pelo abuso das estruturas remanescentes do coronelismo com suas fraudes eleitorais pelos diferentes rincões do país; não havia o nascimento de uma democracia redenta<sup>71</sup>.

Na verdade, pouco aproveitaria ao aperfeiçoamento da democracia brasileira a queda de Vargas [...], pois com a vitória do General Dutra, [...] sua delicada remodelação ia ser confiada a elementos deformados, em seu comportamento democrático, durante oito anos de ditadura do Estado Novo. E, em consequência de suas conviências com o *ditador*, permitiriam, daí a cinco anos, sua volta triunfal ao poder [...].<sup>72</sup> (TÁVORA, 1974b, p.203)

Em 1946 Távora torna-se um oficial general das Forças Armadas, passando a ocupar postos de maior potência e responsabilidade a partir de então. Neste mesmo ano torna-se diretor da Diretoria de Engenharia do Exército, ficando apenas alguns meses no posto até ser transferido para a subchefia do Estado-Maior do Exército. Neste cargo Távora começa a abordar sua perspectiva sobre a produção do petróleo nacional que seria proeminente no embate da década de 1950, entre ‘nacionalistas’ (aquele que tinham como diretriz da questão energética a nacionalização da indústria petrolífera nacional) e os ‘entreguistas’ (aqueles que acreditavam que deveria haver participação da iniciativa

<sup>70</sup> Grifo meu.

<sup>71</sup> Redento, do latim, significa *salvo pela fé*.

<sup>72</sup> Grifo meu.

privada – nacional ou não – na extração de petróleo para acelerar a expansão da capacidade produtiva). Távora, expoente maior dos ‘entreguistas’, não conseguiu convencer no debate nacional de seu ponto, ocorrendo poucos anos depois a fundação da Petrobras e a nacionalização e estatização da indústria petrolífera brasileira.

Em 1948 é nomeado comandante da 6ª Região Militar, englobando os estados da Bahia e Sergipe, posto que ocupou até dezembro de 1949, fazendo ligeiras reformas nas estruturas desta região. Nesse posto recebe, pela primeira vez enquanto oficial general, um oficial general estadunidense<sup>73</sup> em visita oficial, e discute com ele as evoluções da doutrina militar estadunidense seguida a 2ª Guerra Mundial, “o que representava honrosa prova de confiança em nossa amizade e descrição” (TÁVORA, 1974b, p.214).

Em dezembro de 1949 é nomeado delegado do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (JIAD), sediada em Washington, para onde parte em março de 1950. Diz o autor acreditar que fora enviado para esse posto por encontrar-se muito doente, sem que médicos brasileiros conseguissem sequer diagnosticá-lo, e possivelmente por isso o Ministro da Guerra enviou-o aos Estados Unidos<sup>74</sup>; isso não quer dizer que faltou vontade à Távora de assumir seu posto: “Considero a J.I.A.D. uma das pedras angulares da grande e nobre estrutura sobre que repousa a solidariedade político-militar e a segurança coletiva de nosso continente” (TÁVORA, 1974b, p.217), e assim o autor participa da delegação brasileira como “uma espécie de relator permanente de todas as questões sobre que houvesse de manifestar-se nossa Delegação” (Ibid., p.218). É nesse cenário que o autor organizará uma metodologia de maior rigor para interpretação de problemas nacionais, baseados na documentação produzida na JIAD:

- Um “Conceito Estratégico” do problema, com a definição de princípios e objetivos.
- Uma “Estimativa da Situação”, compreendendo o estudo e avaliação dos meios disponíveis, condensada em síntese adequada.
- Uma “Orientação Estratégica”, indicando os planos gerais de defesa do Continente, e como coordená-los. (TÁVORA, 1974b, p.219)

Nesse mesmo período advoga junto ao Ministro da Guerra a participação do Exército na Guerra da Coreia, embora não obtenha resposta propositiva de mobilização

---

<sup>73</sup> Anteriormente Távora, enquanto coronel estagiário de Estado-Maior, teve contato com os militares estadunidenses buscando obter equipamentos excedentes da 2ª Guerra Mundial para a atualização dos equipamentos da Engenharia do Exército, sendo o processo encabeçado por oficial general que supervisionava e chefiava suas ações.

<sup>74</sup> Caso essa leitura retrate fielmente a realidade, acertou o ministro ao designar Távora por essa motivação; após internação de um mês no Hospital da Força Aérea Americana, Távora é diagnosticado com *sprue*, infecção causada por fungo que destrói a mucosa do estômago e impede a digestão dos alimentos. Estimaram os médicos que Távora contraiu tal doença havia 25 anos, aproximadamente, ao que o autor remete ser o período de sua trajetória na Coluna Miguel Costa-Prestes.

por parte deste. Nos primeiros dias de 1951, Távora deixa seu cargo como delegado brasileiro na JIAD e retorna ao Brasil.

Ainda em 1950, entretanto, Távora fora informado da intenção de Vargas candidatar-se à presidência, ao que, dentro de seus limites de enfermo em terras estrangeiras, impossibilitado de coordenar qualquer reação enérgica pessoalmente, reage: envia cartas a todos seus aliados da trajetória tenentista e políticos, convocando-os a firmarem uma oposição contra Vargas e em suporte, novamente, de Eduardo Gomes. Nada além disso é dito sobre esse fato, e sabemos que a reeleição de Vargas tornou-se a candidatura vencedora ao pleito.

Em 1951, ao retornar ao Brasil, tem seu primeiro contato com a novidade da criação da Escola Superior de Guerra (ESG) sendo estagiário<sup>75</sup> na mesma, atribuindo às atividades da escola a atualização de seus conhecimentos e dados de problemas nacionais, a expansão de sua capacidade analítica e o planejamento de soluções. No início de 1952 é designado como Diretor da Arma de Engenharia, novamente, e, novamente saindo após curto período, passando apenas seis meses no posto antes de ser promovido a general de divisão, terceira maior patente do Exército, quando é designado ao posto de comandante da Escola Superior de Guerra.

Távora, ao assumir o posto, encontrou uma instituição de ensino superior dedicada exclusivamente às Forças Armadas por meio do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, e mínima interlocução com civis no Curso Superior de Guerra (ou, como pensava ser um nome mais condizente com o conteúdo, *Curso Superior de Segurança Nacional*).

O curso específico da carreira militar segue sendo estruturado em sua gestão, sem maiores alterações. O Curso Superior de Guerra, entretanto, será o espaço da criatividade administrativo-burocrática de Távora que tinha a intenção de

ampliar a frequência de civis qualificado, ao Curso Superior de Guerra [...], a fim de difundir, entre os elementos mais responsáveis de nossa elite, hábitos de análise objetiva de nossas realidades, capaz de permitir um planejamento global das atividades governamentais, mediante prévio balanço de “necessidades” e de “meios disponíveis para atendê-las”, e o estabelecimento, conseqüente, de “prioridades” para a solução dos problemas nacionais considerados mais importantes e urgentes. (TÁVORA, 1974b, p.227)

E após receber o apoio de seus superiores,

---

<sup>75</sup> Designação dada aos estudantes.

Ao reabrir-se, em março, o Curso Superior de Guerra – além dos estagiários normalmente indicados pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica e pelo Itamarati e Ministérios civis e algumas autarquias federais – haviam sido matriculados no referido curso, vários membros do Poder Legislativo, [...] do Poder Judiciário [...], de representantes dos governos estaduais, de associações científicas, técnicas e culturais [...], associações de classes [...] – de tal forma que o número de estagiários civis ultrapassava o dos militares. (Ibid., p. 228)

Na abertura do curso, Távora deixa explícito que esse projeto vinha pela influência estadunidense, baseando-se teoricamente no Comandante Ralph E. William, da Marinha desse mesmo país, em que “A Segurança Nacional é o produto de uma política nacional vitoriosa”<sup>76</sup>, e que a segurança nacional já não é mais um problema das Forças Armadas, mas sim uma questão nacional a ser dividida por todos os seus integrantes. O cunho elitista, para além da ideia de chamar indivíduos provenientes já de elites políticas ou sociais, continuava na ideia da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, ADESG, que deveria funcionar como um centro de debates entre todos elementos que passaram pelo Curso de Guerra da escola e, conseqüentemente, organizador de percepções e ideologia que deveriam ser guias desses agentes da administração da coisa pública; “Era meu sincero desejo que a Escola colaborasse, diretamente, ou por intermédio da A.D.E.S.G., na racionalização do processo de desenvolvimento político-administrativo e econômico-social do Brasil” (TÁVORA, 1974b, p.234).

A equipe de professores, designados pela nomenclatura específica dessa escola de “Corpo Permanente”, era composta por dois oficiais de uma missão militar americana, um diplomata, militares da geração de Távora (com o General Tasso de Oliveira Tinoco) e militares de uma geração posterior, sendo citados pelo autor como portadores de “qualidades excepcionais”<sup>77</sup> - o Coronel Ernesto Geisel e o Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva.

Em meio a essas atividades inerentes à sua tentativa de reordenação das relações civil-militares, da organização da atividade burocrático-administrativa e sua correlação com a estrutura político, econômica e social por meio da ESG, Távora encontra-se novamente em meio à crise política.

No começo de 1954, Távora é eleito como vice-presidente do Clube Militar em chapa composta por ele e pelo Ex-Ministro da Guerra, General Cannonbert Pereira da

<sup>76</sup> Távora, 1974b, p.228; 1959, p.27.

<sup>77</sup> Távora, 1974b, p.229.

Costa, tomando posse apenas em junho, como que expondo através do episódio narrado a seguir, novamente, que seu nome era influente entre seus pares.

Dentro desse contexto, em fevereiro de 1954 é publicado o Manifesto dos Coronéis, documento reativo à proposta feita pelo então Ministro do Trabalho, João Goulart, de haver o aumento do salário mínimo naquele ano em 100% do valor. Esse manifesto foi assinado por diversos coronéis do Exército dizendo-se insatisfeitos com seus soldos defasados, fator que aumentava a dificuldade de adestramento da tropa e incentivava a indisciplina e que, havendo aumento de 100% do valor do salário mínimo, deveria haver reajuste de igual nível para os militares.

Távora não vê com maus olhos a proposta de Goulart por dois de seus ângulos: economicamente, diz que há um problema em considerar a necessidade de aumento dos soldos indiscriminadamente em 100%, como que para dobrar o salário de sargentos e subtenentes os cofres públicos arcariam com 400Cr\$ a mais por indivíduo, mas para os generais isso custaria 2400Cr\$ para cada um. Entretanto, dava razão ao argumento de que os soldos vigentes – assim como o salário mínimo – não comportavam as necessidades básicas da população frente a uma escalada inflacionária, e todos deveriam receber reajustes; salário mínimo, funcionalismo civil e militares. O segundo ângulo é político: assim como compreendido pela maior parte da sociedade e historicamente aceito, o Manifesto foi visto como uma afronta institucionalizada por parte das Forças Armadas ao governo; mesmo Góes Monteiro diz que esse memorial “deu em resultado um golpe”<sup>78</sup>. Távora, por sua vez, diz que “alguns órgãos da imprensa insistiam em atribuir caráter de hostilidade [deste documento] ao governo” (TÁVORA, 1974b, p.235). Ainda segundo o autor, publicou-se na imprensa que sua posição frente ao ocorrido seria de oposição irremediável ao aumento projetado e complacência com a indisciplina dos coronéis; a primeira afirmação é claramente uma distorção dos valores do autor, pois o aumento dos ganhos e da distribuição de renda por meio de acréscimo salarial é fundamento básico de sua perspectiva econômica. Quanto à segunda, é realmente mais difícil de entender de outra forma.

Demonstrando como toda a sua trajetória pós-37 pode ter desgastado sua relação com Vargas, dadas as muitas vezes em que houveram atritos entre os projetos políticos de ambos, Távora expõe ocasião em que convidou Vargas para ir até a ESG em um almoço cerimonial com a presença dos estagiários e do corpo permanente, ao que o presidente

---

<sup>78</sup> Góes Monteiro apud Coutinho, 1956, p.528.

aceitou. Entretanto, Vargas informa a direção da escola que será acompanhado por sua guarda pessoal, o que cria constrangimento para Távora que, enquanto comandante da escola, tinha como obrigação garantir a segurança do convidado de honra e, portanto, pede que este venha sem sua guarda. Vargas cancela o almoço; Távora diz que “Senti-o bastante; e acredito que, comigo, toda a ESG” (TÁVORA, 1974b, p.239).

Dias depois, Távora atende, em reuniões diferentes, dois expoentes da oposição ao governo: Afonso Arinos de Melo Franco, deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), e Júlio de Mesquita Filho, presidente d’O Estado de São Paulo. Estes sondam, basicamente, sua suscetibilidade à possibilidade de um golpe contra Vargas. Távora responde:

Embora reconhecendo o agravamento progressivo da situação político-administrativa do país, sob o governo do Presidente Vargas, julgava que a menos precária saída que dela podíamos esperar era garantir-lhe o exercício constitucional do poder, até o último dia do mandato de que fora investido, democraticamente, pelo povo brasileiro. Só assim esse povo teria oportunidade de desiludir-se do “carisma getuliano” [...]. Sustentava, por isso, como oficial-general do Exército e comandante da E.S.G., que o melhor serviço que, em tal conjuntura, podiam prestar as Forças Armadas, ao país, era garantir, de qualquer forma, ao Presidente Vargas, o exercício completo do seu mandato presidencial. (TÁVORA, 1974b, p.239)

Pouco após esses eventos, ocorre a tentativa de assassinato contra o jornalista e ferrenho opositor de Vargas, Carlos Lacerda, evento que ficaria conhecido como o *Crime da Rua Toneleiros*<sup>79</sup>. Inicialmente acusaram Vargas de ser indiretamente culpado pelo fato uma vez que era complacente com os criminosos que o cercavam (TÁVORA, 1974b, p.241), mas quando as investigações parecem parar nas mãos da polícia, sem que a investigação ande, suspeitas são criadas sobre a consciência ou não, envolvimento ou não, de Vargas com o crime; o chefe de sua guarda pessoal era um dos principais suspeitos desse caso. A isso respondem os oficiais gerais das Forças Armadas em ata de documento, fruto de reunião entre estes, dizendo que

o *dever* das Forças Armadas, por seus chefes responsáveis, era perseverar no propósito de se apurarem as responsabilidades pelo crime cometido e entregar os criminosos ao julgamento da Justiça –

---

<sup>79</sup> Lacerda está chegando em sua residência acompanhado do Major-Aviador Rubens Vaz quando, subitamente, para um carro em frente ao prédio, descem quatro homens do mesmo e atiram contra os dois, ferindo Lacerda sem gravidade mas matando Rubens Vaz. A oposição se galvanizou contra Vargas nesse episódio: seu mais público e ferrenho opositor sofrera um atentado e um oficial superior das Forças Armadas foi assassinado. Civis e militares anti-varguistas encontraram naquele fato um chamado à união pelo fim de Vargas.



devendo, porém, em quaisquer circunstâncias, respeitar-se as regras impostas pela Constituição Federal.<sup>80</sup> (Ibid., p.243)

Távora relata, desse período, uma numerosa quantidade de reuniões e conversas entre os militares para decidirem, institucionalmente, o curso de ação a se tomar. Sua posição em toda essa crise é sempre a mesma:

[...] o presidente tinha direito de manter-se, a todo transe, no posto que lhe fora conferido pelo povo; podia, também, renunciá-lo, se julgasse, em consciência, assim melhor servir o bem-comum do povo que o elegera. Mas não tinha o direito de, renunciando, entregar o poder a outro que não aquele constitucionalmente habilitado a recebê-lo [...]. E esclareci que a obediência aos mandamentos constitucionais constituía ponto firme e unanimemente aceito, pelos chefes militares, para a solução da crise existente. (TÁVORA, 1974b, p.244)

Como quem mente para convencer aos demais e até a si próprio, Távora tenta emular essa concordância dentro do aparato militar por um lado enquanto quase diariamente narra discussões acaloradíssimas entre oficiais que desejavam profundamente a retirada de Vargas do poder pela força. Em reunião no Clube Militar no dia 13 de agosto, Távora encontra um oficialato que se colocava não em prontidão, mas em proativa postura para a retirada imediata de Vargas do poder. O autor faz então um longo discurso aos colegas lembrando-os de suas obrigações constitucionais e da soberania popular na democracia, embora termine dizendo que

[...] confio em Deus que, se nessa hora crítica de decisão não puder ser evitada [a responsabilidade de tomar decisões difíceis], seremos dignos da confiança que em nós foi depositada e que, mais uma vez, o Brasil terá oportunidade de certificar-se de que, agora e sempre, não lhe faltará nas ocasiões difíceis, nas horas mais trágicas, o amparo decidido, unânime, desinteressado de suas Forças Armadas. (TÁVORA, 1974b, p.248)

É possível compreender que nesse momento, após toda sua relação com Vargas, gostaria de vê-lo sair do poder. Távora talvez não tivesse grandes críticas pessoais ao homem Getúlio Vargas, mas tinha muitas à figura que ele denominava de *o ditador*. Contudo, Távora narra que não queria isso o suficiente para arriscar a democracia recém conquistada, essa atualmente vivendo a possibilidade de desenvolvimento democrático que ele tentou cultivar após a Revolução de 30, 24 anos antes, e foi obliterada por esse mesmo homem que impede o modelo de Brasil visionado por si; para Távora, o novo Governo Vargas era um cadáver insepulto que, de alguma forma, deveria ser enterrado

---

<sup>80</sup> Grifo meu.

sem levar consigo o novo regime. Para ele esse seria o fluxo natural após o fim do mandato.

Entretanto o Vice-Presidente, Café Filho, propõe que ele e Vargas renunciem ao governo e deixem o Congresso Nacional eleger um governo de conciliação. Vargas nega a possibilidade e se dispõe a resistir até as últimas consequências. Termina aí a possibilidade de conciliação. Segundo Távora, no dia seguinte Vargas faz reunião ministerial com representantes das Forças Armadas e concorda em deixar a presidência e seguir os trâmites convencionais. Contudo, horas depois, encontram-no suicidado com a famosa carta testamento. Távora diz que, nesse momento, compromete-se consigo mesmo a nunca mais se envolver em tentativa de corrigir problemas políticos institucionais pela força, como se habituara a fazer nos últimos 30 anos.

Uma vez que Vargas “resolvera, inesperadamente, sair de suas dificuldades pela porta do suicídio” (TÁVORA, 1977, p.6)<sup>81</sup>, o Vice-Presidente João Fernandes Campos Café Filho assume o posto e convida Távora para ser seu Chefe do Gabinete Militar, ou seja, o responsável pela interlocução entre a presidência e as Forças Armadas. Távora, por sua vez, aceita o convite sob o pretexto de que, a partir daquele momento, sua função política era a de “tentar impedir, na medida de minhas forças, o surgimento de fatos ou pretextos que pudessem justificar a interferência de novas ações extralegais na vida político-administrativa do país” (TÁVORA, 1977, p. 7) e o posto oferecido parecia um bom ponto para assentar sua base em tal propósito.

Recebe do novo presidente, além disso, a função de supervisor das autarquias federais ligadas à presidência. Divide essa tarefa com José Monteiro de Castro, Chefe do Gabinete Civil, e fica combinado que autarquias de cunho mais econômico e técnico ficariam sob a supervisão de Távora e as de cunho jurídico e social sob a supervisão de Monteiro. Sendo assim, pelo período em que foi Chefe do Gabinete Militar da Presidência, Távora, foi também supervisor das seguintes instituições: Petrobrás, Conselho Nacional do Petróleo, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Nacional dos Álcalis, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Comissão de Valorização da Amazônia, Comissão Construtora da Nova Capital, Comissão do Carvão Nacional, Conselho Nacional de Águas e Energia, Fundação

---

<sup>81</sup> Novamente, como que admirando um oponente, Távora diz que “O bilhete, de próprio punho, que escreveu antes de suicidar-se e a chamada ‘carta testamento’ [...] que assinara dias antes, quando decidira resistir até a morte contra qualquer tentativa de deposição pela violência, constituem prova de sua habilidade como calculador político, de que não abriria mão, mesmo na hora extrema em que se defrontava com a morte” (TÁVORA, 1977, p.6)

Brasil Central, Comissão Nacional de Abastecimentos e Preços e, por fim, o Conselho Coordenador do Abastecimento Nacional.

O autor atuou ativamente na função que lhe foi dada e foi centro de polêmicas na época: descobriu má administração no Conselho Nacional de Pesquisa que impedia a eficiência no funcionamento do órgão e caracterizava improbidade administrativa da direção anterior<sup>82</sup>; tentou resolver imbróglis burocráticos ainda no CNPq que bloqueavam o desenvolvimento da política de energia nuclear pelo governo<sup>83</sup>; a apuração de responsabilidades após acusação de má administração do Conselho Nacional do Petróleo pela descoberta de contratos firmados com preços muito superiores aos do preço de mercado pelo serviço de transporte de óleo cru por navios<sup>84</sup>; o desentendimento entre o diretor do Conselho Coordenador do Abastecimento Nacional e o Ministro da Fazenda sobre a definição da jurisdição sobre competência ou direito na precificação da gasolina.

Sua atividade político-partidária, por outro lado, foi diminuta nesse período. Em suma, Távora atua em duas frentes: reorganiza os ministérios militares seguindo instruções do presidente, colocando à frente de cada um deles oficiais que não fossem

ligados a *grupos*, dentro de suas corporações; nem [...] candidato que tenha inimizade com o Ministro que vai substituir. [...] Faço essas ressalvas porque sei das divergências existentes dentro [...] das Forças Armadas, nomeadamente do Exército, e quero tentar, através de novas administrações [...] uma harmonização razoável dos respectivos quadros. (TÁVORA, 1977, p.10)

Em resposta a esse pedido, Távora chega à indicação do General-de-Divisão Henrique Duffles Teixeira Lott por estar fora da dinâmica de facções e estar em um dos últimos três postos hierárquicos superiores do Exército.

A outra frente, por sua vez, foi relativa à política institucional civil: em seguida à constituição do novo governo, Távora é procurado em seu gabinete por dois líderes da UDN<sup>85</sup>, sendo questionado se não deveriam adiar as eleições de 1955, uma vez que havia um trauma coletivo pela morte de Vargas e a possibilidade de retificar o sistema eleitoral, não havendo oposição governista como houve em 45. O autor nega veementemente esse plano pelo risco que ele traria de inflamar os facciosismos civis e militares sobre como proceder após o anúncio dessa decisão e quem tomaria vantagem dela para chegar à presidência. Como disse o autor posteriormente, em encontro de cunho semelhante em

---

<sup>82</sup> Távora, 1977, pp.21-22.

<sup>83</sup> Távora, 1977, pp.22-23.

<sup>84</sup> Távora, 1977, p.25.

<sup>85</sup> União Democrática Nacional, partido conservador de retórica moralista e candentemente anti-varguista.

que foi abordado quanto à viabilidade de Juscelino Kubitschek como candidato à presidência, responde que

as Forças Armadas não tinham candidatos, nem vetavam candidatos; apenas esperavam que os líderes políticos brasileiros [...] fizessem um supremo esforço para se aglutinarem em torno de um candidato civil de união ou, pelo menos, de pacificação nacional, podendo contar, para isso, com o apoio quase unânime daquelas Forças. (TÁVORA, 1977, p.30)

Em reunião pouco após o suicídio de Vargas, e anterior a essa afirmação, diversos generais reuniram-se e decidiram que caso os políticos civis conseguissem criar uma candidatura de pacificação nacional, assegurariam que não haveria candidato militar ao pleito. O projeto iniciado pelos trabalhistas em prol da candidatura dupla Juscelino presidente & Jango vice, entretanto, é visto como uma tentativa de continuísmo varguista e, portanto, como governo faccioso que aumentava o caos do sistema político, não harmonizava-o. A situação agrava-se quando o então governador de São Paulo, Jânio Quadros, ameaça candidatar-se para enfrentar a chapa trabalhista, colocando a lógica concorrencial em pleno vigor. E por fim, toma seu grau máximo de desvio desse ideal de pacificação quando Quadros diz que só deixará de concorrer caso Távora concorra em seu lugar. Diz então que, entendendo que os políticos civis já não tentavam mais chegar em candidatura de acordo mútuo, Távora candidata-se com aval dos generais.

Távora, após desentendimentos que lhe fizeram perder aproximadamente um mês de processo eleitoral enquanto candidato e apoio do Partido Social Progressista<sup>86</sup>, seria candidato pela UDN em coligação curiosa, com apoio do Partido Libertador, do Partido Democrático Cristão e do Partido Socialista Brasileiro.

Durante esse pleito eleitoral, Távora tem uma fala simbólica quanto a forma com que encararia, no futuro, sua derrota para Juscelino Kubitschek, e como seriam as relações civil-militares decorrentes dessa percepção durante os próximos governos civis:

Só os que pretendem vencer o pleito presidencial pela fraude e pelo suborno podem estar contra a aprovação de preceitos moralizadores da reforma eleitoral. Mas tais elementos devem assumir a responsabilidade pela criação de ambiente de suspeição, em torno do candidato vitorioso do pleito de 3 de outubro, abrindo, assim, caminho para possível *desfecho extralegal* da sucessão presidencial. (TÁVORA, 1977, p.68)

---

<sup>86</sup> Partido de razoável potência eleitoral teve como candidato próprio o político Adhemar de Barros, alcançando 25,77% dos votos no pleito de 1955.

Távora ficaria em segundo lugar, atrás de Kubitschek por desvantagem de aproximadamente 400,000 votos, e 400,000 votos à frente de Ademar de Barros. Não havendo segundo turno nas eleições deste período, fica o autor como derrotado no pleito, e retorna ao poder o varguismo, embora, dessa vez, sem Vargas.

**Tabela 4 – Votos no pleito eleitoral de 1955**

<b>Candidato</b>	<b>Votos</b>	<b>Porcentagem</b>
Juscelino Kubitschek	3,077,411	35,68%
Juarez Távora	2,610,462	30,27%
Ademar de Barros	2,222,725	25,77%
Plínio Salgado	714,379	8,28%

Café Filho, em meio ao período eleitoral, adoece gravemente e a presidência em exercício passa ao presidente do senado, Carlos Luz. Este, por sua vez, toma uma estranha iniciativa, para um presidente em exercício, de reorganizar os ministérios, colocando à frente da pasta da Guerra o General da Reserva Álvaro Fiúza de Castro, coincidentemente conhecido por ser fervorosamente anti-varguista. Inicia-se aqui o episódio que posteriormente seria conhecido como ‘as novembradas’.

Lott, então Ministro da Guerra, parece não acreditar em coincidências quando, ao ser notificado dessa mudança, mobiliza tropas e ameaça a integridade do governo e do presidente em exercício, tendo este que fugir para o Ministério da Marinha, inicialmente, e em seguida para o Cruzador Tamandaré, navio de guerra que, ao ser embarcado, zarpa para fora da orla carioca; não o fizesse, Lott ordenara que artilharias do forte abrissem fogo contra o cruzador em que se encontrava Carlos Luz. Era de conhecimento geral que Café Filho era um homem enfermo; Távora, em muitos momentos, protelou comunicá-lo de fatos por pedido dos médicos do mesmo para que evitasse choques emocionais, perigosos para aquele homem. Lott vê nessa qualidade um fator que faria daquele homem inadequado para o governo do país naquele momento, e quando o Presidente afastado retornasse para reassumir o cargo, seria impedido de fazê-lo.

Távora discorda do movimento anti-varguista que, em sua movimentação, aparentava pretender um golpe contra as eleições; discorda também de Lott, uma vez que tão ilegal quanto golpear a posse de políticos eleitos não permitindo que eles assumissem, era não permitir que o presidente afastado assumisse ao retornar. Comunicou essa perspectiva com representantes dos dois lados da disputa e, por isso, pouco após a meia noite do dia 21 de novembro de 1955 foi preso em sala do Ministério da Guerra. As 4 da

manhã foi acordado por auxiliar de Lott, desculpando-se ao dizer que ele havia sido preso por engano. Retorna Távora para sua casa e, em seguida, tira férias, viajando ao interior mineiro.

Em férias, recebe informações e visitas de outros oficiais gerais que vinham informar-lhe que a Marinha aderira à facção anti-varguista do Exército e ameaçava impedir a posse de JK. Távora passa os meses seguintes atuando junto a civis e militares em prol da estabilização do regime, e continuaria esse esforço até julho de 1956, com Kubitschek já empossado. Nesse momento, contudo, Távora é acusado de improbidade na administração da política de energia nuclear durante o governo Café Filho, cedendo à demandas impostas pelos Estados Unidos, parceiro neste setor, em detrimento da soberania nacional. É chamado para depor em CPI, sendo investigado por deputados e dois subordinados militares; diz que

Algumas objeções por eles feitas às minhas explicações deixaram-me compreender que estava a malhar, inutilmente, em ferro frio. Só mais tarde vim a saber que esses três oficiais tinham tendências esquerdistas, marcadas por irredutíveis idiossincrasias norte-americanas. (TÁVORA, 1977, p.111)

Sente-se, nesse episódio, alvo de devassa moral tão injustificável que, acumulando essa experiência aos desgastes do processo eleitoral e das reações militares subsequentes, pede que seja movido para a reserva do Exército. Torna-se assim, em decreto de 20 de setembro de 1956, General-de-Exército na reserva.

Após esses eventos, em 1957, Távora dizia estar absolutamente esgotado e em estado gravemente precário de saúde: embora a *sprue* contraída no esforço da Coluna Prestes tenha sido curada, após 25 anos ela já deixara graves sequelas, tendo destruído praticamente toda mucosa digestiva do autor\_e colocando-o constantemente sob risco de desnutrição e anemia. Buscando um tratamento, vai à Europa e volta ao Brasil algumas vezes em busca de tratamento até que, em 1958 encontra tratamento efetivo para a condição e é curado.

Durante esse período, Távora não atua ativamente na política, apenas comunicando-se com Jânio Quadros e outras lideranças da UDN, por um lado, e militares, por outro. Diz ter ficado extremamente feliz com a vitória de Quadros para presidência no pleito de 1960; ficou proporcionalmente perturbado com sua renúncia.

E durante todo esse tempo não cessava de perguntar-me por que Jânio Quadros, esquecendo a confiança que nele depositaram mais de seis milhões de brasileiros, abandonava o governo do país, que

devia ir parar, legalmente, *nas mãos inábeis de seu sucessor, o Vice-Presidente João Goulart.* (TÁVORA, 1977, p.147)

E continua, algo entre desanimado e incrédulo, dizendo que “não era preciso ser profeta para prever que iríamos iniciar um período de perigosas controvérsias e agitações” (TÁVORA, 1977, p. 151).

No momento da renúncia, Goulart encontrava-se fora do país, em viagem diplomática à China. Com isso em mente, os ministros militares do governo anterior, ainda em seus cargos, acreditavam que Goulart não estava apto à responsabilidade de governar o Brasil e tomam ações para impedi-lo; em nota ao escrita pelo deputado Paschoal Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara e chefe em exercício do país, endereçada ao presidente do senado, diz que

os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso do Vice-Presidente [...]. (apud TÁVORA, 1977, p.149)

Em resposta, Goulart dá entrevista no exterior dizendo que regressaria houvesse o que houvesse, e retornando ao país atuaria enquanto chefe institucional legítimo do Estado, segundo a legislação vigente<sup>87</sup>, não havendo motivo para não fazê-lo. Távora, pintando-o como ‘cão que ladra’, diz que mesmo soltando essa nota, Goulart passa algum tempo na Argentina e no Uruguai até que a situação fosse resolvida entre seus representantes e os representantes militares. Esse meio termo é, por fim, delineado na adoção de sistema parlamentarista, destituindo Goulart de parte de sua potência política enquanto chefe de governo, tornando-o 1º Ministro até o final de seu mandato.

Essa situação é revertida em 1963 quando Goulart apela à democracia direta: pede plebiscito para que o povo, por meio do voto, pudesse confirmar se desejava a continuidade desse sistema ou o retorno ao presidencialismo; o presidencialismo vence e é restaurado; Távora classifica esse episódio como uma vitória da pregação demagógica, e diz que esse passo “determinaria sua deposição da presidência antes de conseguir afundar o país na tirania sindical, na insolvência financeira e no caos social” (TÁVORA, 1977, p.155)

---

<sup>87</sup> O processo eleitoral do período tinha processos de votação separados para presidente e vice-presidente, o que acarretava situações em que um presidente que tinha maior reconhecimento por determinado grupo fosse eleito, mas possibilitando que um vice-presidente de grupo de oposição elege-se também. Essa dinâmica, como mostra a situação em questão, abria ainda mais uma frente para choques entre agentes que integravam o sistema político e os grupos que davam-lhe suporte.

No início do mesmo ano de 1963, Távora disputa as eleições e assume o cargo de deputado federal pela Guanabara, eleito dentro do Partido Democrata Cristão, onde cultivava forte base de apoio das lideranças desde o começo da década de 1950, dado seu vínculo com o catolicismo. Dizia tentar manter equidistância entre situação e oposição ao governo, apoiando medidas que julgasse benéficas à nação e opondo-se às que não. Sua não tão delicada condução da narrativa expõe Goulart como um comunista incompetente, contudo, expõe onde moravam suas preferências.

Távora inicia sua perspectiva sobre os passos finais do Governo João Goulart em setembro de 1963: no dia 12 do mês citado, cerca de 500 praças da Força Aérea e do corpo de Fuzileiros Navais tomaram a base aérea local, os Ministérios da Justiça e da Marinha e o Centro Telefônico de Brasília, sob prerrogativa de que o TSE haveria impugnado injustamente candidaturas de diversos sargentos das três forças. Távora contrapõe versões: “Segundo declarações do Ministro Ribeiro da Costa [do STF] [...], não teriam sido as praças revoltadas os autores exclusivos da condenável atitude [...], teriam sido eles meros instrumentos” (TÁVORA, 1977, p.164), completando o trecho com a informação de que as investigações policiais determinaram ser aquele um movimento isolado.

Em outubro, Goulart, no entendimento de Távora, tentaria afastar do governo o governador da Guanabara, Carlos Lacerda por meio da decretação de Estado de sítio sob alegação de necessidade para manutenção da ordem. Távora comunica-se com o General Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, e o General Peri Constant Beviláqua, comandante do II Exército, indagando-os sobre a real necessidade dessa ação, sendo informado que ela não era de forma alguma necessária. Távora comunica esse fato em plenário e, por isso e quaisquer demais fatores não identificáveis aqui, o governo não consegue passar seu pedido de abertura de um Estado de sítio.

A situação, contudo, não deixava de deteriorar-se, e para demonstrar isso o autor cita um escândalo entre elementos governistas na alta administração da Petrobrás, em que uns acusavam outros de apropriação de recursos públicos e aparelhamento<sup>88</sup> em prol da corrupção da empresa<sup>89</sup>, e as greves dos petroleiros que ameaçavam a capacidade

---

<sup>88</sup> Dentro desse contexto, entende-se aparelhamento como uma dinâmica de lógica clientelista, na qual o presidente ou seu representante aloca um agente na administração de um órgão, permitindo-lhe abusar da posição para ganhos pessoais, enquanto, por sua vez, assegura ao presidente apoio em sua base política.

<sup>89</sup> Távora, 1977, p.166.



logística do país pelo seu desabastecimento<sup>90</sup>. Para o autor, construía-se um “ambiente de pressão sindical, visando um golpe de Estado” (TÁVORA, 1977, p.166).

Além da insubordinação civil presente em elementos civis, Távora diria que Goulart, cada vez mais, agia ativamente na erosão da disciplina dentro das três forças: a exemplo da revolta anterior, que tomara a base aérea local em Brasília, novo movimento de fuzileiros é enviado para reprimir a reunião e termina por rebelar-se à greve no Sindicato dos Metalúrgicos, unindo-se a elementos de influência política trabalhista em oposição às ordens dos oficiais superiores. Mantiveram-se em greve frente à queda do então Ministro da Marinha, da chegada da Polícia do Exército, e receberam dentro do sindicato que ocupavam as visitas de deputados da base do governo. Ao final do movimento, deixaram o prédio com garantia dada pela presidência da República de que não sofreriam punições ou sanções de nenhuma natureza.

A gota d'água foi o famoso discurso de Goulart no Automóvel Clube do Brasil, perante sargentos das três Forças; na perspectiva militar, adotada e exprimida por Távora, esse evento “constituía prova inequívoca de que ele [Goulart] pretendia abalar a solidez da estrutura dessas forças, minando-lhes a disciplina militar” (TÁVORA, 1977, p.173).

Presente no Ministério da Guerra no dia 30 de março de 1964, para conversar com o Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Humberto de Alencar Castelo Branco, sobre a impunidade dos marinheiros por decisão presidencial. Távora ouve, enquanto espera sua audiência com Castelo Branco, que Goulart exigiria a substituição imediata de Castelo Branco daquele posto de importância central no ordenamento das tropas. Atribui então ao já General Ernesto Geisel, assistente de Castelo Branco, que “Não tem importância; ele poderá ser exonerado, mas não passará a chefia” (apud TÁVORA, 1977, p.176).

O legalismo aparentemente radical de Távora em 1953 e 1955 já não faz mais efeito: “As cartas estavam [...] lançadas à mesa. Ignorava, porém, onde e como começaria o jogo da reação contra os *desvarios do Presidente da República*<sup>91</sup>” (Ibid, p. 176). Mesmo assim, tenta fazer apelo à solução pacífica da situação e restaurar a rigidez da hierarquia militar: “Isso é indispensável para que as massas – sobretudo as que manejam metralhadoras e canhões – só ajam sob o controle do raciocínio lógico e ponderado, e não se desgarem sob o *descontrole brutal de seus próprios instintos*” (TÁVORA, 1977, p.178).

---

<sup>90</sup> Ibid., p.167.

<sup>91</sup> Grifo meu.

Assim, quando há o Golpe de 1964, Távora sobe junto com os militares e oposicionistas para empossar o Deputado Mazzili, Presidente do Congresso, no Palácio do Planalto.

Nos dias seguintes ao que o autor chama de *Revolução de 31 de março de 1964*<sup>92</sup>, Távora busca diálogo com os dois expoentes militares do novo regime, os generais Castelo Branco e Costa e Silva. Sua bibliografia é publicada a partir de 1975, sendo possível considerar que o autor escrevera-a já em meados dos anos 70, visto que sua trajetória de homem público e narrativa literária termina em 1967; o volume onde encontra-se esse trecho de seu depoimento foi escrito ainda em 1975, embora tenha sido publicado em 1977. Isso torna um tanto questionável as afirmações que o autor diz ter feito nessa conversa com seus antigos pares frente as ações do governo.

Para deixar bem explícito meu ponto de vista a respeito, adiantei ao General Costa e Silva – e o repeti, depois, ao General Castelo Branco – que, se a Revolução vitoriosa entendesse realizar seu esforço de restauração revolucionária no país dentro de um ambiente toleravelmente democrático, punha-me inteiramente à sua disposição para ajudá-la nesse necessário esforço. Se, porém, ao contrário disso, pretendesse resolver a situação existente através da instituição de uma ditadura, de forma alguma me associaria a seu destino. Encontrei, afortunadamente, em ambos esses chefes, a mesma louvável disposição de encaminhar o esforço revolucionário de restauração da disciplina e da ordem, sem abandonar as normas fundamentais que caracterizam os regimes democráticos. (TÁVORA, 1977, p.181)

Mesmo antes do famigerado Ato Institucional nº5 e sua fundamental qualidade repressiva, ainda em 1965 foi publicado o Ato Institucional nº2, promulgado para combater a resposta popular de eleição de governadores majoritariamente provenientes de linhagens varguistas, destruindo a estrutura partidária que sustentara a República a partir de 1946 (OLIVEIROS, 2000, p. 110).

Ainda na seção que trata desse período em sua obra biográfica, Távora narra apenas seu papel na mobilização pela eleição indireta por meio do Congresso para dar posse a Castelo Branco<sup>93</sup>, e sua passagem pelo Ministério de Viações e Obras Públicas, que tentou orquestrar seguindo os mesmos métodos utilizados em sua passagem como ministro pelo Governo Vargas em 1930. Cala-se, portanto, perante essa clara evidência de que a promessa feita por seus pares militares não foi nada além de palavras tão vazias

---

<sup>92</sup> Távora, 1977, p.180.

<sup>93</sup> Não cita nesse evento, também, que foi o segundo colocado no pleito, com 3 votos recebidos.

quanto a democracia que defendiam, levando a um regime torturador, homicida, genocida<sup>94</sup> e corrupto<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> “A Comissão Nacional da Verdade estima que ao menos 8.350 índios foram assassinados entre 1946 e 1988. [...]Os waimiri atroari representam ao menos 2.650, atrás apenas dos Cinta-Larga (3.500 mortes). De acordo com a Funai, a população dos waimiri atroari era de 3 mil pessoas em 1972. Em 1983, apenas 350 sobreviveram aos massacres”. (DAMASIO, 2019)

<sup>95</sup> Jupiara; Otávio, 2015.

## Capítulo 2. O tema da soberania e o problema político moderno

Um bom começo para a definição do conceito de soberania é sua base: “Soberania é uma configuração distinta da autoridade estatal”<sup>96</sup> (JOHNSON, 2007, p.5). Esse arranjo de autoridade centrado no aparato do Estado, por sua vez, tem a necessidade pressuposta de que haja (i) supremacia de governo e (ii) independência frente à interferência exterior. Chegamos assim em uma definição básica de soberania. Contudo, uma vez que esse conceito é tão abrangente quanto parece, em verdade sua definição é um exercício sempre difícil.

Como diz Bartelsen (1995), este foi descrito de múltiplas formas que convergem e divergem, e Grimm (2015) corrobora esse fato: “Por séculos, a soberania tem sido um conceito chave nos discursos políticos e jurídicos. Não é possível dizer, entretanto, que seu significado sempre foi óbvio ou sequer permaneceu sempre o mesmo.”<sup>97</sup> (GRIMM, 2015, p.3), completando o raciocínio ao dizer que até em um mesmo período o conceito seria polissêmico, dado que a natureza do mesmo leva as trajetórias e práticas políticas locais a adaptarem-no conforme suas especificidades. Consta-se portanto que o conceito de soberania é variável no espaço-tempo.

A partir desse mesmo raciocínio, a análise histórica sobre o conceito de soberania feita por Grimm (2015) é de muita utilidade. O autor se propõe a analisar a soberania enquanto um conceito responsivo às estruturas sociopolíticas a que é exposto de acordo com sua posição no espaço-tempo. Dessa forma o autor passa por alguns fatos históricos específicos para analisar as utilizações ou manifestações da soberania na história. Isso será importante nessa pesquisa por ver outra possível abordagem para a mesma: o emprego da soberania como indicador da base de apoio do regime pretendido em um projeto político.

Com essa finalidade em mente, pode ser produtivo focar em quatro conceitos, dentre a miríade de conceitos possíveis<sup>98</sup>:

- a soberania popular
- a soberania nacional

---

<sup>96</sup> Sovereignty is a distinctive configuration of state authority.

<sup>97</sup> For centuries, sovereignty has been a key concept in political and legal discourse. This is not to say, however, that its meaning has always been obvious or that it has even remained the same.

<sup>98</sup> Não é a intenção, ao apresentar esses quatro conceitos, dizer que eles representam as únicas variações possíveis para uma análise de cunho semelhante à proposta neste trabalho ou ideias do gênero, mas sim delimitar que pelos objetivos desse texto, esses quatro conceitos preenchem satisfatoriamente a lacuna metodológica necessária para a análise.

- a soberania do Estado
- a soberania excepcional, ou o conceito de soberania como desenvolvido pelo filósofo e jurista alemão Carl Schmitt (1985).

## 2.1 O conceito de soberania: do período Medieval ao Moderno

O termo *soberania* aparece inicialmente no período medieval, embora com pressupostos diferentes dos apresentados: segundo Grimm (2015, p.13), o termo surgiu na França por volta dos séculos XII e XIII, designando originalmente objetos, construções ou relevos especialmente altos. Essa característica é adaptada, transmutando a diferença de altura física em altura hierárquica, possibilitando que posteriormente fosse transferida para aquele de poder incontestável: “SÓ DEUS É SOBERANO EM TODAS AS COISAS, IMUTÁVEL, A PLENITUDE DA verdade, razão e bondade”<sup>99</sup> (ELSHTAIN, 2008, p.1).

Essa perspectiva passa a ser aplicada a homens e seus sistemas políticos, uma vez que o catolicismo tornou-se a religião prevalente na parcela ocidental da Europa durante a Idade Média e transita nos espaços políticos portando autoridade conjunta aos reis; a espada espiritual, *sacerdocium*, e a espada material, *regnum* (ELSHTAIN, 2008, p.11), conceitos que posteriormente se desdobrarão na relação entre *auctoritas* e *potestas*, sendo o primeiro ligado ao poder eclesiástico que condiciona a legitimação do uso da força, e o segundo que utiliza a força material dos nobres que deve ser controlada, evitando o surgimento de tiranias (ibid. p.13)<sup>100</sup>.

O conceito de soberania tinha duas grandes questões relacionadas ao período medieval: primeiramente, o soberano era o governante de determinado território e, portanto, soberano dentro deste, não precisando pedir permissão para tomar nenhuma decisão dentro daquele espaço. Isso, contudo, criava uma dinâmica de *soberania relativa* quando os espaços interagem entre si, ampliando demais o escopo do conceito, diminuindo seu valor descritivo e exprimindo uma dinâmica de intensa descentralização política:

---

<sup>99</sup> “GOD ALONE IS SOVEREIGN IN ALL THINGS, IMMUTABLE, THE FULLNESS OF truth, reason, and goodness”. Grafia do texto original.

<sup>100</sup> Elshtain (2008) analisa esses fenômenos sociais à luz da filosofia de Augustinho que fazia um debate essencial sobre a natureza do poder divino, debate esse que teria efeitos nos governos mundanos: o poder de deus seria livremente infinito? Segundo Augustinho, não. Deus, ao criar a vida, o mundo, a humanidade e as leis da natureza, submeteu-se às regras de sua criação, o que dá segurança aos homens de que as regras, ou *leis*, não mudarão de um momento para outro. Ou seja, mesmo aquele que possui as capacidades para alterar estruturas sem impeditivos que não seu querer deve, então, criar os impeditivos para dar estabilidade ao sistema e seus integrantes.

o rei era o soberano principal, mas não o único, pois não era superior aos demais detentores de poderes em todos, ou mesmo na maioria dos aspectos. A característica de ser soberano de fato se estendia até os barões. “Cada barão é soberano em seu baronato.” Mesmo os titulares de determinados cargos, como cargos de tribunal, eram considerados soberanos se fossem as autoridades decisórias finais dentro de suas esferas de responsabilidade.<sup>101</sup> (GRIMM, 2015, p.14)

Jackson (2007, p.49) vai ligar essa dinâmica ao que chama de “república cosmopolita cristã”<sup>102</sup>, conceito caracterizado pelo fato de que cada território poderia ser governado por um soberano, mas que do mais baixo barão ao rei, do sul espanhol ao oeste germânico, estavam sob o governo comum da Igreja. A outra grande questão é que nesse sistema, os soberanos exerciam poder administrativo e judiciário, não sendo capazes, contudo, de alterar as regulações que condicionavam como o fariam. O poder de legislar não era dos reis, mas da figura que Bignoto (2008, p.407) vai chamar de *legislador* – alguém com poder fundador que estabeleceria leis ao início de um novo agrupamento político, ou quando os conflitos em um dado momento não pudessem ser resolvidos pelas vias existentes. Além disso, os governos poderiam governar apenas a esfera secular, uma vez que o espiritual (e seus desdobramentos materiais) era poder inerente à Igreja e seus agentes (GRIMM, 2015, pp.14-16). Isso significa que os poderes destes atores eram limitados em determinadas frentes.

É compreensível, então, que o primeiro obstáculo superado para a criação do que viria a ser a soberania tenha sido a exclusão da Igreja Católica como condicionante da legitimidade do poder decisório do Estado com potência difusa em todas as regiões, como exposto adiante. É nesse sentido que a noção de soberania, exatamente por estar relacionada à centralização do poder no Estado, é um dos fundamentais pontos de inflexão para a modernidade e deve ser compreendido como um fenômeno próprio desse período, como diz McIlwain<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> “the king was the primary sovereign, but not the only one, since he was not superior to the other holders of powers in all, or even most, regards. The characteristic of being sovereign in fact extended down to the barons. “Each baron is sovereign in his barony.” Even the holders of certain offices, such as offices at court, were considered sovereign if they were the final decision-making authorities within their spheres of responsibility”.

<sup>102</sup> “Cosmopolitan christian republic”.

<sup>103</sup> “The full development of the idea of sovereignty belongs to the historian of modern, not of medieval, political thought ... conducive to a theory of sovereignty, is the idea of nationality, growing gradually into a sentiment of national unity. The complete expression of this sentiment is not to be found before the sixteenth century.” (apud JOHNSON, 2007, p.6)

Jackson (2007, pp.50-51) argumenta que a decadência desse sistema se fez clara, por um lado, com a Paz de Westphalia (1648)<sup>104</sup> que colocou em evidência o poder secular dos Estados como independentes da Igreja em suas decisões e no estabelecimento de suas relações, e, por outro, com a Paz de Utrecht (1713)<sup>105</sup> que determinou que interesses nacionais estariam acima de direitos de sucessão monárquicos; mesmo antes desses fatos de contundência muito mais ampla ocorrerem, ainda no século XVI há outra expressão dos primeiros desafios ligados ao desenvolvimento da soberania enquanto fundamento de governos: em 1534, o Rei Henrique VIII da Inglaterra passa ao Parlamento e tem aprovado o Supremacy Act, dando ao Rei e seus descendentes a chefia da Igreja da Inglaterra e imunidade contra leis e autoridades estrangeiras visando, particularmente, intransigências do papado e do Vaticano. Esses fatos mostram que a ruptura inicial necessária para a formação dos Estados-nação que virão posteriormente, e a autonomia inerente ao modelo político destes, é com o poder religioso que permeava e influía sobre todo sistema político europeu.

Nesse contexto nasce a importantíssima figura do filósofo político francês Jean Bodin (1530-1596). O autor viveu e escreveu dentro do contexto de instabilidades do século XVI na França, prelúdio das citadas transformações que viriam a seguir na Europa. De uma rica família de comerciantes, tornou-se ordenado noviço pela Igreja Católica ainda jovem, mas em 1549 é liberado de fazer seus votos monásticos e vai à Paris estudar direito e filosofia. Em 1561, ano em que passa a atuar como advogado licenciado pela Corte de Paris, à luz das guerras religiosas entre protestantes e católicos na França<sup>106</sup>, Bodin declara oficialmente sua fé católica para escapar da perseguição iminente, mas compreende que se as leis divinas fossem a medida de legitimidade de um governo, cada grupo, por crer estar associado à cristandade real ou interpretação legítima da mesma, não abriria mão de suas leis e tornaria o conflito irresolúvel, mostrando uma guinada no pensamento e teoria política que tendia à uma centralização da política no Estado-

---

<sup>104</sup> Conjunto de tratados assinados cujo maior efeito foi o fim da Guerra dos Trinta Anos, que tinha como uma das principais motivações a vontade do Imperador Ferdinando II de impor o catolicismo a todos Estados dentro do território do Sacro Império Romano-Germânico, então extensamente povoado também por protestantes. A partir desse fato, os Estados passam a ter autonomia em seus assuntos internos sem interferência externa.

<sup>105</sup> Conjunto de tratados assinados para dar fim à Guerra da Sucessão Espanhola. O conflito foi causado pelo fato de que o trono da Espanha, segundo os direitos de sucessão clássicos, deveria ser herdado por Filipe D'Anjou que também teria futuramente direito a ser coroado Rei da França, criando um desequilíbrio de poder visto como perigoso pelos demais países europeus. A Paz de Utrecht definiu que Filipe D'Anjou seria coroado Rei da Espanha sob condição de abdicar do trono francês.

<sup>106</sup> Período entre 1562 e 1598 marcado por violentas agitações entre católicos e protestantes que foram fomentadas por conflitos entre nobres que apoiavam-se politicamente sobre as doutrinas religiosas e buscavam suporte através delas.

nacional, excluindo da equação política local o poder do pontífice católico ou massas protestantes.

Nesse raciocínio passa a integrar um grupo de pensadores do período que defendem a criação de um sistema político baseado não em qual verdade religiosa é absoluta e imprime legitimidade para o exercício do poder, ideal expresso no lema “*une foi, une loi, une roi*” (GRIMM, 2015, p.19), ou “uma fé, uma lei, um rei”, mas sim que o centro do poder em uma sociedade deveria ser baseado em uma legitimidade material, política, evitando assim que embates religiosos pudessem ameaçar poderes seculares. Ou seja,

A política tinha prioridade sobre a questão da verdade, sobre a qual o acordo parecia impossível. Esses autores, portanto, lutaram por uma solução para o conflito independente da verdade religiosa – isto é, uma solução puramente política – e foram desdenhosamente chamados de “políticos” (*les politiques*) por seus contemporâneos.<sup>107</sup> (ibid., p.20)

Para que tal viesse a ser possível, era necessário que houvesse um poder superior capaz de alocar a questão da fé para a esfera privada, ordenando a sociedade de forma secular e retirando da Igreja quaisquer prerrogativas de legislar. Além disso, não só esse poder precisa ter a prerrogativa de legislar como esse seria seu eixo central, uma vez que a capacidade de alterar as regras do exercício do poder permite a concentração da autoridade de governo sob quem ocupa o mais alto nível decisório independente (ibid., p.21).

Nesse mesmo período histórico, a monarquia francesa já trabalhava para concentrar a autoridade de governo em si, fato que se cristaliza na criação do *state*, organização que concentraria em si toda autoridade de governo sem auxílio ou participação dos demais estratos sociais, como a nobreza e o clero (ibid., p.18-19). Dessa forma, “A soberania não era mais um termo coletivo para um conjunto de poderes. Agora descrevia uma unidade que era mais do que a soma de suas partes”<sup>108</sup> (ibid. p.19).

Trabalhando ao redor dessa ideia, buscando dar novas bases para reconstruir a institucionalidade da França devastada pelas constantes ondas de violência religiosa, Bodin escreve em 1576, enquanto desfrutava do prestígio de ter sido secretário do governo e conselheiro de importantes nobres, sua obra central: *Os Seis Livros da Republica*, texto

---

<sup>107</sup> “The polity took priority over the question of truth, about which agreement seemed impossible. These authors therefore strove for a solution to the conflict independent of religious truth—that is, a purely political solution—and were dismissively called “politicians” (*les politiques*) by their contemporaries.”

<sup>108</sup> “Sovereignty was thus no longer a collective term for a bundle of powers. It now described a unity that was more than the sum of its parts.”



em que discorre sobre o conceito de soberania e vai influenciar fortemente a formação dos Estados nacionais modernos.

Esse pensamento não indica, contudo, que o soberano teria poderes ilimitados: segundo Grimm (2015, pp.22-23), o soberano como exposto por Bodin ainda precisaria de aprovação dos demais estratos para coletar impostos, deveria respeitar os limites da propriedade privada e estaria sujeito à justiça, mesmo que não às leis. Isso significa que caso o soberano criasse leis injustas o suficiente para que pudessem ser discutidas enquanto criminosas, os súditos possuiriam o direito de resistir. Nesse sentido, o soberano como conceituado por Bodin ainda não haveria atingido uma concentração de poder tão intensa quanto a que seria vista no absolutismo francês, posteriormente.

A conceituação como proposta por Bodin, com base na concentração dos poderes executivo, legislativo e judiciário em uma única figura, de forma indivisível, permitiu a busca pela construção do Estado:

Falava-se de soberania quando um governante era capaz de desarmar os poderes intermediários e consolidar direitos de soberania dispersos em uma autoridade pública unificada. Uma política que conseguiu isso foi considerada um estado. A autoridade pública e a autoridade estatal tornaram-se assim uma. O titular desta autoridade, o soberano, era o monarca.<sup>109</sup> (ibid., p.24)

Pode-se dizer então que o Estado, nesta concepção, seria um determinado território em que haveria monopólio da autoridade pública nas mãos de um monarca. Este monarca, por sua vez, exerceria sua soberania unificando os poderes para implementar um projeto político segundo sua vontade. Assim, a soberania pode ser compreendida como a qualidade daquele que possui o monopólio ou meios de influência suficientes sobre o *poder decisório* para decidir qual é o projeto político a ser seguido pela jurisdição comandada. Esse é o fundo comum a todas as conceptualizações de soberania apresentadas posteriormente neste trabalho.

Uma vez que esse conceito de soberania se espalha pela Europa durante os séculos XVI, XVII e XVIII, diversos príncipes passam a atuar de forma a conseguir formar seus próprios Estados onde seriam os soberanos, criando uma mudança sistêmica nas relações de poder que foram além do cenário internacional, transformando as relações locais de poder e fomentando a criação de uma série de novos desenvolvimentos da teoria

---

<sup>109</sup> "One spoke of sovereignty when a ruler was able to disarm the intermediate powers and consolidate scattered sovereignty rights into a unified public authority. A polity that achieved this was considered a state. Public authority and state authority thus became one. The holder of this authority, the sovereign, was the monarch."

política, como a soberania pertencente ao rei no parlamento, um conjunto representativo de um todo (ibid., p.26), ou os conceitos de *majestas realis*, para designar o poder impessoal inerente ao reino, e *majestas personalis*, para designar o rei, separando a soberania de Estado do exercício da soberania.

Contudo, um raciocínio especificamente importante pode ser decorrente de um desdobramento imprevisto: se a justificativa para a concentração do poder decisório é a criação da paz em uma sociedade em guerra civil ou em vias de uma, depois que a paz é obtida e o risco desses perigos retornarem é pequeno, o que legitima a manutenção dessa concentração de poder?

Essas três novidades da teoria política estão ligadas a um mesmo fenômeno: a condicionalidade da soberania. Em uma sociedade a soberania do rei só existe quando em interlocução com o parlamento, a voz do povo na estrutura política; em outra o rei exerce a soberania, mas ela reside somente nas estruturas do reino, tendo o povo cedido sua soberania ao Estado, não ao rei. Exemplificando, ao final da Guerra Civil Inglesa, pode-se executar o rei por traição, algo antes impossível tendo em vista que traição era relativa ao rei, mas aqui sentenciam o rei à morte por sua traição ao reino *após 10 anos de desastres* (ORR, 2002, p.206).

De qualquer forma, passa a se desenvolver uma separação entre *locus* de poder decisório e *portador* do poder decisório, sendo que ambos devem ter obrigações com a sociedade em que se fazem presentes, e apenas cumprindo com elas poderiam ser *legítimos*. Como mostra Grimm (2015),

A sujeição do indivíduo à autoridade política não era mais justificada apenas pela segurança, mas também pela segurança de uma sociedade livre que não era mais fundamentalmente ameaçada pela guerra civil, embora ocasionalmente por agressões externas e infratores da lei de dentro. [...] Na medida em que a ideia foi moldada por um Estado caracterizado por sua concentração de poder, “soberania” não poderia mais se referir a poderes discretos e concretos nas mãos de indivíduos. Em vez disso, o conceito agrupava os numerosos poderes concretos em uma autoridade pública abstrata. [...] a questão das limitações não mais se referia à extensão dos poderes discretos e concretos, mas à própria autoridade pública, sob a ótica da finalidade estatal.<sup>110</sup> (GRIMM, 2015, pp.31-32)

---

<sup>110</sup> The subjection of the individual to political authority was no longer justified by security alone, but also by the security of a free society that was no longer fundamentally threatened by civil war, though occasionally by aggression from without and lawbreakers from within. [...] To the extent that the idea was shaped by a state characterized by its concentration of power, “sovereignty” could no longer refer to discrete, concrete powers in the hands of individuals. Instead, the concept bundled the numerous concrete powers into an abstract public authority. [...] the question of limitations no longer referred to the extent of discrete, concrete powers, but to the public authority itself, from the perspective of state purpose.

Nesse contexto de surgimento e imediata transformação das relações entre público e privado, outra grande alteração ocorre com a Revolução Francesa: uma vez que retira-se o monarca da posição de portador do poder decisório e responsável pelo seu exercício, como organizá-lo? Ainda mais profundamente, como fazer com que essa reorganização goze de legitimidade?

Grimm (2015) analisa três casos específicos e suas respectivas soluções para essa questão: a Revolução de Independência Americana (1776-1783) e o posterior desenvolvimento das relações entre estados e federação nos Estados Unidos da América frente a riscos de desintegração, apoiando-se para evitá-la em uma organização fundamentada na soberania popular; a trajetória francesa para consolidar a transformação para um regime não monárquico mas que freasse possíveis excessos como os do Grande Terror (1793-1794), apoiou-se na soberania da nação, diminuindo a influência popular direta no governo na tentativa de conservar uma inércia que permitisse uma trajetória não disruptiva; a trajetória germânica que, em um modelo federativo monárquico resistente à implantação de regimes republicanos, depositou a soberania na estrutura do Estado para legitimar uma representatividade comum na imagem do monarca.

## 2.2 A Soberania Popular

A experiência estadunidense está ligada, como dito anteriormente, à questão da legitimidade da soberania que, por sua vez, condiciona a aceitação ou não ao poder decisório. Ao se verem frente a um aumento nos impostos, os colonos declamam o lema “*no taxation without representation*”, tendo em vista que, como ingleses pagadores de impostos, viam o direito à representação como legítimo. A metrópole inglesa, por sua vez, alega que a colônia possuía direito de representação nos parlamentos locais, mas como todos os outros territórios sob jugo inglês, não cabia representação direta em Westminster<sup>111</sup>, embora houvesse representação virtual sob julgo de um mesmo soberano (GRIMM, 2015, p.34). Como dito por Grossberg e Tomlins,

Assim que foi aumentado, o espectro da tributação parlamentar produziu um enorme mal-estar nas colônias. Argumentando que não havia precedentes, os porta-vozes coloniais insistiam que nenhuma comunidade de ingleses e seus descendentes poderia ser tributada

---

<sup>111</sup> O Palácio de Westminster é onde encontra-se o parlamento inglês.

sem seu consentimento, isenção que alegavam ser um direito e não um privilégio. Eles descartaram a ideia de representação virtual e argumentaram que nenhuma legislatura tinha o direito de legislar para qualquer pessoa com quem não tivesse um interesse comum e uma conexão direta.<sup>112</sup> (GROSSBERG; TOMLINS, 2008, p.454)

Entretanto, até aqui os colonos questionaram apenas uma atividade parlamentar, não a legitimidade de legislar daquele parlamento. A ruptura com a metrópole se iniciou quando viram nessa dinâmica um soberano sem obrigações com eles: soberania que não representa nenhum interesse da sociedade não é soberania, e se os interesses dos colonos poderiam ser representados apenas por meio de suas câmaras locais, ali residia ela; foi uma questão de verdade auto evidente (GRIMM, 2015, p.35). Após a Guerra de Independência Americana (1775-1781), contudo, essa questão retornará: como previu acidentalmente Lord Lyttleton, “as colônias eram ‘parte dos domínios da Coroa da Grã-Bretanha’ e, portanto, ‘objetos próprios de nossa legislatura’, ou eram ‘pequenas comunidades independentes’, cada uma operando sob sua própria autoridade soberana.”<sup>113</sup> (GROSSBERG; TOMLINS, 2008, p.461).

A transferência da soberania, nessa dinâmica, foi do império para os parlamentos estaduais autônomos, como dita a organização federalista utilizada de base para a estrutura política estadunidense. Contudo, as elites regionais apropriaram-se inicialmente do aparato de governo estadual e engendraram a lógica patrimonialista nos sistemas, o que levou a uma tentativa de fortalecimento da confederação em detrimento dos estados como forma de oposição (ibid., p.527). Entretanto, de sua parte, as elites locais se negavam a perder o controle sobre a política de seus estados, havendo ameaças de secessão caso houvesse tentativa de implementação à força<sup>114</sup> (ibid., p.527).

Impossibilitados de uma centralização que feriria a autonomia dos Estados e, portanto, quebraria a lógica federativa, e ao mesmo tempo sob o risco de dissolução da federação frente a interesses oligárquicos regionais, a solução encontrada se baseou em permitir que a soberania dos estados se mantivesse sob a condição de que o *povo dos*

---

<sup>112</sup> “As soon as it was raised, the specter of Parliamentary taxation produced enormous unease in the colonies. Arguing that it was unprecedented, colonial spokesmen insisted that no community of Englishmen and their descendants could be taxed without their consent, an exemption they claimed as a right and not as a privilege. They dismissed the idea of virtual representation out of hand and argued that no legislature had any right to legislate for any people with whom it did not have a common interest and a direct connection.”

<sup>113</sup> “the colonies were either ‘part of the dominions of the Crown of Great Britain’ and therefore ‘proper objects of our legislature,’ or they were ‘small independent communities,’ each operating under its own sovereign authority.”

<sup>114</sup> “Asserting that the individual states could judge issues of constitutionality, the resolution also affirmed that in extreme circumstances nullification was the rightful remedy. [...]Nevertheless, Jefferson flirted with the notion of secession as the ultimate response to the tyranny of the Alien and Sedition Acts.” (Ibid. p.529)

*Estados Unidos da América* fosse soberano, como declarado em sua constituição: “Somente o povo americano era soberano – na visão da maioria”<sup>115</sup> (GRIMM, 2015, p.38). Assim ela não está localizada no governo federal ou estadual, além de deixar claro que aquele era um só povo, não uma federação internacional.

Dentro desse cenário, as características mais marcantes do conceito de soberania popular são (a) instituições que refletem as vontades políticas no momento presente em detrimento de uma lógica conservadora e (b) a necessária distribuição igualitária de direitos básicos entre os cidadãos que deve ser preservada.

### 2.3 A Soberania Nacional

A soberania nacional, por sua vez, é desenvolvida observando a experiência francesa posterior à revolução. A soberania, nesse contexto assim como no estadunidense, passa por uma transferência da estrutura política monárquica para uma nova, representativa dos demais atores sociais e políticos. Inicialmente, também como nos Estados Unidos, a nova organização política cristalizada na Constituição Francesa de 1791 teve a base de sua legitimidade no apoio oferecido pela soberania popular. Contudo, após os excessos do terror e o trágico final do Império sob Napoleão, os reinados posteriores voltaram brevemente ao conservador pensamento de que, mesmo em exercício limitado por ele, a soberania está localizada no monarca, sendo essa fórmula também rapidamente abandonada. Contudo,

Embora os deputados da Assembleia Nacional se autodenominassem representantes do povo francês quando a declaração foi adotada em 1789, no artigo 3 eles declaravam não o povo, mas a nação como detentora da soberania. Este foi também o caso da Constituição de 1791. O Título III, artigo 1, afirmava em relação à soberania: “Pertence à nação”. Ao apurar o que não condiz com isso, porém, o povo mais uma vez apareceu: “Nenhuma seção do povo nem qualquer indivíduo pode assumir o exercício do mesmo.”<sup>116</sup> (GRIMM, 2015, pp.42-43)

Na prática a soberania atrelada à nação, por seu caráter múltiplo e não coordenado, impede o exercício de poder decisório em sua integralidade, uma vez que tão ou mais importante que os indivíduos atuais, vivos e presentes no dado momento, é a trajetória que

<sup>115</sup> “The American people alone were sovereign—in the view of the majority”.

<sup>116</sup> “Although the deputies to the National Assembly had called themselves Representatives of the French People when the declaration was adopted in 1789, in article 3 they declared not the people but the nation to be the bearer of sovereignty. This was also the case in the Constitution of 1791. Title III, article 1 stated in regard to sovereignty, “It appertains to the nation.” In determining what did not comport with this, however, the people once again appeared: “No section of the people nor any individual may assume the exercise thereof”.

levou até o ponto em que se está. A atuação popular se efetiva no poder constituinte, criando as leis que serão a fundação do regime, mas uma vez que o poder está constituído seu exercício será por representação da soberania nacional; “A legislatura normal não pode fazer emendas a constituição, enquanto a autoridade que emenda não pode alterar as leis”<sup>117</sup> (ibid., p.45).

Nessa perspectiva, as mais expressivas características da soberania nacional são a) a necessidade de assegurar a trajetória nacional em detrimento das vontades presentes de cidadãos do período presente e b) a limitação dos direitos políticos fora do Estado que não devem interferir no poder decisório, sendo essa cristalização da trajetória.

## 2.4 A soberania Estatal

A soberania do Estado, baseada na experiência prussiana, é fundamentada em uma resistência aos apelos democráticos que vinham da ex-colônia britânica e da França, colocando sua reorganização política não ao redor de um processo revolucionário, mas precavendo-se de um, ou de diversos, uma vez que “a confederação [alemã] se via como a ‘união internacional de príncipes soberanos alemães e cidades livres, para preservar a independência e a inviolabilidade dos estados unidos na confederação’.”<sup>118</sup> (ibid., p.46).

Os príncipes dos Estados germânicos, para tal, abriram seus governos a parlamentos representativos e constituições, perdendo assim a soberania como anteriormente proposta por Bodin, dinâmica que se cristalizou no artigo 13 do Ato Federativo, declarando que todos membros deveriam ter essas instituições presentes em suas estruturas políticas. Contudo, os monarcas por sua vez não tinham a intenção de abrir mão da soberania e lutaram para que essa reorganização não viesse a ser vista como o fim da mesma, tendo em vista que a divisão do poder leva à essa conclusão, mas sim a transcendência da mesma; citando Bluntschili (apud GRIMM, 2015, p.48), “o absolutismo não é uma característica necessária da soberania; em vez disso, apenas uma soberania limitada constitucionalmente ordenada reflete a ideia moderna de Estado; a perfeição do

---

<sup>117</sup> “The normal legislature may not amend the constitution, while the amending authority cannot change the laws”.

<sup>118</sup> “the [german] confederation saw itself as the ‘international union of sovereign German princes and free cities, to preserve the independence and inviolability of the states joined in the confederation’”.

Estado conduz, assim, da soberania absoluta à soberania relativa”<sup>119</sup>, ideia aprofundada por Albrecht, segundo Grimm, quando diz que

Albrecht concluiu das limitações constitucionais ao monarca que ele não possuía mais soberania. Mas não havia desaparecido; o portador da soberania era, em vez disso, o Estado. [...] discernindo por trás do dualismo de príncipe e assembleia popular um ponto de convergência na forma do Estado, designado como pessoa jurídica. “[...] eles eram órgãos de uma pessoa jurídica e não discutiam mais sobre coisas como o direito divino dos reis e o direito do povo ao autogoverno, mas no máximo sobre poderes constitucionais.” O conceito de soberania estatal de Hegel não superou, mas sim idealizou a soberania monárquica. A pessoa abstrata do estado era apenas “real” para ele na forma de uma pessoa natural, ou seja, o monarca, enquanto o povo sem monarca era apenas uma “massa informe” incapaz de formar um estado. A obrigação constitucional, como autolimitação da soberania, não afetou o Estado. Limitou não o Estado, mas apenas seus órgãos. [...] órgãos, que não reivindicavam soberania, mas apenas poderes.<sup>120</sup> (GRIMM, 2015, pp.49-50)

Assim, a soberania nessa perspectiva foi definida como uma característica despersonalizada, estando presente no Estado e, como que assimilando a perspectiva hegeliana de que o Estado é a produção última da racionalidade humana, imputando a ele a soberania. Dessa forma, uma constituição como representação popular e a divisão de poderes não seria capaz de dividir a soberania, estando o poder decisório intocado na estrutura do Estado, mas sim distribuiria aos órgãos do Estado diferentes poderes, apenas descentralizando o exercício de soberania.

Essa dinâmica, contudo, parece se inverter durante o século XIX: se os monarcas inicialmente tentaram preservar seu posto de soberanos a nível de diminuir mas não abrir mão do poder decisório, a Guerra Austro-Prussiana (1866) demonstra como há a inversão no que veio a ser o mais forte Estado germânico.

---

<sup>119</sup> “absolutism is not a necessary characteristic of sovereignty; rather, only a constitutionally ordered, limited sovereignty reflects the modern idea of the state; the perfection of the state thus leads from absolute to relative sovereignty”.

<sup>120</sup> “Albrecht concluded from the constitutional limitations on the monarch that he no longer possessed sovereignty. But it had not vanished; the bearer of sovereignty was instead the state. [...] discerning behind the dualism of prince and popular assembly a point of convergence in the form of the state, designated as a legal person. “[...] they were organs of a legal person and would no longer argue about such things as divine right of kings and the people’s right to self-government, but at most about constitutional powers.” Hegel’s concept of state sovereignty did not overcome but rather idealized monarchical sovereignty. The abstract person of the state was, only “real” to him in the form of a natural person, namely the monarch, while the people without a monarch were merely a “formless mass” incapable of forming a state. Constitutional obligation, as a self-limitation on sovereignty, did not affect the state. It limited not the state, but only its organs. [...] organs, which had no claim to sovereignty themselves, but only powers”.

Segundo Newland (2005), Otto von Bismarck, ao ocupar o cargo de Presidente-Ministro da Prússia por indicação do rei Frederick Wilhem IV, o faz sem ter a confiança do rei. Mesmo assim, Bismarck, através de sucessivas manobras políticas, consegue com cada vez mais sucesso atingir objetivos mútuos de seu governo e do monarca. Contudo, ao entrar em guerra contra a Áustria, Bismarck contraria o rei; “William, não estava ansioso para ir à guerra em primeiro lugar porque não gostava da ideia de lutar contra uma nação afim”<sup>121</sup> (NEWLAND, 2005, p.20).

Contudo, ao vencer a guerra, Bismarck é obrigado a controlar a ala militar que, cristalizada na doutrina militar desenvolvida pelo general Helmund von Moltke, tinha a intenção de aniquilar a força militar austríaca, anexar territórios estratégicos da Áustria e ocupar sua capital, o que de uma vez, na perspectiva de Bismarck, criaria um desequilíbrio de forças na Europa e poderia acarretar conflitos de difícil, se é que possível, vitória, e uma pulsão de vingança por parte dos austríacos que poderia vir a ser uma complicação posterior.

Utilizando-se do poder que lhe era inato por sua posição política no Estado, combinada à tradicional convenção militar prussiana da supremacia política sobre a ação militar proveniente das formulações de Clausewitz<sup>122</sup>, Bismarck desarma os planos dos generais prussianos. Essa dinâmica se repetirá novamente ao findar a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) quando, ao ser desafiado pelos militares que excluíram-no das negociações de guerra com a França, o mesmo instrumentaliza a soberania formalmente presente no rei que vai confirmar sua autoridade (ibid., p.24) já exposta anteriormente ao contrariar o monarca para entrar em guerra com a Áustria; essa confirmação não é mais do que a afirmação de que as instituições com prerrogativas políticas de Estado, como o cargo ocupado por Bismarck, tinham a concentração em si do poder decisório.

---

<sup>121</sup> “William, had not been eager to go to war in the first place because he disliked the idea of fighting a kindred nation”.

<sup>122</sup> Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano que lutou nas Guerras Napoleônicas (1803-1815), experiência a partir da qual escreveu um dos principais e mais influentes textos para o entendimento científico do fenômeno bélico, *Da Guerra*. Neste texto, em contraposição à doutrina francesa proposta anteriormente pelo oficial napoleônico Antoine-Henri Jomini: enquanto o último fez uma teoria da guerra matematizada, baseada no planejamento detalhado e extensivo, Clausewitz traz uma teoria que tem a síntese no termo *incerteza*, privilegiando, por exemplo, o conceito de *atrito*, referente ao risco de interferência do imprevisível sobre o plano estabelecido. Contudo a maior contribuição de do autor para os fenômenos além-guerra está na tese de que o militar é o técnico da violência e deve desempenhá-la apenas quando a finalidade desta é direcionada pela estrutura política do Estado, retirando autonomia do aparato militar para pensar projetos políticos autonomamente.



Dessa forma, podemos compreender como aspectos inerentes à soberania estatal a proeminência estatal na posse do poder decisório (i) e a concentração de poder decisório nas mãos dos políticos frente aos burocratas (ii).

## 2.5 A Soberania Excepcional

A soberania excepcional está intrinsecamente ligada ao pensamento do filósofo político e jurista alemão Carl Schmitt (1888-1985). Nascido em uma família católica de pequenos comerciantes ainda no Império Alemão (1871-1919) graduou-se em direito em 1915. Na República de Weimar (1919-1933) foi um dos grandes intelectuais e juristas a pautar o debate público, sendo o bastião das posições antiliberais, sendo posteriormente um dos grandes pensadores que filiaram-se ao Partido Nazista e deram-lhe fundamentação, legitimação e coesão ideológica. Publica, então, um número de obras focadas em defender soluções autoritárias para a resolução dos conflitos sociais e estruturação da autoridade estatal: como diz McCormick (2017), “ele insistiu que fontes transcendentais, extraracionais e supramateriais são necessárias para fundamentar a autoridade moral-política”<sup>123</sup>. Dentre tais obras, em 1922 publica *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty* [*Teologia Política: Quatro Capítulos Sobre o Conceito de Soberania*] (1985), discutindo o que é a soberania, como diferentes interpretações sobre o conceito desdobram-se em diferentes doutrinas jurídicas e, portanto, capacidades estatais e a importância do conceito para a manutenção de um Estado perene e estável.

Schwab (1985) coloca a produção intelectual de Schmitt em dois momentos, tendo sua produção um caráter neokantiano<sup>124</sup> antes de sua participação na 1ª Guerra Mundial, e uma perspectiva realista<sup>125</sup> depois disso: “Enquanto para Schmitt, o neokantiano, o Estado

<sup>123</sup> “he insisted that transcendental, extrarational, and supramaterial sources are necessary to ground moral-political authority”.

<sup>124</sup> “Movimento de retomada da filosofia kantiana no pensamento alemão do séc. XIX, iniciado por Otto Liebmann (1865), que propôs uma ‘volta a Kant’, opondo-se à filosofia romântica e aos grandes sistemas metafísicos então predominantes, e interpretando a filosofia sobretudo como tarefa crítica. São duas suas principais ramificações: 1) a escola de Marburgo [...], que enfatiza sobretudo a teoria da ciência e a problemática do conhecimento; e 2) a escola de Baden [...] que privilegia a filosofia prática e a questão dos valores” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.249). O pensamento de Schmitt em sua fase neokantiana seria vinculado à segunda linha, traço que influenciará a adoção de uma abordagem realista posteriormente.

<sup>125</sup> “Concepção filosófica segundo a qual existe uma realidade exterior, determinada, autônoma independente do conhecimento que se pode ter sobre ela. O conhecimento verdadeiro, na perspectiva realista, seria então a coincidência ou correspondência entre nossos juízos e essa realidade” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p.294). A realidade exterior à qual o autor via a política submetida é a violência inerente à política combinada ao julgo do mais forte sobre o mais fraco, fenômeno que pode ser atribuído à

era governado pelo direito, para Schmitt, o realista, era governado pela perene possibilidade de conflito.”<sup>126</sup> (SCHWAB, 1985, p.XXXVIII). Em outras palavras, antes de garantir o direito comum de interferir nos processos decisórios, é necessário garantir a segura perenidade do Estado. Dentro dessa concepção básica da produção do autor, em *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty* (1985), Schmitt traz uma definição de soberania instigante para compreender o comportamento político histórico do militar no Brasil. Citando Schwab (1985, pp. xliii-xliv),

Qual autoridade no estado é competente para decidir que uma exceção está em mãos? Quem é competente para determinar as medidas a tomar em caso de exceção para salvaguardar a unidade política? Finalmente, qual autoridade do estado é competente para concluir que a ordem e a estabilidade foram restauradas? [...] seu soberano adormece em tempos normais, mas desperta subitamente quando uma situação normal ameaça se tornar uma exceção. O núcleo dessa autoridade é a posse exclusiva do direito ou o monopólio da tomada de decisões políticas.<sup>127</sup> (1985, pp. xliii-xliv. Grifo meu.)

No texto o autor coloca de imediato ao começar o texto, como primeira frase, qual é a maior expressão de soberania e concentração de poder decisório em uma sociedade: “Soberano é aquele que decide a exceção”<sup>128</sup> (SCHMITT, 1985, p.5). Segundo ele, a decisão sobre a definição do que é uma exceção é, em si, o conceito de *decisão* em seu estado puro; não se trata de utilizar as normas pré-estabelecidas para atuar de acordo com um plano, mas ter a capacidade de extrapolar as normas estabelecidas para agir frente a algo imprevisto por elas.

Se a definição de *decisão* inerente ao poder decisório concentrado é a capacidade de declarar algo como exceção, falta a definição de *exceção*. Segundo o autor,

O que caracteriza uma exceção é principalmente a autoridade ilimitada, o que significa a suspensão de toda a ordem existente. Em tal situação, é claro que o Estado permanece, enquanto a lei retrocede. [...] A existência do Estado é prova indiscutível de sua superioridade sobre a validade da norma jurídica. A decisão se liberta

---

interpretação do autor após o destino alemão após a 1ª Guerra Mundial, uma vez que esse foi o ponto de inflexão.

<sup>126</sup> “Whereas for Schmitt the neo-Kantian the state was governed by right, for Schmitt the realist it was governed by the ever-present possibility of conflict”.

<sup>127</sup> Which authority in the state is competent to decide that an exception is at hand? Which is competent to determine the measures to be undertaken in case of an exception to safeguard the political unity? Finally, which authority in the state is competent to conclude that order and stability have been restored? [...]his sovereign slumbers in normal times but suddenly awakens when a normal situation threatens to become an exception. The core of this authority is its exclusive possession of the right of, or its monopoly of, political decision making.

<sup>128</sup> Sovereign is he who decides on the exception.

de todos os vínculos normativos e se torna, no verdadeiro sentido, absoluta.<sup>129</sup> (ibid., p.12)

Dentro deste contexto, o autor diz que a definição mais precisa de Estado de acordo com suas atribuições não é “o monopólio de coagir ou normar, mas o [...] monopólio para decidir”<sup>130</sup> (ibid., p.13). Entretanto, de onde vem a legitimidade para decidir? Schmitt continua, dizendo que “A mais alta competência não pode ser atribuída a uma pessoa ou a um complexo de poder sociopsicológico, mas apenas à ordem soberana na unidade do sistema de normas.”<sup>131</sup> (ibid., p.19).

Uma interpretação inicial pode compreender essa perspectiva como que fruto do cenário desenhado por Bodin, em que a soberania poderia se encontrar em um indivíduo ou pequeno grupo, complexificando essa estrutura que incorpora o caráter impessoal do Estado. Contudo, essa perspectiva conflita com a lógica que permeia o pensamento do próprio autor: no mesmo raciocínio de que as leis não são soberanas por serem produtos e não produtoras, como posto em sua rusga com o ideário liberal de então cristalizado no *rule of law*, um sistema de normas não é soberano em si, mas sim um produto da capacidade decisória de um terceiro que, por sua vez, decide como organizá-lo.

Bignoto (2008), ao analisar os conceitos de soberania e exceção no pensamento de Schmitt, diz que um dos grandes efeitos da teoria da soberania que Schmitt propõe é o que chama de *periculosidade da obra schmittiana*, sendo esta a forma como a sistematização do pensamento de Schmitt tem uma forte tendência a negar as virtudes da democracia para apoiar sua doutrina política na necessidade de ordenamento como que negando a possibilidade da divergência ser benéfica, como mostra ao dizer que “Para nosso autor, uma sociedade pacificada é uma sociedade sem conflitos o que quer dizer que é uma sociedade morta e incapaz de fazer face aos desafios do tempo[...].” (BIGNOTO, 2008, p.414).

Schmitt tem inscrito na estrutura sistêmica de seu pensamento a inerência à criação de regimes autoritários pela combinação de dois fatores: uma vez que a definição da exceção está exatamente fora do campo normativo, ela pode ser apresentada por meio de recursos narrativos, insuflando um perigo ou sensação de insegurança sobre a integridade

---

<sup>129</sup> What characterizes an exception is principally unlimited authority, which means the suspension of the entire existing order. In such a situation it is dear that the state remains, whereas law recedes. [...] The existence of the state is undoubted proof of its superiority over the validity of the legal norm. The decision frees itself from all normative ties and becomes in the true sense absolute.

<sup>130</sup> “the monopoly to coerce or to rule, but the [...] monopoly to decide”.

<sup>131</sup> “The highest competence cannot be traceable to a person or to a sociopsychological power complex but only to the sovereign order in the unity of the system of norms”.

do Estado, ou ainda pela capacidade de imposição justificada por um pretense bem comum. Este fato combinado à sistematização de um cenário em que a ação política não é limitada por acordo anterior ou tradição compartilhada entre os membros da comunidade política em questão configura o momento de exceção. Em um desdobramento, esse cenário se estende até a concepção de que o soberano decretará o final da exceção apenas seguindo seu julgamento sobre a necessidade de fazê-lo ou ao perder controle sobre o poder decisório, momento em que deixa de ser o soberano como proposto por Schmitt.

Seguindo essa contextualização, as características mais marcantes da soberania excepcional, portanto, são a) a capacidade de definir o que é ou não uma exceção extralegalmente<sup>132</sup> e b) a capacidade de decidir como organizar a estrutura que responderá a essa exceção.

---

<sup>132</sup> Para o autor essa capacidade não pode ser ilegal, uma vez que não aspira à anarquia, ao caos ou a uma transformação sistêmica, mas à preservação do ordenamento em questão. Uma vez que a justificativa para a exceção é a preservação da ordem legal, mesmo que por meios não previstos nela, ela não pode ser ilegal.

## Capítulo 3. Os Fundamentos da Soberania no Projeto Nacional de Távora

### 3.1 O Projeto Nacional de Távora

Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio – atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem sobre a ruína da vida comum. (TORRES apud TÁVORA, 1959, p.5)

Com essa citação de Alberto Torres, que podemos chamar de algo como um mestre intelectual para Távora, sua maior referência, o autor abre sua obra *Organização para o Brasil* (1959). Ligando o título deste livro com o diagnóstico global da situação brasileira feito por Torres, tendo por complemento ainda a trajetória e atividade política de Távora, a qualidade central de seu projeto nacional é a racionalização. Não à toa que, em todas suas passagens em cargos administrativos, civis ou militares, seu primeiro passo ao tomar um posto era analisar a situação organizacional e financeira da instituição que chefiaria.

Tendo como referência o período da República Velha, Távora acredita que a política enquanto expressão do egoísmo de lideranças locais e interesses partidários ou facciosos foi desafiada na década de 1920, e em 1930 acredita ter-se iniciado a transformação desse sistema. Fica desiludido, entretanto, com o Primeiro Governo Vargas e sua constante negociação com os elementos que haviam sido derrotados. Como em dinâmica citada anteriormente, Távora – enquanto cristalização dos ideais tenentistas – incorporara Moltke, para quem inimigos derrotados deveriam ser subjugados perante a autoridade dos projetos vitoriosos, enquanto Vargas assemelha-se a Bismarck na compreensão de que é necessário manter um equilíbrio entre as partes para que não houvesse uma revolta dos derrotados no longo prazo.

Essa diferença de perspectivas faz então com que Távora não veja mais Vargas como parte da solução, mas sim parte do problema. A implantação do Estado Novo foi considerada por Távora praticamente uma traição, e a confirmação de que Vargas era exatamente o homem que ele pensava ser ainda nos anos 1920: um larápio. Nesse

aspecto, seu projeto nacional também é uma reação contra o Brasil de Vargas, sendo muito menos inclinado à manutenção da ordem com as elites.

Isso de forma alguma significa que Távora não governaria com as elites; como exposto diversas vezes nesse texto, Távora é um elitista pessoal e politicamente. Orgulha-se ao contar, em sua biografia, sobre situações em que se relacionou com alguém que considerava ser desse estrato. O ponto central é que Távora não governaria com aquela elite existente que desfrutou do monopólio do Estado antes da Revolução de 1930 e sentia-se crescentemente indisposto a fazê-lo com aqueles que apoiaram Vargas até o final – fato atestado pelo fato de que, a partir de 1950, a principal alegação de Távora sobre Vargas era de que seu principal apoio vinha dos comunistas. Daí em diante não era possível compreender que quem estivesse junto desse projeto fosse digno de governar o Brasil a partir do que ele chama de *ideologia alienígena*.

Grande parte de seu projeto político consiste na readequação, ou melhor, *racionalização* das elites nacionais. Não é coincidência que seja por iniciativa pessoal sua que a Escola Superior de Guerra passa a receber membros de diversas elites que não militares: políticas, econômicas, legislativas, judiciárias, todas precisavam ser recondicionadas para adotarem um mesmo norte para suas atividades de Estado, *harmonizando* a construção do Brasil.

Dentro desse contexto de racionalização nacional, o projeto nacional defendido por Távora tem duas frentes: a frente político-administrativa, projetando as instituições responsáveis pelo princípio político da representatividade, da definição e implementação de um bem comum e os órgãos responsáveis pelo *accountability* dos atores dentro desse sistema; a frente econômica-produtiva, fazendo a organização do sistema de administração e distribuição da riqueza nacionalmente produzida e do sistema produtivo em si, com base na logística e distribuição de bens.

O problema político fundamental para Távora está, em um primeiro movimento, na capacidade de sedimentar no Brasil uma organização política que mobilize adequadamente todos os recursos, humanos e naturais, do país, estes sendo partes do que compõe o *Poder Nacional*<sup>133</sup>, definido como

a expressão integrada dos meios de toda ordem – políticos, econômico-financeiros, psicossociais e militares – de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para promover, quer

---

<sup>133</sup> Conceito integrante de arcabouço teórico desenvolvido por intelectuais militares estadunidenses e internalizado por Távora durante o período em que esteve na Junta Interamericana de Defesa, posteriormente sendo as bases dos trabalhos desenvolvidos pela ESG.

no âmbito interno, quer no campo internacional, a consecução e preservação de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes. (TÁVORA, 1959, p.29)

Em um segundo movimento, o *poder nacional* deve ser capaz de proporcionar ao país e seu povo a *segurança nacional*,

o grau de garantia relativa que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas, psicossociais (aí incluídas as técnico-científicas) e militares, um Estado pode proporcionar à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais. (TÁVORA, 1959, p.28)

De forma resumida, a expressão material do sistema político construído na República Velha e nos Governos Vargas (e varguistas) – que para o autor apresentava um nível de continuidade – era a principal vulnerabilidade nacional, por ter natureza multissetorial: a pobreza, a fraqueza das forças armadas, a mirrada capacidade produtiva, a baixa produção de gêneros alimentícios aliada à inflação crescente. Todos esses fatores eram flancos expostos de possíveis ameaças de interferência externa e interna, na visão de Távora, pelo maior inimigo daquele momento: o comunismo; o último parágrafo de *Organização para o Brasil* é o seguinte:

Concluindo: o fundamental é que encontremos, com esta ou com outra fórmula, uma alternativa aceitável para o unilateralismo comunista, com que se pretende remediar o egoísmo capitalista. Se a não encontrarmos em tempo útil, pouca esperança restará de que a frustração e o desespero das massas trabalhadoras nos não arrastem e a elas próprias, sem possibilidades de apelo ou agravo, para a solução marxista do problema. (TÁVORA, 1959, pp.284-285)

A solução desse perigo, como que sendo a estrela do norte guiando “a nação [...] para a realização de seu destino”<sup>134</sup> dentro da ideologia tenentista, também vem de Alberto Torres: “criar um novo plexo de civilização – um país válido, próspero e feliz, onde os seus filhos e os que com eles vierem cooperar, gozem os frutos do trabalho e da inteligência, na saúde, na paz e na cultura” (p.121). O instrumento para a realização de tal finalidade, portanto, seria a racionalização do Estado; o Estado racionalizado, por sua vez, racionalizaria as elites e, junto a estas, a sociedade como um todo.

Távora propõe três grandes reformas para o Estado: das eleições e do regime representativo; das relações entre as esferas institucionais verticais (município – estado – federação); e das relações horizontais (legislativo – executivo – judiciário).

---

<sup>134</sup> Távora, 1959, p.121.

Tendo o Brasil um sistema republicano, espera-se que, seguindo os ideais desse sistema, todo o poder emane do povo e em seu nome seja exercido. Távora diz que, para que o sistema opere nessa lógica com a legitimidade que necessita para seu funcionamento, é necessário cumprir três fatores: a) lisura das eleições, ou a falta de interferência indevida no processo eleitoral como compra de votos ou fraudes; b) plena liberdade de voto, sem vetos indevidos de qualquer natureza ao eleitor; c) que a apuração exponha sem alterações o resultado obtido por meio da contagem dos votos. Escrito em seus dois últimos livros, *Organização para o Brasil* (1959) e *Uma Política de Desenvolvimento para o Brasil* (1962), essa é uma reação não só ao regime pré-30, mas também à República de 1946, lembrando que Távora credita a derrota de Eduardo Gomes para Eurico Gaspar Dutra à manutenção de remanescentes de dinâmicas fraudulentas, coronelistas ou clientelistas<sup>135</sup> pelo interior do Brasil.

Não culpa, pela resistência dessas dinâmicas, dois grupos diversos, mas o mesmo grupo por meio de duas abordagens diferentes:

Os partidos políticos – sobretudo os que se encontram no poder – ao invés de se emularem na prática de processos eleitorais que conduzam seus eleitores a cumprirem, com dignidade e acerto, o dever cívico do voto – excitam-nos à prática de fraudes, ao mesmo tempo que procuram corromper seus adversários. (TÁVORA, 1959, p.81)

E sua ideia se completa quando diz que

devemos concluir que o *regime representativo vigente no Brasil* necessita, ainda, de grandes aperfeiçoamentos para transformar-se em realidade democrática. E isso decorre *mais de deficiências da elite* (que age, deliberadamente de má fé – fraudando, corrompendo ou violentando a manifestação da vontade do eleitorado), *do que do povo-massa*, que apenas se submete a essas manobras por medo, por necessidade ou por ignorância.<sup>136</sup> (TÁVORA, 1962, p.55)

A elite política de um país republicano multipartidário é sua elite partidária, sendo essa dividida entre situação e oposição, sendo que emanam desses polos superiores o ordenamento das atividades políticas nacionais, coordenando seus militantes na base e sua participação nas instituições formais no topo; essa parece ser a concepção construída

---

<sup>135</sup> Távora (1959, pp.82-83) cita a expedição de múltiplos títulos por eleitor, a demora intencional da divulgação de listas eleitorais em determinados locais para impedir votação daqueles eleitores, a utilização de eleitores fantasma que votavam após o encerramento do processo e do fechamento das urnas e, por último, o suborno, seja por bens ou por cargos no governo, e a coação, muitas vezes executadas diretamente por forças policiais locais ou contando com sua omissão frente à ação de jagunços.

<sup>136</sup> Grifos do autor.



por Távora, em que as elites dos partidos políticos são, à imagem da elite nacional de que fazem parte, como dito anteriormente, da “precária elite política de que dispúnhamos”<sup>137</sup>.

Távora constrói uma perspectiva como que desafiando, conceitualmente, a tese da futilidade de Hirschman como exposta por Miguel (2014) ao discutir a teoria das elites, pois, enquanto o pensamento conservador convencional entende que não há sentido em transformar o mundo pois “o mundo sempre volta a ser aquilo que, em essência, ele é” (p.139), Távora acredita na transformação das elites; acredita que elites melhor condicionadas podem condicionar um mundo a ser melhor e talvez aí more sua incansável construção de redes com essa camada – ou camadas – da sociedade, entendendo-se como agente deste processo.

Távora entende a dificuldade de *sanear*<sup>138</sup>, como ele coloca, essa *sinistra caricatura* de nosso sistema representativo. Como responsabilizar os fraudadores, como investigar tantos casos tão espalhados em país tão grande em prazo tão curto quanto entre uma eleição e a troca de mandatos? O autor coloca alguns mecanismos de mitigação possíveis, como o impedimento de que analfabetos ou semianalfabetos se alistem como eleitores, que houvesse em cada mesa eleitoral elementos da oposição e *observadores imparciais das Forças Armadas*, mas a resolução desse problema só será possível com um efetivo regime representativo pleno, em que “a universalidade da população com maioria civil, possua, também, maioria cívica, isto é, esteja em condições de exercer, conscientemente, a função de escolha de seus mandatários ou dirigentes” (TÁVORA, 1959, p.85); “Não vemos, entretanto, como delimitar, praticamente, essas fronteiras, na época em que as excitações políticas podem influir, de maneira deformadora, no ânimo dos alistandos” (Ibid., p.87).

Para impedir essa influência deformadora sobre as *excitações políticas* primitivas inerentes às massas atingirem uma representação política institucional, Távora propõe que:

a) sejam considerados eleitores apenas aqueles que terminassem cursos de alfabetização em escolas primárias, comprovando-o por meio de diplomação que seria necessária para expedição de título eleitoral<sup>139</sup>;

---

<sup>137</sup> Távora, 1974b, p.21.

<sup>138</sup> Távora, 1959, p.83.

<sup>139</sup> Como efeito colateral, “estimularia os governos e partidos a fundarem e manterem mais escolas primárias em todos Municípios, e aos pais a matricularem seus filhos nessas escolas e obriga-los a frequentá-las até, pelo menos, obter o certificado de alfabetização” (TÁVORA, 1959, p.88).

b) todas as qualificações necessárias para a expedição de título eleitoral deveria ser federalizada e atestada por meio do Registro Civil de Pessoas Naturais, impedindo que fraudes fossem cometidas por atores locais.

c) além disso, esperando conceber uma representatividade de interesses pragmáticos generalizados da sociedade dentro da estrutura legislativa, Távora propunha a representação profissional exclusiva para um terço dos deputados, sendo estes votados por suas respectivas associações e representando seus interesses transversais<sup>140</sup>. Um terço, entretanto, jamais formará maioria.

Ademais, concebendo uma estrutura política vertical construída sob diferentes potências entre seus agentes, onde a responsabilidade e os poderes de políticos municipais são menores do que as de políticos estaduais e destes menores que de federais, propõe uma distinção sobre quem pode candidatar-se para cada um desses cargos e quem pode votar nestes;

Parece-nos razoável que, sem quebra do princípio da igualdade política, se façam maiores exigências para a qualificação daqueles que podem receber mandatos eletivos, do que para aqueles que apenas adquiriram a capacidade de votar, delegando poderes aos mais capazes para governa-los. (TÁVORA, 1959, p.90)

Nessa proposta, todo eleitor precisaria do citado documento para comprovar ter formação mínima a então chamada 'escola primária'<sup>141</sup>; todo vereador de município interiorano precisaria comprovar ter terminado a escola primária; prefeitos do interior, vereadores de capitais e deputados estaduais precisariam ter concluído o ensino ginasial ; todo prefeito de capital e deputado federal precisaria ter concluído o curso colegial ; todo governador, senador, vice-presidente e presidente necessariamente teria que ter um curso universitário. Para completar esse círculo virtuoso das elites, Távora cita Oliveira Viana:

*O sufrágio universal, o sufrágio igual é anticientífico, quando aplicado, sistematicamente, ao nosso povo. Pela pluralidade de sua estrutura cultural e pela diversidade de sua estrutura ecológica, o nosso povo está exigindo, também, uma pluralidade de sistemas eleitorais, ou mais exatamente – uma pluralidade de eleitorados. O eleitorado que elege deputados federais e senadores não deve ter a mesma dimensão que o que elege deputados estaduais, ou o que elege vereadores. Os corpos eleitorais que elegem os elementos executivos da 2ª camada da estrutura governamental do país (governos dos Estados) deviam ter composição diferente do que elege o chefe do Governo Nacional. (OLIVEIRA VIANA apud TÁVORA, 1959, p.94)*

<sup>140</sup> “Nenhum cidadão jamais se entusiasmou por ter encontrado um colega de distrito eleitoral; porém o ferroviário de S. Francisco e o de Nova Iorque tem interesses comuns. Por que não reconhecer essas várias uniões e coletividades?” (SHEEN apud TÁVORA, 1959, p.99)

<sup>141</sup> Hoje equivalente ao Ensino Fundamental I, da 1ª à 4ª série.

Sob essa proposta, Távora formaliza-a nos mesmos princípios de discriminação mediante qualificação formal crescente do eleitorado: os governadores, vice-governadores e senadores seriam eleitos por votos de corpo eleitoral composto por vereadores, deputados estaduais e prefeitos; o presidente e vice-presidente, por sua vez, seria eleito pelos governadores, vice-governadores e senadores.

Com isso, poderia parecer que Távora relega as esferas municipais à menor importância política, como que se exigindo menor qualificação para que assumissem postos nessa esfera uma menor capacidade fosse necessária. Contudo, ao analisarmos como o autor propõe que mudem as relações verticais entre município, estado e federação, vemos que Távora dá, na verdade, especial importância para os municípios.

Segundo o autor, o sistema federativo em um país de ampla extensão territorial e relativamente pouca população, dada a capacidade de povoar esse território, permite que se construa um sistema de efetiva centralização política por parte da presidência com descentralização administrativa, sendo esse encargo mais pesado sobre os municípios.

À esfera municipal cabe – ou, pelo menos, deve caber, logicamente – a responsabilidade direta da administração das populações incluídas em seu território – tanto vale dizer, de todo o povo brasileiro, em tudo aquilo que diga respeito à sua segurança imediata e ao seu bem-estar econômico-social. [...] É a única alçada que possui, graças à ligação estreita com os objetos da administração, possibilidades de agir objetiva e oportunamente e de controlar, em tempo útil, os efeitos de seus atos em relação à população que jurisdiciona, sentindo, diretamente, as reações, favoráveis ou desfavoráveis, com que ela os recebe. É, portanto [...] a esfera administrativa, por excelência. (TÁVORA, 1959, p.105)

Sendo essa a função dos municípios, caberia então à federação cuidar, essencialmente, de assuntos ligados à defesa nacional, à representação internacional da nação, a supervisão e controle do que ocorre nas demais esferas e a administração global do que ocorre no território nacional. Aos estados, caberia o papel de intermediar a normatização imposta pela união aos municípios, agindo como facilitador dessa relação, e tomar frente administrativa somente em assuntos que sejam de alçadas maiores do que as municipais e menores do que as nacionais.

Contudo, quando diz na citação acima que “pelo menos, deve caber” sobre os encargos funcionais descritos designados aos municípios, Távora refere-se à impossibilidade de efetuar esse papel. Comparando com os Estados Unidos que, para o autor, contrastam de forma razoavelmente equivalente às condições populacionais e

territoriais do Brasil, o autor compara o financiamento entre as esferas nos dois cenários: enquanto nos EUA, entre 1916 e 1948, a distribuição das arrecadações médias desses anos foram de 46,7% para a união, 15,4% para os estados e 37,9% para os municípios, no Brasil, entre 1912 e 1954, essa mesma distribuição foi da ordem de 54,47% para a união, 36,49% para os estados e apenas 9,04% para os municípios.

Essa distribuição, errônea dadas as atribuições esperadas entre os agentes e que talvez, no pensamento de Távora, parecia ser uma resistência das oligarquias estaduais da República Velha na vida política brasileira, impedia que os municípios efetuassem seus papéis na vida pública nacional. Em discussão com intelectuais não nomeados, estes dizendo que não deveria se financiar seriamente os municípios pois a administração nesta esfera era débil, Távora argumenta que sua debilidade é decorrente da falta de recursos, não da incapacidade naturalizada de suas chefias;

De um lado, por força da miséria em que vegeta [...], não há, nem é possível haver, na maioria dos casos, progresso econômico-social que torne a vida aí atraente, fugindo, em consequência, os elementos mais capazes, para os grandes centros demográficos, bafejados pelas inflações orçamentárias da União e dos Estados; e, de outro lado, porque não pôde, até agora, a alçada local realizar o quase milagre de preparar, sem recursos próprios, uma elite de administradores capazes de conservá-la jungida à sua miséria generalizada. [...] poderiam os Municípios brasileiros, em seu conjunto, ter proporcionado esse mínimo de bem-estar aos seus jurisdicionados, com os recursos que lhes foram atribuídos [...]? Poderão eles realizá-lo, [...] os quase 2500 Municípios do interior do país, administrando e assistindo mais de 75% de nossa população, [se a constituição do momento] apenas tem permitido uma arrecadação de cerca de 7% da receita global dos tributos pagos pelo povo brasileiro? (TÁVORA, 1959, pp.109-110)

Desenvolve-se um argumento semelhante ao proposto por Limongi (2015) ao analisar as transformações de cultura e participação política após o fim do Estado Novo, quando este diz, basicamente, que é difícil desenvolver uma cultura democrática em um país que de 30 em 30 anos encontra uma nova ditadura em sua trajetória. Da mesma forma, Távora questiona: como se espera que a administração dos municípios, não enquanto execução burocrática mas como ação humana, possa florescer sem permitir sua prática? E retoma o exemplo estadunidense: em relatório de 1917 referente à administração local, é dito que os *counties*<sup>142</sup> seriam as mais atrasadas, menos eficientes e organizadas, e mais incompetentes e corruptas das alçadas administrativas municipais nacionais. Mesmo assim, financiadas constantemente para executar o que lhes cabia,

---

<sup>142</sup> Municípios de interior, onde prevalece a área rural.

ainda antes da 2ª Guerra Mundial por volta de 50% do orçamento público global da nação era distribuído entre municípios, e estes, segundo o autor, tornaram-se parte fundamental da estrutura democrática estadunidense.

Aprofundando-se ainda mais nos efeitos sociais e econômicos dessa distorção distributiva e da impotência dos municípios, expõe fenômenos que podem ser, se não completamente, parcialmente, a essa má distribuição: compara<sup>143</sup> a expectativa média de vida, a ingestão de calorias, o acesso a hospitais, o coeficiente de alfabetização, o consumo anual de papel de imprensa por habitante, o consumo médio anual de energia, a eficiência dos transportes ferroviários, a densidade de equipamento telefônico entre habitantes e a produção de renda *per capita* do Brasil com a Argentina, o Uruguai, o México, os EUA, o Canadá, a França e Austrália.

A primeira vista esse amontoado de dados pode parecer relativamente aleatório, mas vendo com mais atenção, indicam exatamente funcionalidades a serem desempenhadas pelos municípios e pela união – saúde, educação e infraestrutura. A única exceção é a última variável, de produção de renda, que seria o resultado global de todas as demais impedindo a produtividade do agente brasileiro; como o autor coloca no tópico “Causas de nossa debilidade econômica” de sua obra de 1957, *Produção para o Brasil*, é o “Quase completo desaparecimento do nosso homem para enfrentar, vantajosamente, esses óbices da natureza (ignorância, carências físicas, escassez de máquinas e de energia, falta de assistência técnica e social)” (TÁVORA, 1957, p.41).

Este cenário tem múltiplas soluções: a necessidade de coordenação estatal da economia para o melhor aproveitamento o possível dos recursos<sup>144</sup>, a mecanização do campo e reorganização do trabalho no campo, o ensino na escola de princípios básicos de autocuidado, como higiene, alimentação racional e educação física<sup>145</sup>, mas para todos esses problemas há uma condição:

Reconheço que isso significa uma revolução político-administrativa, cujo [...] complemento seria uma outra, de natureza fiscal, importando:

- de um lado, em nova discriminação de rendas, entre a União, os Estados e os Municípios – não aleatória e arbitrária, como a atual [...] mas objetiva e racional, em função dos encargos atribuídos a cada órbita administrativa; e
- de outro lado, em completa transformação do nosso complicado, caro e asfixiante aparelho de arrecadação, cuja atividade poderá ser,

<sup>143</sup> TÁVORA, 1959, p.113; 1962.

<sup>144</sup> Távora, 1962, pp.56-57.

<sup>145</sup> Távora, 1957, p.53.

em sua maior parte, confiada ao Município, sob dupla fiscalização do Estado e da União. (TÁVORA, 1957, p.50)

Para Távora, essa era a condição para o estabelecimento de um federalismo orgânico, em que “a União norma, o Estado adapta, e o Município executa” (TÁVORA, 1959, p.120). Contudo, para o funcionamento dessa estrutura, é necessidade básica que haja a capacidade intercomunicação, planejamento conjunto e accountability entre os poderes da República: não há *accountability* sem que as denúncias feitas sejam julgadas de maneira responsável; não há planejamento conjunto em estruturas irracionais em que uma mesma instituição tem diferentes grupos fazendo a mesma coisa ou coisas absolutamente diferentes; e não há como esses indivíduos conhecerem essa ineficiência a que estão alheios sem que haja comunicação e transparência entre as partes. Para tal, Távora propõe uma redefinição dos poderes da república – não da relação entre os poderes entre si, mas efetivamente *dos poderes*.

O autor, primeiramente, era favorável a um regime parlamentarista no Brasil, acreditando que assim poderia harmonizar as relações entre os poderes legislativo e executivo; Mundim (2007, p.342) coloca essa posição de Távora como uma “sofisticação do pensamento autoritário”. Creio ser uma interpretação apressada sobre a proposta do autor: primeiro, porque Távora não expõe diferenciação alguma que não a mesma base da discussão entre presidencialismo ou parlamentarismo até hoje: a harmonia dos poderes e a governabilidade. Como o próprio intelectual tenentista põe, o parlamentarismo permitiria “resolver, pacificamente, alguns impasses de natureza política ou administrativa, relativamente frequentes entre nós, e que nos tem conduzido, dentro da pouca flexibilidade do *sistema presidencial*, a soluções pela violência” (TÁVORA, 1959, p.52).

Além disso, a biografia de Távora mostra que seu apelo ao autoritarismo sempre teve o já apresentado caráter instrumental; nunca, nem durante os anos 20, Távora foi favorável ao autoritarismo como fim em si, mas sim como uma forma de atingir uma verdadeira democracia. Podemos interpretar que essa proposta teria o dito cunho autoritário se a) enxergássemos este autoritarismo perene na natureza do autoritarismo instrumental e b) entendêssemos a busca por uma suposta harmonia como eixo fundamental do ideal autoritário. Consigo aceitar a primeira, pois como a posição de Távora expôs em 1964, mesmo que não desejasse a volta do que chamava de Ditadura, em 1930, e creio eu, que tenha desviado dessa que seria a grande contradição de sua biografia, não discutindo o fechamento do Congresso Nacional em 1965 com o AI-2 e do

regime com Costa e Silva e o AI-5 em 1968, aceitou essa solução à sobrevivência do getulismo e o que via como perigo de um Estado Novíssimo. À segunda afirmação, contudo, não posso concordar porque, simplesmente, a busca pela harmonia política, econômica e social não necessariamente *precisa* ser autoritária, mas o é quando posta nos termos de Torres e Viana; a natureza do autoritarismo não está na harmonização, mas em sua imposição do topo à base e em quais termos essa imposição é feita.

Propunha também que na estrutura parlamentar, no gabinete do 1º Ministro, instituíssem-se as Subsecretarias de Estado, órgãos com caráter técnico e semipermanente (TÁVORA, 1959, p.53), em que um corpo de técnicos especialistas seria permanente e apenas os diretores mudariam de acordo com os governos (TÁVORA, 1959, p. 186). Dessa forma, manter-se-ia a inércia da experiência burocrática e proteger-se-ia a mesma das indicações clientelistas, expandindo a eficiência da administração e impedindo sua sabotagem por interesses políticos.

Para coordenar essa máquina de maneira efetiva, sem nenhum medo de inovar e a toda a ousadia que poderia existir em um intelectual tenentista com a pesada influência de Torres, Távora propõe a criação de um 4º poder: o Poder Ordenador; a experiência política brasileira nos leva instintivamente a associar, até pela semelhança de primeira vista dos nomes, esse novo órgão com o Poder Moderador existente no Império para garantir a supremacia decisório do Imperador. O Poder Ordenador, por outro lado, teria a dupla missão de a) fiscalizar a atividade de todos os demais poderes e b) conciliar as iniciativas e harmonizá-las, garantindo a maior eficiência o possível na execução de projetos nacionais.

Esse poder seria encabeçado por um Supremo Conselho Federal, composto por um número fixo entre 9 e 15 membros temporários, cada um destes com mandatos de 3 anos renováveis até 3 vezes, em um mandato máximo de 9 anos, e todos os ex-presidentes da República. Para Távora, esses membros temporários deveriam ser escolhidos entre ex-Governadores de Estado ou das “principais organizações econômicas e culturais da Nação”, em uma espécie de emulação de um governo de notáveis.

Esse órgão, com sede na capital nacional, deveria ramificar-se pelo país por meio de Procuradorias Federais chefiadas por procuradores, indicados pelo Conselho, em cada capital estadual, e delegacias federais presentes em cada município dos estados, chefiadas por delegados indicados pelos procuradores. Essa estruturação permitiria, então, que esse órgão pudesse executar a importantíssima tarefa de coordenação e intercomunicação de iniciativas desde a base até o governo nacional. Além desta, Távora enumera 14 funções desse 4º poder que, resumidamente, pormenorizam suas atribuições

corretivas e de fiscalização, principalmente relativas às possibilidades de atuação quanto aos demais poderes, reformas do funcionalismo público e a coordenação entre estes burocratas e os governos políticos em todas as esferas verticais e horizontais do Estado, e, por último, fazendo a normatização dos processos econômicos, de produção e circulação de bens e moeda. E nesse ponto entramos na discussão:

Se os *instrumentos da ação governamental* enquadram-se no campo político-administrativo (concepção, planejamento, comando, coordenação e controle), e o *fim último* dessa ação é o bem-estar social – os *meios materiais* à disposição daqueles instrumentos de ação, para que alcancem este fim, derivam do campo econômico-financeiro. (TÁVORA, 1959, p.207)

Como o autor deixa claro com sua atribuição de funções ao Poder Ordenador, além do trecho citado, é central em seu projeto a noção de planejamento, que em seu pensamento pode ser definido exatamente como a harmonização dos setores políticos, financeiros e produtivos em prol da expansão da capacidade de prover a população nacional com a maior expressão de bem-estar o possível. Existem dois aspectos principais da perspectiva econômica para Távora: um aspecto de teoria econômica e outro de economia brasileira.

Em relação à teoria econômica, um primeiro traço da perspectiva de Távora compreende que a economia ergue-se sobre três eixos: a produção, a circulação e o consumo. Em seu projeto nacional, a produção e o consumo devem ser privilegiados por serem os momentos centrais para a vida econômica: seu princípio e seu fim. A circulação, por sua vez, com intermediária, deve ater-se a dar suporte às duas pontas do sistema, sem requerer demasiada importância para si. O planejamento estatal dessa dinâmica é nomeado, pelo autor, como *disciplinamento da circulação econômica* (TÁVORA, 1959, p.216), e “é mister que a interferência governamental no desenvolvimento econômico se processe mediante uma razoável norma de planejamento” (TÁVORA, 1957, p.80).

Seu princípio básico é de que o lucro deve ser retido por aqueles envolvidos no setor produtivo, incentivando o investimento nesse mesmo setor, e a produção deve chegar ao consumidor com o menor aumento o possível de preços para que o consumidor possa fazer sua parte nesse sistema, consumindo volumosa e diversificadamente esses produtos com valores mais baixos o possível. Para que isso seja possível, portanto, o disciplinamento maior necessário é logístico e comercial, dado que sendo vantajoso o investimento produtivo pela responsividade do mercado consumidor, as duas áreas podem ser cultivadas com base na manutenção da relação.



A logística é o problema primário da circulação, possibilitando com maior ou menor facilidade o deslocamento de bens dentro do território nacional, ou até para fora deste, e é uma das especialidades do autor: já em 1930 fora chamado e assumiu a pasta de Viação e Obras Públicas, embora tenha o feito apenas por 10 dias; como engenheiro militar, trabalhou exaustivamente na construção e proposição de redes rodoviárias; em 1964 volta ao governo como ministro exatamente dessa mesma pasta.

Para Távora, as funções que devem ser cumpridas pelo sistema logístico no que toca questões sócio econômicas são fundamentalmente três:

- à circulação das riquezas entre os centros de produção e os de consumo, em convenientes condições de eficiência e custo de transportes e de maneira a permitir o desenvolvimento harmônico das atividades agropecuárias e industriais;
- à ligação de núcleos esparsos, produtores de matérias-primas, aos principais centros industriais do país;
- à vinculação dos aglomerados humanos aos centros políticos do país, bem como a mobilidade social, visando à integração psico-social. (TÁVORA, 1957, pp.153-154)

Távora via na deficiência de infraestrutura logística um dos principais problemas a serem enfrentados no Brasil, tendo em vista o grau de esforço necessário para solucioná-lo e seu impacto na integração nacional: política, cultural e econômica. Vê, entretanto, nos potenciais naturais do território brasileiro uma espécie de facilitador para transportes de baixo custo: “do ponto de vista econômico, há necessidade de linhas de transporte de baixo custo, com aproveitamento, tanto quanto possível, das vias naturais (cabotagem marítima e vias navegáveis interiores) e, *complementarmente*<sup>146</sup>, ligações terrestres e aéreas” (TÁVORA, 1957, p.155). Seria necessário discriminar o investimento para, em primeiro momento, potencializar sua eficiência ao máximo possível com o menor investimento possível para, só posteriormente, investir em infraestrutura terrestre, como estradas e trens que, além do alto custo pela natureza de extensivo gasto em material e pessoal, ainda teria que lidar com a topografia variante e, em muitos pontos, acidentada da superfície terrestre brasileira.

A pequena significação econômico-social da maioria dos núcleos populacionais esparsos do interior, agravada, já pela presença, em algumas regiões, de solos desfavoráveis, já pela ocorrência de densos e quase impenetráveis recobrimentos florísticos, não justifica a construção imediata de vias caras e potentes de transportes (ferrovias ou mesmo rodovias), aconselhando, antes o aproveitamento das vias naturais já existentes – os rios – para a ligação dos centros interiores ribeirinhos aos centros litorâneos; e o

---

<sup>146</sup> Grifo meu.

mar para interligar os centros costeiros – complementadas por transportes aéreos. [...] A considerável concentração demográfica e econômica, ao longo da faixa litorânea, dá particular importância à navegação de cabotagem, à qual deve caber o *esforço principal* de nossos transportes econômicos. (TÁVORA, 1957, p.163)

Mesmo assim, essa inversão de investimentos, mais em renovação e reaparelhamento da frota e menos em infraestrutura, permitiria ao governo utilizar das obras de infraestrutura como mecanismo de distribuição de renda e criação de empregos pois, além da necessidade pontual de construção de diversos portos interiores, ainda haveriam obras de conexão de diferentes bacias hidrográficas por conexão artificial por meio de canais, facilitando ainda mais o trânsito por dentro de todo o território nacional.

Nesse projeto, os transportes terrestres seriam, pelo menos de início, apenas complementares, pois seria harmônico dentro do sistema de transportes, dada a facilidade natural do transporte fluvial e marítimo, que cumprissem com esse fim. É sintomático à uma tendência manifestada posteriormente que existissem, já em finais da década de 1940 e começo de 50, um fundo de investimentos em transportes ferroviários e rodoviários, mas nada do gênero para transportes fluviais ou marítimos. Távora (1962, pp.40-41) constata ainda que os sistemas de transporte ferroviários e fluviais já estavam sendo suplantados pelos rodoviários que, tinham em si, 42% da movimentação de carga nacional, e que já em 1957 40% dos navios de serviço brasileiros tinham mais de 25 anos, quando o período de operação recomendado era de 20; sucateamento em tempo real, para aqueles que acompanhavam o cenário.

Quanto ao comércio, o autor é objetivo:

Não seria impossível que, através de um paciente e firme trabalho de sustentação de preços mínimos, nas fontes de produção; de melhoramentos dos sistemas de transportes; de racionalização de impostos; de controle de despesas entre a primeira operação de compra ao produtor e a última operação de venda ao consumidor; e de limitação razoável de lucros em cada operação comercial – se alcançasse, em harmonia com os elementos intermediários, o primeiro dos objetivos visados por esse disciplinamento. Mas, na verdade, seu equacionamento razoável só será alcançado por meio da organização sindical-cooperativa da produção [...]. (TÁVORA, 1959, p.217)

Seria um esforço demasiadamente grande regular em pormenores todas as condições de lucratividade na atividade comercial, e piro ainda seria o esforço absurdo necessário para manter essa regulação em vigor. Mesmo com a adoção e implantação de uma estrutura como o Poder Ordenador, é absurdo pensar naquele período em um sistema de fiscalização que cobrisse absolutamente todo comércio e sua precificação de

cada produto singular; o caminho não era condicionar o comerciante, mas sim tornar comerciante o produtor.

De hierarquia semelhante ao Poder Moderador, com base na estrutura federativa nacional, a organização sindical-cooperativista. Távora enxerga neste modelo uma

organização econômico-profissional integral de que necessita a nossa incipiente produção agrária, para guiar-lhe racionalmente o desenvolvimento; condensar suas tendências consubstanciando-as em aspirações médias coletivas; solver as dificuldades naturais que seus complexos problemas apresentam; mostrar, enfim, à Nação, que os agentes de suas atividades produtoras sabem o que querem e o que podem fazer em sua própria defesa e em favor dela” (TÁVORA, 1957, pp.107-108)

Ela propõe que agricultores reúnam-se em organizações municipais, certificando documentalmente suas propriedades e produção e, através desta, negociem em força de conglomerado produtivo, com os comerciantes que distribuirão sua produção quando isso não for possível a estes, ou vendam direto ao consumidor, caso estejam localizados nas proximidades de centros urbanos. Além disso, à imagem dos sindicatos urbanos, Távora propõe que agricultores filiados às cooperativas financiem-na, reservando porcentagem do valor de todas as vendas – individuais ou coletivas – em caixa específica, utilizando-a para despesas com seguridade e previdência social, investimentos coletivos, como maquinário e consultas de técnicos agrários, e financiamento de crédito (a juros baixíssimos entre seus membros, a juros em taxa de mercado para terceiros).

Esse sistema, para o autor, traria diversos benefícios a múltiplos agentes: o Estado teria dados estatísticos precisos sobre quem são os agricultores, qual a concentração destes em determinadas regiões, quais as culturas e criações prevalentes, quantos agricultores existem no país, qual a produção média de determinado estado, região ou município, qual o custo médio de determinados produtos ou suas variações locais, regionais ou nacionais, etc., seria um tesouro para um país que ainda não havia se industrializado e dependia, para isso, por dinâmica de industrialização por substituição de importações, das divisas trazidas à economia nacional por meio da exportação do setor primário.

Exatamente por isso, Távora levava em conta que não há contradição entre desenvolvimento industrial e agrícola:

Frisemos, para evitar interpretações equívocas, que consideramos tese já superada a disputa entre o *destino agrícola ou destino industrial* do Brasil. O Brasil tem de ser uma nação industrializada em alto grau, inclusive por imperativos de sua segurança nacional. Mas essa industrialização só poderá realizar-se tendo como base um

grande, rico e bem organizado mercado interno; e a organização desse mercado é função imediata da retaguarda econômica, que se constitui por uma agricultura de alta produtividade. Para alcançar-se este objetivo, é mister proscrever a rotina, criando uma agricultura mecanizada e industrializada. E uma tal agricultura importa no apoio, cada vez maior, de uma indústria organizada e diversificada [...]. Só com agricultura industrializada e com indústria altamente desenvolvida, atingiremos nossa plena emancipação econômica. Temos, assim, que o problema econômico do Brasil se equaciona em termos de Agricultura mais indústria, somando valores, [...] forças com o mesmo sentido e direção [...]. (TÁVORA, 1957, p.80-81)<sup>147</sup>

A constatação de interdependência entre as duas áreas da produção econômica diferenciava Távora, em meio ao debate com um argumento que não era trivial. Dentre os intelectuais do Partido Comunista por exemplo, como Werneck Sodré, ainda imperava a perspectiva de meio rural como pré-moderno, feudal, argumento extensamente exposto em *História Militar do Brasil*, de 1965. Ao mesmo tempo, indica uma maturação do ideário tenentista sobre a industrialização, deixando de lado a *defesa ideológica da industrialização* (SAES, 2011, p.112) e colocando-a em uma perspectiva prática, pautada na realidade das relações materiais e não em uma negação infantil pautada pelo ódio ao que éramos em busca do queremos ser.

Mostra, além disso, a compreensão de que a conexão entre oferta de insumos básicos, como gêneros alimentícios e matérias-primas, são fator determinante do que Távora considerava ser um dos grandes problemas da economia brasileira: a inflação. Dava à baixa produtividade agrícola, combinada ao processo de urbanização e expansão acelerada da demanda por gêneros alimentícios cada vez mais escassos<sup>148</sup>, uma posição de destaque como duplo empecilho, corroendo a força da moeda prejudicialmente ao Estado e ao cidadão que terminaria por precisar de cada vez mais dinheiro para sua subsistência.

Apesar desse elemento inflacionário estruturalista em sua análise, o autor mescla em seu pensamento elementos monetaristas pois, caso houvesse tentativa de sanar esse problema pela simples impressão de mais moeda, por política de pleno emprego por meio

---

<sup>147</sup> Em uma população rural com 75% de analfabetos sem educação formal ou acesso à assistência técnica (TÁVORA, 1962, p.32), Távora compreende que o processo de mecanização passa por um processo educativo, sendo, como já exposto anteriormente, proponente de mecanismos de incentivo à educação da população rural por interesse da iniciativa privada, do aprendizado destes sobre a utilização de maquinário agrícola e a formação de técnicos agrônomos em meio a essa parcela da população (TÁVORA, 1959, p.212).

<sup>148</sup> “Entre 1939 e 1951, o índice do valor da produção agrícola subiu de 100 para 667; mas se reduzirmos este último índice ao valor da moeda em 1939 – ele baixará a 124,9, enquanto, no mesmo período, a população cresceu de 100 para 132. Isso significaria que a produção agrícola está se colocando abaixo das necessidades biológicas da população.” (TÁVORA, 1962, p.32)

de obras de infraestrutura ou quaisquer políticas redistributivas, a inflação só seria aprofundada; era necessário que a expansão da quantidade de moeda circulando fosse minimamente responsiva ao crescimento da matriz produtiva e seu *output*, sendo necessário não aumentar a renda da população, mas sim aumentar a taxa nacional de criação de riqueza.

Com isso, não digo, de forma alguma, que Távora era favorável à manutenção da baixa renda ao grosso da população. Como pode ter sido compreendido no decorrer dessa seção, o projeto nacional de Távora baseia-se no consumo massificado, urbano e rural. Neste propósito, universalmente, ainda na década de 1930 o autor propõe a criação do *salário família*, em que o salário mínimo não seria um valor único, mas sim calculado pelo valor necessário para subsistência de um indivíduo médio multiplicado pelo número de indivíduos em determinado domicílio, com base na premissa da estrutura familiar sustentada pelo chefe de família; propõe a transição de sustentação do sistema tributário sustentado por arrecadação indireta para um sistema tributário direto e progressivo por motivação social (TÁVORA, 1959, p. 231), e que esse e todos os direitos trabalhistas já presentes no cotidiano do trabalhador urbano chegassem ao trabalhador rural. Mas mais importante do que isso: Távora era favorável à reforma agrária.

Passada a frase de efeito, entretanto, cabe analisar *qual* reforma agrária era proposta pelo autor: já de início, é importante frisar que a reforma agrária para Távora tem como fator de suma importância a mudança da *mentalidade rural*<sup>149</sup>, que para o autor realmente parece abarcar a visão de mundo da população rural que, sem acesso à informação, educação formal ou assessoria técnica, termina por esgotar os recursos naturais de suas terras: nutrientes do solo, madeira de matas, nascentes ou lagos, peixes para pesca ou caça de fauna silvestre. Todas essas atividades, feitas de forma irregular e predatória, arriscam infligir dano ao meio ambiente, desequilibrando, ou melhor, *desarmonizando* este e, por consequência, diminuindo o *Poder Nacional*, soma de todas potencialidades nacionais. Não é coincidência que Távora tenha sido responsável pela codificação das profissões de veterinário e agrônomo, pela promulgação dos Códigos de Minas e de Águas, de Caça e Pesca e Florestal, além das diretorias gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas Científicas dentro do Ministério da Agricultura, durante sua passagem por este na década de 1930. (MUNDIM, 2015)

---

<sup>149</sup> Távora trabalha com a chave da *mentalidade* enquanto desdobramento subjetivo de condições materiais: “Situamo-nos ainda, infelizmente, entre os povos subdesenvolvidos – entendendo-se que o *fenômeno do subdesenvolvimento não é apenas de caráter econômico, mas fundamentalmente psicossocial e, também, reflexivamente, político*”. (TÁVORA, 1962, p.67; grifos do autor)

No âmbito material, o autor diz que, primeiramente, seria necessária racionalizar a estrutura fiscal do imposto territorial, colocando-o sob dois cálculos: um sobre o valor venal da terra, e outro, progressivo, sobre a proporção entre área cultivada e área não cultivada, distribuindo dessa forma peso financeiro que poderia inviabilizar a manutenção da posse de terras por aqueles que não fariam seu uso social. Defendia, também, a desapropriação de terras férteis no entorno de municípios, devendo essas serem vendidas a preço de custo, ou com juros módicos, quando a prazo, para pequenos agricultores; estes, com boa localização e solo adequado, abasteceriam a cidade sem necessidade de depender de grandes deslocamentos pelo sistema logístico, além de combater, segundo o autor, a especulação imobiliária presente na negociação de loteamentos urbanos. Por fim, a estrutura do trabalho rural deveria ser baseada em organizações profissionais no modelo sindical-cooperativista, forçando, de certa forma, a criação de vínculos de solidariedade entre os produtores rurais locais, permitindo-lhes organizarem cooperativas de consumo, em que venderiam seus próprios produtos ou comprariam em grandes quantidades bens comuns, abatendo por compra em atacado no valor, beneficiando todos; em cooperativas de crédito, já citadas anteriormente, e de produção, compartilhando técnicas e maquinário necessário para determinada cultura ou processamento de produto.

Colocava dentro dessa estrutura pautada na produção da pequena propriedade, para solucionar o que seria um problema de maior urgência, a fome, as seguintes medidas a serem tomadas: concessão de crédito generalizado com baixos juros a trabalhadores e demais agentes engajados no trabalho rural; concessão, conforme possível, de auxílio técnico por parte de profissionais vinculados ao Ministério da Agricultura; auxílio dos governos para mecanizar e industrializar a produção agrária; a construção de silos, frigoríficos e armazéns para a criação de reservas de gêneros, permitindo controle de preços e reservas de segurança alimentar; investimentos volumosos para a educação da população rural, tanto formal-escolar quanto técnica e prática, como o uso de maquinário, manejo correto de fauna e flora, educação cívica e higiene básica; forçar o uso de terras cultiváveis; possibilitar à maioria dos responsáveis por atividades rurais de adquirirem suas próprias terras ou, quando não, alugarem lotes de grandes empresas agrárias, tendo direito a receber, tal qual o trabalhador rural, parte dos lucros obtidos pela empresa com o valor produzido por seu trabalho; a formação volumosa e acelerada de técnicos agrários para auxiliarem os trabalhadores rurais em seus esforços, seja com o solo, seja com a criação; por último, a abertura, manutenção e investimento em centro de pesquisas

agrárias, em modelo semelhante ao que posteriormente veio a ser a EMBRAPA (TÁVORA, 1959, pp.213-216).

Para que todo esse processo econômico pudesse vir a ser, entretanto, uma condição básica deveria ser cumprida: deve haver energia para a indústria, para os veículos e os instrumentos. A energia também foi uma questão central para Távora, dada sua importância enquanto fundamento da indústria, do trabalho e do desenvolvimento. O autor expõe dado, então, de que, em 1946, 51% do trabalho no Brasil foi executado por esforço muscular, e entre os 49% restantes, 84,86% tiveram como fonte principal de energia a queima de lenha e carvão vegetal; 8% foi decorrente do uso de carvão mineral, 6,24% de petróleo e derivados, 0,3% de álcool para motor e 1,6% movido por eletricidade (TÁVORA, 1955, p.229).

As fontes de energia utilizadas majoritariamente no Brasil daquele período, portanto, são exatamente aquelas que são baseadas em processos nulos ou extremamente básicos de complexidade produtiva, mostrando a deficiência tecnológica nacional, ao mesmo tempo em que mostra a ausência de impacto da tecnologia sobre o trabalho, fator absolutamente importante no aumento da eficiência do trabalho. Távora discute algumas fontes de energia possíveis para o Brasil, sendo as mais importantes (TÁVORA, 1955, pp.301-303):

1. *a energia hidráulica*, convertida em energia elétrica por meio da potência cinética fluvial, é uma clara opção que deve ser aproveitada, tendo em vista a disposição geográfica brasileira que tem rios por toda sua extensão territorial. Távora diz que “O Plano Nacional de Eletrificação consubstancia a ação do Governo Federal e a coordena com a dos governos estaduais e municipais, em articulação com a dos governos estaduais e municipais, em articulação com a iniciativa privada” (1955, pp.278-279), entretanto, essa seria a atribuição de administração das linhas de energia. A construção da infraestrutura necessária, como as represas e usinas, seria ou totalmente financiada pela União, quando houvesse recursos para garantir a finalização da obra apenas com essa verba, ou com cooperação financeira entre União, estados e municípios, quando houvesse a necessidade de partilhas os custos pelas obras, “se a iniciativa privada se desinteressar (Ibid., p.283). A distribuição da energia ao mercado consumidor será assunto tratado pela iniciativa privada em acordo com governos estaduais e municipais.

2. *o petróleo e o gás natural*, naquele período, não eram conhecidos nas mesmas proporções que atualmente sabemos o Brasil ter disponível em seu subsolo. Até a promulgação do monopólio estatal do petróleo com a lei 2004 de 1953, diversos pioneiros,

como chama Távora, exploravam os solos em busca de petróleo. O Ministério da Agricultura, responsável por essa área, quando notificado da possibilidade de existência de poço, enviava técnicos e uma sonda para fazer a checagem. Távora era contrário a esse modelo pois o petróleo era um bem estratégico, fundamental para a segurança nacional, e quando tornou-se Ministro, retificou essa legislação para que toda riqueza no subsolo não fosse de propriedade do dono da superfície, mas da União, em um movimento que parece ser de fechamento à iniciativa privada. A partir de 1946, com a discussão sobre como lidar com a produção de petróleo decorrente da primeira descoberta de lençol petrolífero nacionalmente significativo na região litorânea da Bahia, Távora torna-se o defensor da participação da iniciativa privada na exploração. Isso, entretanto, não é uma contradição: ao falar dos pioneiros, Távora deixa claro que estes buscavam em suas aventuras desregradas o retorno lucrativo para seus próprios benefícios, comercializando um recurso necessário para o desenvolvimento e a segurança nacional; a participação de capital privado, nacional ou estrangeiro, na exploração de grandes jazidas de petróleo, por outro lado, seria um bom caminho para que houvesse investimento massivo e imediato para criar um boom na produção nacional de combustível, necessidade estratégica em decorrência da possibilidade de guerra global entre os EUA e a URSS. Para garantir que não houvesse a possibilidade de lesar os interesses econômicos nacionais, Távora impõe uma disciplina aos investimentos: o petróleo retirado em território brasileiro, por empresa nacional ou estrangeira, deverá ser antes de mais nada, destinado ao comércio interno de acordo com a demanda do mercado interno; taxaçoão de 10 a 15% do sobre o valor total da extração em poços, de acordo com região de extração (TÁVORA, 1955, p.142); a garantia de que faça-se “a exploração de nossos recursos potenciais, sem prejuízo da integração de parte substancial da riqueza mobilizada na economia nacional” (TÁVORA, 1959, p.230).

3. *a energia nuclear* seria passível de execução, uma vez que o Brasil possui reservas de minerais físséis (urânio e tório), permitindo a autossuficiência de combustível (TÁVORA, 1955, p.303). Contudo, a tecnologia necessária para a utilização do processo era o estado da arte das ciências no mundo, estando o Brasil longe desse posto. Para a aquisição desse equipamento e do know-how acoplado para sua utilização, Távora auxiliou em negociação com governo estadunidense, enquanto Chefe do Gabinete Militar, para uma troca, onde forneceríamos os citados minerais físséis exclusivamente para eles e, em troca, receberíamos os equipamentos necessários para a construção de usinas nucleares para pagamento em longo prazo com juros módicos, e a instrução de técnicos estrangeiros a técnicos nacionais. Esse processo foi tocado por órgão especialmente dedicado à



energia nuclear, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, subordinada diretamente à Presidência da República. Segundo Távora, complicações decorrentes de legislação estadunidense empacaram o progresso da cooperação por parte dos estadunidenses, mas Távora, por ficar pouco tempo no gabinete militar do presidente Café Filho, também deixa de acompanhar o programa. Em 1956, entretanto, é criada a CPI para investigar o alinhamento automático de Távora aos interesses estadunidenses em detrimento dos brasileiros, fazendo com que, pouco tempo depois, este deixasse as funções militares. Entretanto, na obra em que aparentemente mais se dedicaria a debater a importância e o modelo proposto de implementação, *Átomos para o Brasil* (1958), na verdade encontram-se os depoimentos decorrentes das sessões da citada CPI, em que Távora foi depoente; na obra *Produção para o Brasil* (1957), o autor apenas cita que há confirmação da existência desses minerais no Brasil e, além disso, que quem cuida do processo de implementação dessa fonte de energia no país é o Conselho Nacional de Pesquisas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

O projeto nacional proposto por Juarez Távora, compreendido nesse trabalho como cristalizado em *Organização para o Brasil* (1959), mas complementado por *Petróleo para o Brasil* (1955), *Produção para o Brasil* (1957), *Átomos para o Brasil* (1958) e *Uma Política de Desenvolvimento para o Brasil* (1962), é a síntese de 1368 páginas; há, sem sombra de dúvidas, inúmeros outros pontos a se abordar: as políticas fiscais, cambiais, a reforma no judiciário, nas políticas de educação e etc... Contudo, creio que, para a proposta do trabalho presente, apresentei razoavelmente pontos centrais para o debate. Entro agora na questão: dentro desse projeto apresentado, quem tem domínio sobre o poder decisório da política nacional?

### 3.2 Soberania no Projeto Nacional Tavorista

Afora duas circunstâncias, realmente adversas [...] nada há que justifique o relativo atraso econômico-social em que nos encontramos, senão uma atuação inadequada de nossa elite dirigente, no aparelhar e orientar o homem brasileiro para enfrentar, com vantagem, o meio em que habita [...]. Essa atuação inadequada da elite brasileira, sobre a atividade do povo, por cuja boa condução é responsável, resulta, sem dúvida, de crônicas deficiências de organização nacional [...]. (TÁVORA, 1959, p.117)

Repito, novamente: Távora era um elitista. Esse traço perpassa sua vida pessoal com a mesma intensidade com que se apresenta em sua interpretação do fenômeno político.

Sua compreensão sobre a estrutura federativa não é simplesmente enquanto um sistema com finalidade de melhorar a capacidade representativa de esferas locais, regionais e nacionais em governos específicos, mas como mecanismo meritocrático de criação, manutenção ou substituição de elites. O autor poderia compreender que essa dinâmica é aplicável somente ao Estado, mas sua concepção de estruturas verticais é de utilidade para afinamento e filtragem de uma elite:

*o esforço maior de nosso desenvolvimento deve fazer-se, desde o início, no sentido da valorização do homem brasileiro, sobretudo através da educação e da saúde – pois quando um povo dispõe de cultura generalizada e de saúde física e mental, o problema de seu desenvolvimento material pode resolver-se em alguns poucos anos, pela aplicação criteriosa de recursos financeiros [...]. Eduquemos o nosso povo, proporcionando-lhe [...] pelo menos a instrução primária, complementada, obrigatoriamente, para todos que não possam ir aos graus superiores do ensino pela educação moral e cívica (formação do cidadão e de chefes de família) e profissional elementar (formação de trabalhadores qualificados); demos, ainda, por conta do Estado, aos mais aptos intelectual e vocacionalmente – e só a estes – qualquer que seja sua posição social, oportunidade de ir à escola média, a fim de habilitar-se ao exercício de uma profissão de grau médio – ou, se o autorizarem sua capacidade intelectual e seus pendores vocacionais, continuarem, ainda por conta do Estado (mas somente eles), seus estudos na Universidade e, mesmo, em quaisquer cursos de pós-graduação, em qualquer parte do Mundo, de forma a que possam realizar a plenitude de suas potencialidades intelectuais e vocacionais, nos campos da ciência, da técnica ou da arte. Se assim fizermos, prevejo que [...] seremos uma grande nação, capaz de constituir, no dizer de Alberto Torres, “um novo plexo de civilização mundial” [...]. (TÁVORA, 1962, p.92)*

Távora é um elitista e sua perspectiva de sociedade inegavelmente é discriminatória entre *massa* e elite. Entretanto, não é aceitável para o autor que essa diferenciação entre estratos seja abissal: todo cidadão brasileiro tem que ter o direito ao bem-estar, à busca da expansão de suas potencialidades e da dignidade conferida por meio da participação na criação e distribuição de riqueza. Este não é um intelectual demóforo, e tampouco prega a emancipação dos sujeitos, seja pelo liberalismo, pela social democracia ou muito menos pelo socialismo, seja negando um modelo como o de Amartya Sen e sua proposta de desenvolvimento como liberdade ou de Marx, mas sim de um paternalismo. Távora foi um intelectual elitista paternalista; o que isso quer dizer?

Thompson (1998, p.31) diz que o conceito de *paternalismo* é

um termo descritivo frouxo. Tem uma especialidade histórica consideravelmente menor do que termos como feudalismo ou capitalismo. [...] Isso não significa que o termo deva ser abandonado por ser totalmente inútil. Tem tanto ou tão pouco valor quanto outros termos generalizantes - autoritário, democrático, igualitário - que, em si e sem adições substanciais, não podem ser empregados para caracterizar um sistema de relações sociais.

Como utilizar esse conceito para descrever o pensamento político de Juarez Távora, então, sem cair no perigo de um conceito demasiadamente generalista e pouco explicativo? Nos termos de Thompson, fazendo adições substanciais: não só Távora é um elitista paternalista, mas é também um cristão. O projeto do autor tem elementos baseados no distributivismo<sup>150</sup> cristão<sup>151</sup>, chegando, em certo nível, até a chocar-se com sua concepção elitista, dando direitos, garantias e benefícios iguais, sem distinção legal entre trabalhadores manuais, técnicos e intelectuais, nivelando-os.

E chegamos no ponto central: para Távora, todos tem o direito à vida digna, com acesso à saúde, educação segundo sua vocação e ao mercado; nem todos tinham a capacidade<sup>152</sup> de escolher como chegar à essa dignidade, no Brasil que olhava. Daí a explicação e justificativa do apoio do autor ao autoritarismo instrumental e pela busca de um *saneamento* do sistema político e eleitoral. Essa capacidade só poderia ser desenvolvida sem o sistema eleitoral corrompido, e esse sistema só poderia ser saneado tirando do caminho os políticos tradicionais que tem interesse pessoal em sua manutenção.

Entretanto, Távora não deixa de considerar o autoritarismo em si um problema político, e após 1930 até 1964, indis põe-se com companheiros militares por essa percepção: as *novembradas* são uma perfeita exposição disso, quando Távora contraria primeiramente o anti-varguismo do General Fiuza de Castro para permitir a posse de

<sup>150</sup> Doutrina econômica criada por “influência da Doutrina Social da Igreja em geral e da Encíclica Rerum Novarum (1891), de Leão XIII, em particular, desenvolveu-se na Europa, sobretudo na Inglaterra, entre fins do século XIX e o alvorecer do século XX, o Distributismo, doutrina socioeconômica baseada na ideia de que uma ordem social justa e sadia só pode existir onde houver ampla difusão do direito de propriedade, direito fundamental que não deve ser concentrado nas mãos de poucos, mas sim difundido ao maior número possível de pessoas e famílias” (BARBUY, 2019, p.1).

<sup>151</sup> Távora defende a participação compulsória e obrigatória de todo trabalhador nos lucros da empresa onde trabalha, devendo o lucro obtido ser dividido *harmonicamente* entre o capital e o trabalho (capitalista-trabalhador), fundamentando-se para isso em “algumas proposições conducentes, a nosso ver, à solução democrática, cristã e humana, do delicado e complexo problema das *relações entre capital e trabalho*” (TÁVORA, 1959, p.275). Para isso, envolve-se para além do catolicismo, religião da qual era devoto, mas trabalhando também com protestantes como, por exemplo o Rearmamento Moral (TÁVORA, 1977, pp.133-134), movimento criado por profeta protestante nos EUA no final do século XIX (PECCI, 1961) que ganha grande destaque no início da Guerra Fria por erguer bandeira anti-comunista. Nessa perspectiva, Távora apesar de católico, tinha religiosidade ecumênica.

<sup>152</sup> “Capacidade” aqui não no sentido de conseguir desenvolver tal potencialidade, mas exatamente de não tê-la desenvolvida.

Juscelino Kubitschek na presidência e, em seguida, contraria o General Henrique de Teixeira Lott – seu indicado para assumir o posto no governo – pelo retorno de Café Filho à presidência, ainda sob seu mandato.

Como expõe Gentile,

o “autoritarismo instrumental” pode ser então apresentado como o mais “adequado” para sustentar a nova ordem industrial do país, e ao mesmo tempo, dado o seu caráter “instrumental” e transitório ele apresentaria sempre uma possibilidade em cada fase da ditadura [...] de abrir para uma sociedade liberal [...]. (2018, p.30)

É possível inferir que no pensamento de Távora, autoritarismo instrumental seria um recurso conjuntural, responsivo às condições de um determinado povo em um determinado momento; o povo brasileiro até os anos 1930 não seria capaz de, pelas vias democráticas, desalojar do Estado aquele regime personalista e egoísta, portanto façam-se importante as armas e a ditadura posterior, e que sirvam como instrumento de limpeza dessa sujeira; em 1964, convencido de que Goulart pretendia subverter a hierarquia das Forças Armadas e, sob influência do perigo que considerava absolutamente real e palpável de que, como disse Prestes, “Os comunistas estão no poder, mas ainda não no governo” (apud FONTANELLI, 2014, p.102), mesmo que não participe da conspiração, apoia a empreitada militar pelo Golpe em Goulart, uma vez mais, por meio desse autoritarismo instrumental.

Sabia que pretendiam os militares impor um regime de mais de duas décadas? Acreditava que se esse instrumento precisou ser reutilizado, falhou em sua missão durante os anos 1930, que deveria ter imposto a última ditadura necessária antes do desenvolvimento da democracia e talvez por isso não fala nada, em sua biografia, sobre o regime ditatorial? Na documentação consultada não foi possível encontrar respostas à essas perguntas, sendo aconselhável, para isso, o desenvolvimento de pesquisa focada no acervo documental do autor, disponibilizado na Faculdade Getúlio Vargas. A nós, basta saber que 1930 - 1964 foi, para Távora, o período em que tentou trabalhar a cultura democrática no Brasil, e termina com sua dispensa de qualquer conservação de democracia popular, excluindo completamente as massas do poder decisório.

Sem grande divergência, em seu projeto nacional, as eleições de maior peso na escolha dos agentes com maior acesso ao poder decisório seriam sempre indiretas, ficando a carga da população apenas a política local, e cada vez mais elitizadas as demais esferas. Quando questionado pelo ascensorista do elevador do hotel em que se encontrava em Minas Gerais sobre a deposição de Vargas em 1945, ele expressa

perfeitamente o papel social da massa: “Vocês, humildes, podem ficar tranquilos”. A massa deve trabalhar e de seu trabalho deve receber a justa remuneração para que, além de trabalhadores, cumpram com seu dever de consumidores; devem escolher os prefeitos de suas cidades e seus vereadores, mas não devem de forma alguma interferir diretamente nos destinos do país. O projeto nacional de Távora não sustenta-se sobre a soberania popular pois não é o povo que toma as decisões de nível nacional.

Tampouco apoia a soberania sobre a nação e sua trajetória política: em consonância à sua trajetória, seu projeto é profundamente disruptivo com a experiência histórica brasileira em diversos de seus fundamentos: uma reforma agrária que dá ênfase na distribuição de terras a pequenos produtores e expansão de capacidade industrial por produção de insumos, além da redução do custo de vida atacando o que em seu tempo de vida era estrutura inflacionária – alimentos – e permitiria, então, que a população usasse esse dinheiro em demais bens; da proposta de adoção de parlamentarismo, que é fora da curva não só brasileira como latino-americana, além de tornar protagonista do Estado uma instituição coletiva colegiada com base em poder retroativo (presidentes/ex-1º ministros comporiam o Poder Ordenador, sendo responsáveis por fiscalizar o governo do momento); a expansão do consumo interno e a criação de uma economia de consumo massificado, erradicando a miséria não só pela ausência de fome, mas pela posse de bens industrializados; a criação de uma estrutura de divisão de riqueza ainda na fonte, na folha de pagamentos de todos os trabalhadores; a inversão do eixo dinâmico do primário exportador para o industrial urbano, carregando consigo direitos para todo trabalhador que fosse à cidade e estendendo esses mesmos direitos ao trabalhador rural que efetivamente quisesse continuar naquele ambiente. É difícil pensar em como esse projeto nacional poderia ser mais abruptamente disruptivo com a trajetória econômica, política e social brasileira, bem dizendo.

O poder decisório não se apoia sobre a vontade popular e tampouco sobre uma trajetória nacional sacralizada que deve ser preservada. Não, ele encontra-se no ente com capacidade de planejar, coordenar e fiscalizar a sociedade e a si mesmo. Távora não é um elitista censitário, por assim dizer, construindo sua noção de elite baseada em poder aquisitivo. Távora vê como elite aqueles que tem capacidade<sup>153</sup> intelectual, aqueles que podem ocupar cargos para auxiliar na empreitada da administração e do planejamento, que tome responsabilidades que o homem comum não é capaz de tomar.

---

<sup>153</sup> Novamente, *capacidade* não como potência latente, mas sim potência efetiva.

Como deixa claro ao citar Gustavo Corção (apud TÁVORA, 1962, p.72):

A atrofia de uma conjuntura pode ser remediada com certas providências técnicas; mas, para isso, é preciso que, em tal país, em tal conjuntura, existam dirigentes com inteligência para discernir as medidas necessárias, em sua ordem de urgência, e como aplica-las. Ora, uma das características principais dos povos subdesenvolvidos é a mediocridade dos quadros políticos [...].

Faz parte da *elite*, para Távora, o agente capaz de transformar esse cenário. Para transformá-lo, é necessário resolver dois problemas: “a inexistência de órgãos permanentes especializados de planejamento, coordenação e controle administrativo” (TÁVORA, 1962, p.56), e “a falta de concepção de conjunto e planejamento das atividades governamentais, e de coordenação e controle efetivo de sua execução” (Ibid., p.57). Criam-se estes órgãos nas secretarias dos ministérios e institucionaliza-se a lógica de elemento fiscal-coordenador com tal importância que se cria um novo poder do Estado dedicado só e somente a essa finalidade.

Para operar esse aparato é necessária a formação de técnicos, e em ritmo absolutamente acelerado pois, para Távora, não há mão de obra qualificada o suficiente no país. Daí decorre sua importância no acesso à educação não só como elemento de autonomização do indivíduo, não só como homogeneador do nível de conhecimento nacional ou enquanto aparelho ideológico do Estado, mas como produtor de mão de obra qualificada *especialmente* para a administração pública. Afinal de contas, o pecado original da nação brasileira, para Távora, é a desorganização. Nada mais natural, então, que o poder decisório descanse sobre o elemento organizador.

Contudo, sabendo que essas classificações de diferentes soberanias não são mutuamente exclusivas, ainda nos resta uma pergunta: e a soberania excepcional no pensamento de Távora? Essa pergunta já foi respondida, diluída no texto, então aqui caberá apenas a síntese: como exposto na discussão sobre o autoritarismo instrumental, Távora repudiava as expressões de autoritarismo enquanto fenômenos de natureza perversa e prejudicial à criação de uma cultura política democrática. Contudo, quando utilizada em caráter instrumental para atingir um fim necessário para a renovação de um sistema que funciona em ciclos viciosos, pode ser utilizado momentaneamente.

Em seu projeto nacional, Távora não dá espaço para intervenções “extralegais”, o que faria com que elas, por sua vez, fossem simplesmente ilegais. Contudo, lista que entre as maiores vulnerabilidades nacionais, estão aquelas que abrem espaço para a atuação do *principal inimigo do Brasil e do mundo livre*: o comunismo. Em caso de perigo de ação

inimiga, nacional ou internacionalmente, caberia às forças de defesa cumprirem seu papel. É interessante pensarmos que um sistema não normatiza aquilo que está fora de seu escopo de ações; como disse Schmitt (1985), é exatamente isso que categoriza um fenômeno como decorrente da exceção ou como uma exceção em si.

Assim como Távora ousou utilizar do autoritarismo instrumental para combater o que considerava ser um regime ilegítimo e prejudicial ao bem-comum e aos interesses nacionais, e esperava ser a ditadura de 1930 e último autoritarismo brasileiro, outros atores poderiam fazê-lo contra seu projeto nacional. Caberia a soberania excepcional ser consolidada pelo mais forte que, impondo sua vontade, suplanta a norma vigente pelo seu projeto *extralegal*.

**Imagem 3** – Organograma básico da análise que leva ao projeto tavorista



Projeto paternalista – Soberania estatal

## Capítulo 4. Conclusão

Juarez Távora foi um ator central na vida política brasileira entre as décadas de 1920 e 1970, participando de muito, se não todos, grandes eventos políticos desse período; nem sempre esteve do mesmo lado, mas sempre esteve lá. Sua atividade política representa algo que é raro.

Távora considerava-se um conservador, e parte da literatura dirá que sim<sup>154</sup>, ele era um conservador. Os lados divergem, entretanto, no que chamam de conservador. Távora claramente foi um indivíduo individualmente conservador, tendo claro apreço pela tradição social mais profunda como as relações de gênero, respeito à hierarquia e uma noção de honra pessoal super desenvolvida; Mundim (2007; 2015) dirá que Távora, o homem público, foi conservador, querendo mudar a sociedade, economia e política brasileira para modelos “pretensamente progressistas” (MUNDIM, 2015, p.350).

Aprofundando ainda mais esse mesmo raciocínio, “Por fim, a tomada de poder definitiva dos militares em 1964 foi o momento em que Távora vislumbrou uma possibilidade efetiva de colocar o seu pensamento sobre a organização do estado, e da sociedade, em prática” (Ibid). Essa perspectiva é endossada, ainda, por José Murilo de Carvalho ao dizer que, após a morte de Vargas e a disputa contra seus herdeiros políticos, “O desfecho deu-se em 1964, quando o varguismo foi derrotado por nova intervenção militar, totalmente apoiada pelo grupo de Juarez Távora” (2005, p.130).

Essa compreensão desse evento me parece equivocada, à luz do apresentado nesse trabalho. Sim, Castelo Branco e Golbery faziam parte dos militares *Sorbonne*, intelectualizados pela matriz teórica esguiana que Távora organizou, mais do que criou, enquanto comandante da Escola Superior de Guerra. Entretanto, ao entrarem no governo, qual projeto foi implementado?

Se houve mecanização do campo, não houve reforma agrária, linhas de crédito ou organização centrada no pequeno produtor e na produção de gêneros alimentícios para diminuir o encargo desses produtos na renda do cidadão médio brasileiro; houve a escalada da produção extensiva de commodities que não diminuiu o custo da produção

---

<sup>154</sup> Mundim, 2007; 2015.



para o consumidor como foi e vem sendo decisivamente danosa ao meio ambiente, ao pequeno produtor, ao consumidor e aos interesses nacionais<sup>155</sup>.

Na questão econômica, ao invés da participação compulsória nos lucros das empresas, Singer diz que

O que os dados disponíveis indicam é que pelo menos as grandes empresas aproveitaram as facilidades da política salarial para reduzir seus gastos com os trabalhadores menos qualificados e por isso mais facilmente substituídos. [...] Nada deve surpreender. Uma política salarial restritiva, ou de “arrocho”, como se costuma dizer, transfere naturalmente renda do trabalho ao capital, [...] essa política concentra a própria renda salarial, tornando mais desigual a repartição da mesma. (1986, pp.32-33)

Quanto a valorização do homem brasileiro, houve presidente militar dizendo preferir o cheiro dos cavalos ao povo, sem medo de incomodar o pobre animal com seu ranço de morte.

O que quero dizer é que o projeto implementado durante o período ditatorial não teve absolutamente nenhum dos fundamentos centrais do projeto nacional desenvolvido por Távora posto em prática. Talvez haja um verdadeiro ganho em recuperar que um dia militares pensaram assim: um militar histórico desenvolveu um projeto nacional para o Brasil pautado no consumo de massas, em um sistema educacional extensivo e sem citar as Forças Armadas como eixo central de um projeto de nação do Brasil, porque isso elas nunca foram, não são e não serão. O Brasil é muito mais do que suas Forças Armadas.

---

<sup>155</sup> “o Estado mostrava claramente a opção feita para o setor agropecuário, ou seja, captar recursos fartos para promover a modernização tecnológica nas grandes propriedades, mantendo intocada a estrutura fundiária, reprimindo os militantes e movimentos pró-reforma agrária”. (MIRALHA, 2006)

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. A Missão Niemeyer. In: *Revista de Administração de Empresas*, vol.14, nº4, pp. 7-28, Rio de Janeiro, 1974.
- ABRUCIO, Fernando Luis; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e Ordem Democrática: Desafios Contemporâneos e Experiência Brasileira. In: *Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: Intersecções Analíticas*, orgs: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de, pp.23-57, IPEA/ENAP, Brasília, 2018.
- BACCEGA, Marcus; ZANINI, Camila Follegati; ZAPPIA, Rafael Balan. A Teologia da Libertação e a Opção Preferencial pelos Pobres na América Latina In: *História e Perspectivas*, v. 44, janeiro-junho, p. 61-104, Uberlândia, 2011.
- BARBUY, Victor Emanuel Vilela. Aspectos do Distributismo no Brasil. In: *Revista de Geopolítica*, vol.10, nº1, pp.45-59, Natal, 2019.
- BARROS, Gustavo. *Discurso e Contexto: Política Siderúrgica no Primeiro Governo Vargas (1930-1937)*. UFJF, Juiz de Fora, 2012.
- BARTELTSEN, Jens. *A Genealogy of Sovereignty*. Cambridge University Press, Cambridge, 1995.
- BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Primórdios da Motorização no Exército Brasileiro 1919-1940. In: *Revista Da Cultura*, vol.3, nº4, pp.24-31, Rio de Janeiro, 2003.
- BENTO, Cláudio Moreira. Os 350 Anos da 1ª Batalha dos Guararapes e a sua Projeção Histórica na Nacionalidade Brasileira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº402, Rio de Janeiro, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2000.
- BIGNOTO, Newton. Soberania e Exceção no Pensamento de Carl Schmitt. In: *Kriterion*, nº118, pp.401-415, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *Esquerda e Direita: Razões e Significados de uma Distinção Política*. Editora UNESP, São Paulo, 1995.
- BORTONE, Elaine de Almeida. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1958)*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 23.873, de 15 de Fevereiro de 1934. In: *Diário Oficial da União*, Seção 1 - 2/3/1934, Página 4249, Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Último acesso: 07/09/2021.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. In: *Revista de Estudos de Religião*, dezembro/ano 8, pp.9-47, São Paulo, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Jorge Zahar Editor, Rio

de Janeiro, 2005.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2002.  
\_\_\_\_\_. Em Campo com os Militares In: *Antropologia dos Militares: Reflexões Sobre Pesquisas de Campo*, Org: Castro, Celso; Leirner, Piero. Editora FGV, 2009, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *O Espírito Militar: um Antropólogo na Caserna*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. O Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro: A Construção de um Relacionamento (1999 aos dias atuais). In: *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, vol.11, nº21, pp. 270-314, Niterói, 2019.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*, Editora Tahyu, São Paulo, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes Depõe...* Livraria Editôra Coelho Branco, Rio de Janeiro, 1956.

DAMASIO, Kevin. Ditadura militar quase dizimou os waimiri atroari – e índigenas temem novo massacre. In: *National Geographic Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/04/ditadura-militar-waimiri-atroari-massagre-genocidio-aldeia-tribo-amazonia-indigena-indio-governo>>. Último acesso em 03-06-2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *Manual EB20-MF-10.101 - O Exército Brasileiro*. Ministério da Defesa, Brasília, 2014.

FARIAS, Anna Carolina Monéia. A Escola Superior de Guerra (1949-1967) e Clausewitz: uma Breve Discussão Sobre o Nexo Entre Guerra e Política no Brasil. In: *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, vol.6, p5-21, 2018.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. In: *Antíteses*, vol.2, nº4, pp.831-856, Londrina, 2009.

FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e Morte do Partido Fardado*, Editora SENAC, São Paulo, 2000.

FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: *Os Militares e a Revolução de 30*, org. FIGUEIREDO, Eurico de Lima, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

FONTANELLI, Marina De Mello. *Cobertura Jornalística do Golpe de 1964: os Jornais Diário de Bauru e Correio da Noroeste*. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, 2014.

GALULA, David. *Counter-insurgency warfare: Theory and Practice*. Praeger Security International, Westport, 2006.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada: o Sacerdote e o Feiticeiro*. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

GENTILE, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. In: *Política Hoje*, vol. 27, edição especial, Recife, 2018.

GELLNER, Ernest. *Nationalism*. The Orion Publishing Group, Londres, 1997.

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de. *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Adersen Editoras, Rio de Janeiro, 1934.

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho. *A Pátria Nasceu Aqui: o Discurso das Batalhas do Guararapes e a Educação nas Décadas de 1960 e 1970*. Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2011.

\_\_\_\_\_ A Identidade Nacional nas Batalhas dos Guararapes. In: *Revista Fórum Identidades*, vol.31, nº1, pp.189-204, Itabaiana, 2020.

\_\_\_\_\_ As Batalhas dos Guararapes: o Discurso da Civilização Brasileira na Educação. In: *II Simpósio Internacional Processo Civilizador*, Recife, 2009.

GRIFFIN, Charles James Grant. New Light in Eisenhower's Farewell Address. In: *Presidential Studies Quarterly*, Vol. 22, No. 3, pp.469-479, Washington, 1992.

GRIMM, Dieter. *Sovereignty: the Origin and Future of a Political and Legal Concept*. Columbia University Press, Nova Iorque, 2015.

GROSSBERG, Michael; TOMLINS, Christopher. *The Cambridge History of Law in America: Early America (1580-1815)*. Cambridge University Press, Cambridge, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: the Theory and Politics of the Civil-Military Relations*. The Belknap Press of the Harvard University Press, Cambridge, 1957.

\_\_\_\_\_ *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Editora Forense-Universitária; Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

JACKSON, Robert. *Sovereignty: Evolution of an Idea*. Polity Press, Cambridge, 2007.

JANOWITZ, Morris. *The Military in the Political Development of New Nations*. The University of Chicago, Chicago, 1964.

\_\_\_\_\_ *Military Institutions and Coercion in the Developing Nations*. The University of Chicago, Chicago, 1977.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2008.

JOHNSON, James Turner. *Sovereignty: Moral and Historical Perspectives*. Georgetown University Press, Washington, 2014.

JÚNIOR, Ivan de Freitas Vasconcelos. Identidade e Lugares de Memória: a Importância dos Montes Guararapes para o Exército Brasileiro. In: *Salão do Conhecimento UNIJUÍ 2018*, Ijuí, 2018.

JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. *Os Porões da Contravenção: Jogo do Bicho e Ditadura Militar: a História da Aliança que Profissionalizou o Crime Organizado*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2015.

KORNIS, Mônica. Conselho Nacional de Segurança. In: *CPDOC –Verbetes Temáticos*.

Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-de-seguranca-nacional-csn>>. Último acesso: 07/09/2021.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia Volta, Volver: um Estudo Antropológico da Hierarquia Militar*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Irregular Anthropology: Researching for the Military. In: CARREIRA, Helena; CASTRO, Celso; FREDERIC, Sabina (Org.). *Researching the Military*, p.78-91. Routledge, Londres, 2016.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War*. Cambridge University Press, Cambridge, 2010.

LIMONGI, Fernando. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol.58, nº2, Rio de Janeiro, 2015.

LOSSO, Tiago. Autoritarismo Instrumental ou Índole Nacional? In: *Temáticas*, vol.9, nº17, pp.105-122, Campinas, 2001.

MACHADO FERNANDES, Gabriel. *O Exército Brasileiro na Defesa da Integridade Nacional: das Batalhas dos Guararapes à Revolução Farroupilha*. AMAN, Resende, 2019.

MALAQUIAS, Raphael Rangel Gonçalves. *A Influência do Exército Brasileiro na Vida Política Nacional e seu Papel na Redemocratização (1889 – 1945)*. AMAN, Resende, 2020.

MARTINS, Jessé de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. HUCITEC, São Paulo, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23, n.67, pp.39-50, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. Editora Alameda, São Paulo, 2019.

MCCORMICK, John P. Carl Schmitt - German jurist and political theorist. In: *Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Carl-Schmitt>>. Último acesso: 21/10/2021.

MELO, Rafael Atades de. *A Importância da Defesa ao Longo da História do Brasil: a Importância da Insurreição Pernambucana para a Criação de uma Mentalidade de Defesa Nacional e o Sentimento de Patriotismo*. EsAO, Rio de Janeiro, 2020.

MENEZES, Delano Teixeira. *Como Pensam os Militares: a Construção Social da Subjetividade dos Militares*. Editora Baraúna, São Paulo, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. Oligarquia, democracia e representação no pensamento de Michels. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº13, pp.137-154, Brasília, 2014.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. In: *Revista Nera*, vol.9, nº8, pp.151-172, Presidente Prudente, 2006.

MORGADO, Sérgio R. D. Revivendo Guararapes. In: *A Defesa Nacional*, nº791, Rio de Janeiro, 2001.

MOSKOS, Charles C.; WILLIAMS, John Allen; SEGAL, David R. *The Postmodern Military: Armed Forces After the Cold War*. Oxford University Press, Nova Iorque, 2000.

MOTA, Marcos Felipe Almeida; CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat. A Linguagem como Instrumento de Desenvolvimento do Senso de Dignidade Humana em Adolescentes sob Regime de Internato Militar no Brasil. In: *Interfaces da Linguagem*, pp.166-174, Brasil Multicultural, Campos dos Goytacazes, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Mito da Conspiração Judaico Comunista. In: *Revista de História*, nº138, pp.93-105, São Paulo, 1998.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. Juarez Távora e a Organização do Estado Brasileiro: Racionalismo Administrativo, Sindicalismo-Cooperativista e Cristianismo Social no Pensamento Militar Pré-Golpe de 1964. In: *Antíteses*, vol.8, n.16, pp.327-352, Londrina, 2015.

\_\_\_\_\_. *Juarez Távora e Golbery de Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a Organização do Estado Brasileiro (1930-1960)*, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

NETO, Manuel Domingos. Sobre o Patriotismo Castrense. In: *Revista Perseu*, n.18, São Paulo, 2019.

NEWLAND, Samuel J. Leaders in German Unification: Founders of Traditions. In: *Victories are not Enough: Limitations of the German Way of War*, pp.15-28. Strategic Studies Institute - US Army War College, Carlisle Barracks, 2005.

O'BRIEN, Patrick Brown. *The Contributions of Warfare with Revolutionary and Napoleonic France to the Consolidation and Progress of the British Industrial Revolution*. London School of Economics, Londres, 2011.

ORR, D. Alan. *Treason and the State: Law, Politics and Ideology in the English Civil War*. Cambridge University Press, Cambridge, 2002.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*. Editora Ática, São Paulo, 1990.

PECCI, Luís. O Movimento de Rearmamento Moral. In: *Síntese Política Econômica Social*, vol.3, nº1, pp.33-52, Belo Horizonte, 1961.

PINHEIRO DA SILVA, Michael. A Importância do Exército Brasileiro ao Longo da História Política do Brasil: de sua Criação até os Dias Atuais. EsAO, Rio de Janeiro, 2019.

PINTO, Sergio Murillo. Góis Monteiro e a Política do Exército. In: *Militares e Política*, nº5, pp.82-101, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: Instituição, Pensamento Político, e Formação Profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. Paco Editorial, Jundiaí, 2010.

ROLIM, Hiago Brasil Barros. *Batalha de Guararapes e a Formação do Exército Brasileiro*. AMAN, Resende, 2020.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *Militares e Desenvolvimento no Brasil: uma Análise Comparada dos Projetos Econômicos da Oficialidade Republicana de Fins do Século XIX, do Tenentismo e da Cúpula Militar do Estado Novo*. Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2011.

SCHMITT, Carl. *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. The University of Chicago Press, Chicago, 1985.

SCHWAB, George. Introduction In: SCHMITT, Carl. *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*, pp.xxxvii-iii, The University of Chicago Press, Chicago, 1985.

SCRUTON, Roger. *O Que É Conservadorismo*. É Realizações Editora, São Paulo, 2015.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1981.

SINGER, Paul. *Pobres e Ricos Sob o Regime Militar; Repartição da Renda*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1986.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; Castro, Celso. *A Volta aos Quartéis: a Memória Militar Sobre a Abertura*. Delume-Rumará, Rio de Janeiro, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

TÁVORA, Juarez. *Átomos para o Brasil*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1958.

\_\_\_\_\_ [Correspondência]. Destinatários: Nelson Estillac Leal; Osvaldo Aranha. Pernambuco, 1º de Agosto, 1930.

\_\_\_\_\_ *Organização para o Brasil*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1959.

\_\_\_\_\_ *Petróleo para o Brasil*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957.

\_\_\_\_\_ *Produção para o Brasil*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957.

\_\_\_\_\_ *Uma Política de Desenvolvimento para o Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1962.

\_\_\_\_\_ *Uma Vida, Muitas Lutas Volume 1: da Planície à Borda do Altiplano*. Biblioteca do Exército; José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974a.

\_\_\_\_\_ *Uma Vida, Muitas Lutas Volume 2: a Caminhada no Altiplano*. Biblioteca do Exército; José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974b.

\_\_\_\_\_ *Uma Vida, Muitas Lutas Volume 3: Voltando à Planície*. Biblioteca do Exército; José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1977.

TOLEDO, José Paulo; RITROVATI, Talissa Gabriela. Guerra Híbrida: Análise de uma Perspectiva. In: *Conjuntura Global*, vol.10, nº1, 2021, Curitiba.

TOMAZ, Luiz Carlos Silva. *A Doutrina Góes Monteiro e a Evolução Organizacional do Exército durante a Era Vargas (1930-1945)*. ECEME, Rio de Janeiro, 2019.

TRATZ, Sérgio Luiz. Why do Big States Lose Small Wars? In: *Coleção Meira Mattos*, vol.7, n.28, pp.147-155, Rio de Janeiro, 2013.

US NAVAL INSTITUTE. *Ralph E. Williams Jr.* Disponível em: <<https://www.usni.org/people/ralph-e-williams-jr>>. Último acesso em: 07/09/2021.

WILLIAMS, Stanley B.; LEAVITT, Harold J. Group Opinion as a Predictor of Military

Leadership. In: *Journal of Consulting Psychology*, vol.XI, n.6, pp.283-291, Washington, 1947.

YOUNG, Jordan. Military Aspects of the 1930 Brazilian Revolution. In: *The Hispanic American Historical Review*, vol.44, n.2, Durham, 1964.

### Sites

CPDOC-FGV. *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*. <[SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#)>. 21-06-2022.